UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

HOMEM REGENERADO E BRASIL REFORMADO: ESCRITOS DE EDGARD LEUENROTH NO PERIÓDICO ANARQUISTA *O LIBERTÁRIO* (1960-1964)

Cláudia Tolentino Gonçalves

Uberlândia, 2011

Cláudia Tolentino Gonçalves

HOMEM REGENERADO E BRASIL REFORMADO: ESCRITOS DE EDGARD LEUENROTH NO PERIÓDICO ANARQUISTA *O LIBERTÁRIO* (1960-1964)

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (INHIS-UFU) como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História, sob a Orientação da Profa. Dra. Jacy Alves de Seixas.

Uberlândia, 2011

Gonçalves, Cláudia Tolentino (1985)
Homem regenerado e Brasil reformado: escritos de Edgard Leuenroth no periódico anarquista *O Libertário* (1960-1964)
Cláudia Tolentino Gonçalves – Uberlândia, 2011
86 fls.
Orientadora: Jacy Alves de Seixas
Monografia – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História
Inclui Bibliografia.
Palavras-chave: Edgard Leuenroth, anarquismo, reforma, João Goulart.

Cláudia Tolentino Gonçalves

HOMEM REGENERADO E BRASIL REFORMADO: ESCRITOS DE EDGARD LEUENROTH NO PERIÓDICO ANARQUISTA *O LIBERTÁRIO* (1960-1964)

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Jacy Alves de Seixas (Orientadora)

Professora Dra. Christina da Silva Roquette Lopreato (Co-orientadora)

Professor Dr. Antônio de Almeida

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

Aos meus pais, pelo apoio constante e decisivo na minha formação;

Às minhas irmãs e ao meu irmão pela motivação e especialmente à Gabi por quebrar tanto o meu galho e à Carla pelo empréstimo do notebook.

Ao Cleber, pelo amor e incentivo constante; por ter acompanhado de perto o desenvolvimento deste trabalho; enfim, às nossas discussões calorosas e paixão comum pela História.

À Fayga pelo apoio, carinho, pelas indicações de leitura e, especialmente, pela amizade construída ao longo do curso.

Aos colegas do "Curso Livre de Anarquismo" pelas discussões que em muito contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

À professora Josianne, agradeço especialmente pelas aulas calorosas no decorrer da disciplina de História do Brasil III, que estimularam meu interesse pelo anarquismo.

Ao professor Antônio, que aceitou prontamente o convite para participar desta banca examinadora, aos caros ensinamentos durante a disciplina de História do Brasil V que contribuíram sobremaneira para os resultados deste trabalho.

À professora Jacy, pelo carinho e presteza; pelos valiosos ensinamentos propiciados no decorrer do curso e por assinar meu trabalho como orientadora devido à aposentadoria da professora Christina.

À minha orientadora Christina, por ter me cedido todas as edições digitalizadas do jornal *O Libertário* e os manuscritos inéditos de Edgard Leuenroth, principais fontes que nortearam o desenvolvimento deste trabalho; pela empolgação com a pesquisa e pelas proveitosas conversas sobre Leuenroth e o anarquismo; por estar sempre disposta a me auxiliar; pela leitura atenta dos meus textos; pelos conselhos e ensinamentos libertários; por toda generosidade e carinho: os meus sinceros agradecimentos.

Resumo

Este trabalho desdobra-se em dois momentos: no primeiro, investigamos os escritos de Leuenroth que se voltaram, em especial, para a "reforma" do homem ou, melhor dizendo, a regeneração do homem de acordo com um perfil ético-político vinculado às expectativas do anarquismo. Não poderíamos realizar esta sem antes atentar para a faceta pedagógica dos escritos de Edgard Leuenroth, inteiramente entremeada de pressupostos morais libertários. Por esta razão, o primeiro passo desta pesquisa é questionar o "novo homem" e os pressupostos que subsidiam sua formação e conduta no cenário político brasileiro. O segundo momento, por sua vez, ocupa-se da "reforma" espacial, isto é, das discussões promovidas por Edgard Leuenroth no que diz respeito à articulação político-institucional do Brasil. Por esta razão, é importante retomar, também, as propostas reformistas de João Goulart, pois elas são sugeridas justo no momento em que Leuenroth escreve no jornal *O Libertário* e define os fragmentos do que seria, mais tarde, seu livro sobre a situação e necessidade de reformulação do Brasil na década de 1960. Desta forma, não é difícil supor que boa parte das medidas preconizadas pelo militante anarquista esteja, de alguma maneira, desconstruindo as atitudes políticas que lhes eram contemporâneas. Daí a necessidade de analisar o conceito de reforma em ambos os a(u)tores políticos.

SUMÁRIO

Introdução **9**

A euforia dos *Anos 60* e a atuação anarquista 13

Quem foi Edgard Leuenroth? 16

Antecedentes e propósitos desta pesquisa 19

Capítulo I – Da apatia à ação: educação libertária e reforma moral do homem brasileiro nos escritos de Edgard Leuenroth **21**

Em busca do *novo homem*: a importância da educação na construção da anarquia 25

A moral anarquista: um novo padrão de conduta 34

Capítulo II – Da reforma à revolução: Edgard Leuenroth e o projeto anarquista para um novo Brasil **43**

Apontamentos sobre a Era Vargas: fundamentos do discurso de Goulart 43

Um balanço da produção historiográfica sobre o governo "Jango" 48

O governo João Goulart: reformas de base e ambiguidade política 51

O ímpeto reformista de João Goulart: sob os auspícios da legalidade 59

O ímpeto "reformista" de Edgard Leuenroth: emergência da revolução 63

Nova configuração do sindicalismo em Edgard Leuenroth 69

Considerações finais **74**

Fontes **81**

Referências bibliográficas **82**

Introdução

Na obra *A invenção do trabalhismo*, Ângela de Castro Gomes trata o processo de formação da classe trabalhadora no Brasil que segundo ela segue dois movimentos fundamentais: o primeiro se inicia na "Primeira República" e se prolonga até a década de 1920. Trata-se de um período marcado por propostas políticas distintas e pequenas e grandes lutas conduzidas pelos trabalhadores. Este movimento desdobra-se em três dimensões mais gerais: uma predominantemente socialista (1889-1906),[1] outra anarquista (1906-1920) e uma última em que prevalece o ideal comunista (1920-1930). O segundo movimento, que se inicia na década de 1930, tem como ponto de inflexão os anos de 1942 a 1945. Trata-se de uma proposta de identidade articulada ao projeto político instaurado pelo Estado Novo, que conta com recursos para difundi-la, legitimá-la e, sobretudo, para enfrentar a propagação de qualquer outro discurso concorrente que busca refutá-la.

Como este trabalho lida diretamente com o(s) anarquismo(s) no Brasil, convém retomar alguns aspectos referentes à empreitada anarquista na primeira metade do século XX que influenciaram o movimento operário. Convém ressaltar que mesmo com o enfraquecimento da influência anarquista no movimento operário brasileiro a partir da década de 1920, os anarquistas não abandonaram suas estratégias de ação e intervenção política.

Após o I Congresso Operário, realizado no Rio de Janeiro em abril de 1906, os anarquistas se tornaram os responsáveis pelo novo tom que caracterizou o perfil e a atuação da classe trabalhadora no Brasil.[2] De acordo com Gomes, os anarquistas

---

[1] No final do século XIX e início do XX foram os socialistas que ditaram o tom e o perfil político assumido pela classe trabalhadora. Há, neste período, um esforço direcionado para a construção de uma identidade social operária, "dando-lhe papel de destaque no mercado e resguardando este lugar, defendendo a legitimidade de sua participação política". De acordo com Gomes, os líderes socialistas consideravam-se uma elite política e intelectualmente esclarecida, movida pela tarefa de divulgar um projeto libertador entre trabalhadores *inconscientes*, condição relativa à dominação de que foram vítimas durante séculos (através da escravidão). A estratégia de ação defendida pelos socialistas priorizava a organização e o combate sem, no entanto, desacatar a ordem e a legalidade. Ela possuía uma perspectiva evolutiva, mas que não eliminava a importância da ação organizativa como as lutas eleitorais e a criação de agremiações de caráter cooperativista. Dentre as iniciativas que buscavam a formulação definitiva de uma identidade operária, situam-se as bolsas de trabalho e de crédito, propostas de atividades recreativas, assistenciais e educacionais, para não citar outras. O partido, no caso, seria o *lócus* através do qual estes benefícios seriam distribuídos, sendo a participação político-eleitoral o núcleo das estratégias priorizadas, defendidas e difundidas. Ver: GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 49-58.

[2] Jacy Alves de Seixas enfatiza que, desde 1903, com a deflagração de greves no eixo Rio - São Paulo, o anarquismo já se fazia presente como corrente política dominante no movimento operário brasileiro. Ver:

participaram do processo de constituição da identidade dos trabalhadores, defendendo a necessidade do engajamento e da luta com dimensões e objetivos específicos, voltados para a prática da *ação direta*.[3] Tal método pressupunha uma redefinição da idéia de política, através da recusa à disputa eleitoral e à prática partidária e parlamentar. A estratégia anarquista combinava a luta política e a instrução da classe trabalhadora, uma vez que almejavam uma revolução política, e também social, que atingisse os diferentes segmentos da sociedade. É decorrente desta amplitude a importância conferida a atividades como o teatro, as práticas de leitura, a criação de escolas e universidades populares, a atuação em "sindicatos de resistência", dentre outras. Vale ressaltar a influência anarquista na proliferação de greves gerais e em diversas manifestações operárias ocorridas nos anos iniciais do século XX.[4]

Na década de 1920, o anarquismo começou a entrar em declínio – trata-se de um declínio da influência anarquista no movimento operário, o que não implica, portanto, considerar o desaparecimento dos anarquismos e/ou dos anarquistas no Brasil –, conseqüência não apenas do aumento da repressão policial como também do amadurecimento de um conjunto de alianças entre a polícia, o patronato, setores da elite política e segmentos da Igreja Católica. Erige-se uma conjunção de propósitos que dispunha de recursos materiais e ideológicos, o que permitiu, dentre outras coisas, o revigoramento dos movimentos de caráter nacionalista e o combate aos anarquistas, estrangeiros e ateus. As inúmeras prisões de militantes engajados na causa anarquista, somadas às sucessivas invasões acompanhadas da destruição de sedes jornalísticas de

---

SEIXAS, Jacy Alves de. O Esquecimento do anarquismo no Brasil: a problemática da (re)construção da identidade operária. In: *Historia & Perspectivas* (UFU), Uberlândia, v. 11, p. 213-232, 1994.

[3] A ação direta é o método de luta dos anarquistas. Baseado na livre iniciativa e na solidariedade, o método de ação direta está na base da concepção libertária de autonomia operária. De acordo com José Oiticica, através da ação direta é possível conquistar pequenos melhoramentos e despertar o espírito de espontaneidade, a decisão, a coragem, o agir por conta própria dos indivíduos, assim como a união dos mesmos em prol da conquista de interesses em comum. A ação direta seria uma forma de educação através da luta, que prepararia os indivíduos para o convívio em uma sociedade de caráter libertário. Ela é ao mesmo tempo *o espírito inquieto do presente* e *o espírito construtor do futuro*. Ver: OITICICA. José. Método de ação. In: LEUENROTH. Edgard. *Anarquismo*: roteiro da libertação social. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1963, p. 47.

[4] Seixas no artigo denominado "Ação direta, greves, sabotagem e boicote: violência operária ou pedagogia revolucionária?" ressaltou que as greves operárias ocorridas em São Paulo e no Rio de Janeiro no início do século XX eram feitas para *protestar*, *reivindicar* e para *manter as conquistas* de greves precedentes. De forma geral, os protestos giravam em torno de quatro alvos: regulamentos internos das fábricas, melhores condições de trabalho, contra as multas indiscriminadas e atitude arbitrária dos patrões. Dentre as reivindicações, destaque para a luta pela jornada de trabalho de oito horas e pela regularização e uniformização de salários, além de luta pela liberdade e reconhecimento sindical. Ver: SEIXAS. Jacy Alves. Ação direta, greves, sabotagem e boicote: violência operária ou pedagogia revolucionária?. In: CANCELLI. Elizabete (org.). *Histórias de violência, crime e lei no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de. Brasília, 2004, pp.127-154.

cunho libertário, contribuíram para o enfraquecimento da ação anarquista durante a década de 1920 no Brasil[5]. Não se pode, no entanto, atribuir somente a causas externas o declínio da propaganda e ação anarquista, pois no interior do próprio movimento fatores diversos propiciaram o abrandamento da estratégia anarquista, como por exemplo, a revisão da relevância do anarquismo na orientação do movimento operário realizado por anarquistas de renome, como Astrogildo Pereira, que posteriormente acabaram se aderindo aos ideais comunistas. Devido à necessidade de perscrutar a influência da sensibilidade política anarquista no movimento operário, recorremos a outros textos que tratam de outros aspectos obscurecidos ou tratados com superficialidade pela historiografia.

Dentre os estudos que questionam a elaboração da identidade operária brasileira na primeira metade do século XX, situam-se os de Jacy Alves de Seixas.[6] A autora constata que a identidade operária[7] no Brasil foi difundida por imagens negativas – em um primeiro momento, pela imagem da *ignorância* (na última década do século até 1903), seguida pela imagem da *apatia* (1903-1920) e da *fraqueza* (1920 em diante) – carregadas, ao mesmo tempo, de racionalidade e de afetividade. Seixas afirma que tais imagens vieram acompanhadas de seus duplos, que remontam a uma positividade: a imagem da *ação*, por exemplo, é correlata à apatia, e da *organização*, correlata à fraqueza. Compreender tais imagens é fundamental no exame do processo de constituição/transformação da identidade operária brasileira.

Seixas assinala que após a greve têxtil do Rio de Janeiro em 1903, o operariado urbano mergulhou em períodos de *apatia* (denominação utilizada por militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários que tomaram a dianteira nas organizações operárias deste período) interrompidos pela emergência de rebeliões populares e manifestações grevistas, como é o caso da greve dos ferroviários da "Cia. Paulista", ocorrida em 1906, a greve pela jornada de oito horas em São Paulo, ocorrida em 1912, e a greve geral de São Paulo ocorrida em 1917. A imagem negativa da *apatia* atribuída ao proletariado pelos militantes (e com a qual os próprios trabalhadores se identificavam)

---

[5] GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 114.

[6] SEIXAS, Jacy Alves de. O Esquecimento do anarquismo no Brasil: a problemática da (re)construção da identidade operária. In: *Historia & Perspectivas* (UFU), Uberlândia, v. 11, p. 213-232, 1994.

[7] É importante ressaltar que Seixas compreende a formação da identidade operária no Brasil como fruto de experiências coletivas diversas: "não se trata apenas de um conjunto de representações intelectuais ou ideológicas, a inscrição em uma racionalidade já dada, mas envolve todo um sistema afetivo particular. Por isso, talvez, a(s) identidade(s) coletivas convirjam facilmente para a dimensão do imaginário, busquem espontaneamente uma imagem que possa condensar toda sua expressividade (ao mesmo tempo, racional e afetiva)." Ver: idem, p. 214.

não estava desassociada de seu duplo: a imagem positiva da *ação*. É interessante notar que a atribuição de uma imagem apática decorre justamente da necessidade do agir autônomo apregoado pelo proletariado militante.

Jacy Seixas nos adverte que a partir da década de 1920 ocorre a passagem desta sensibilidade política centrada na ação para outra, desta vez fundamentada na organização, na *força*. De apático, o operariado passou a ser reconhecido (e a se reconhecer) como *fraco*. Esta transformação tem como marco principal a fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922 e a consequente proliferação dos ideais comunistas pelo país. A fraqueza, cujo correlato seria a força, só poderia ser combatida pela organização do proletariado, representado pelo partido político que, no caso, aparece como *lócus* da disciplina e da obediência. "O operariado se despersonaliza: é o partido (o grupo, o coletivo...) que deve disciplinar, isto é, substituir toda iniciativa individual de seus militantes".[8] A emergência desta nova identidade do movimento operário brasileiro veio acompanhada do descrédito relacionado à estratégia da ação direta e da crise do anarquismo enquanto corrente política predominante no movimento operário brasileiro. Os anos vinte assinalam, portanto,

> a passagem de uma estratégia operária que privilegia a ação direta, em suas diversas formas (greves, sabotagens, boicotes...), para uma outra estratégia, que privilegia as noções de organização, representação, política parlamentar e que integra a busca de soluções institucionais para a questão operária. Não é apenas o anarquismo brasileiro que entra então em declínio, mas também uma certa identidade e sensibilidade operárias, centradas nas noções de autonomia e de ação direta.[9]

A década de 1920 inaugura uma nova sensibilidade política. Neste período, observamos a mobilização de esforços que tendiam a suprir as *carências* da nova identidade do movimento operário. Sua *fraqueza* deveria ser combatida através da disciplinarização e da organização do proletariado em partidos políticos e sindicatos. Grupos sociais e famílias políticas distintas (comunistas, cooperativistas, políticos liberais, dentre outros) buscaram, a partir das leituras que fizeram desta nova sensibilidade, "harmonizar" e "ordenar" o movimento da classe trabalhadora. Passaram, assim, a representar o período histórico precedente (no qual o anarquismo e a estratégia da ação direta ditavam o tom do movimento operário) como propício à instauração da *desordem*, da *irracionalidade* e do *caos*. Por esta razão, ele deveria ser suprimido pela

[8] Idem, p. 224.
[9] Idem, p. 221.

"inauguração" do novo: de uma sensibilidade caracterizada pela *harmonia* e pela *ordem* proporcionadas pelos comunistas, por um *Estado forte* e *racional*, dentre outros. Trata-se de tentativas de suprimir o *caos* que supostamente caracterizou o período anterior, o que conferia a estes novos "sujeitos históricos" a possibilidade de exprimir seus propósitos como definidores de novas sensibilidades políticas então inaugurais. De acordo com Seixas, esta oposição de sensibilidades, própria da astúcia dos discursos então difundidos, foi uma tentativa não apenas de designar uma sensibilidade a ser abolida (a anarquista), mas também de exprimir "o indiferenciado, o que ainda é informe, o nada a partir do qual se apresenta um momento histórico construído como inaugural".[10]

É bom reforçar que, mesmo com o relativo enfraquecimento do(s) anarquismo(s), os anarquistas não desapareceram do cenário político, administrando a militância e a luta pelos ideais libertários através de diferentes ferramentas políticas, como a imprensa, através da qual era promovido um debate sobre a importância da ação direta enquanto estratégia de luta dos trabalhadores. Isto é, as prioridades anarquistas não se desvanecem apesar da transformação da sensibilidade e identidade políticas. Feitas estas reservas no que se refere às estratégias anarquistas em vigor na primeira metade do século XX, convém tratar do momento privilegiado por esta pesquisa: a década de 1960.

A euforia dos *Anos 60* e a atuação anarquista

No início da década de 1960, o Brasil foi marcado por intensas mobilizações sociais e políticas de caráter reformista. Organizações da sociedade civil como a União Nacional dos Estudantes (UNE), Sindicatos e Ligas Camponesas; instituições como os partidos políticos e o parlamento; artistas e intelectuais, envolvidos por um clima de efervescência, todos estes setores desenvolveram diferentes propostas políticas econômicas e sociais para o país. Apesar das profundas contradições sociais e econômicas presentes no cotidiano dos cidadãos brasileiros, a palavra *renovar* estava na ordem do dia.[11] A crença na mudança contagiava diferentes segmentos da sociedade

[10] Idem, p. 231.

[11] É importante ressaltar que a política econômica do governo JK, apesar de ter propiciado um crescimento considerável da economia brasileira, levou ao descontrole das contas públicas, acompanhado de altos índices inflacionários. Estes efeitos são decorrentes de um modelo de desenvolvimento baseado no alto endividamento externo. Segundo Delgado, o projeto econômico desenvolvimentista da segunda

brasileira: era tempo de "cultivar utopias, um tempo de possibilidades mágicas para as pessoas e organizações que acalentavam projetos transformadores para o país".[12] Vale lembrar que, no contexto internacional, havia uma grande mobilização em torno de propostas reformadoras e revolucionárias.[13] A experiência revolucionária em Cuba (1959-1960)**,** por exemplo, influenciou boa parte dos brasileiros que se movimentavam contra as injustiças e dificuldades existentes no país.

Daniel Aarão Reis apontou as principais indagações que assolavam os brasileiros no início dos anos 60: como enfrentar e resolver os desafios colocados pelo próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil? Como conciliar as exigências de uma política nacionalista com os interesses do capital internacional? O que deveria ser feito para manter o ritmo do desenvolvimento e conter a inflação? O que fazer para corrigir a crescente desigualdade social? As discussões sobre tais indagações se tornavam mais calorosas a cada dia. Por mais que a necessidade de reformas fosse admitida por boa parte dos segmentos políticos e sociais, a definição de seus objetivos, assim como dos meios a serem adotados, acirrava os ânimos e radicalizava as divergências.[14] Diferentes grupos políticos e sociais projetavam diversas propostas de transformação para a sociedade brasileira. Estudantes, artistas, intelectuais, políticos, trabalhadores e militantes de diferentes inclinações se mobilizavam e conscientizavam a

---

metade dos anos 50 propiciou a introdução no mercado de consumo dos eletrodomésticos que alteraram significativamente as condições de conforto e o cotidiano das classes médias. "Por sua vez, foi também a dinâmica da economia desenvolvimentista que propiciou uma marcante agilização no sistema de comunicações do país, introduzindo, de forma definitiva, a era do automóvel na vida nacional. Por outro lado, foi esse mesmo modelo econômico que internacionalizou a economia brasileira e que contribuiu para o aprofundamento das estruturais contradições do país." Ver: DELGADO, Lucília Almeida Neves. A. N. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 14, n° 27, São Paulo, 1994, p. 61.

[12] Idem, p. 62.

[13] Heloisa Buarque de Holanda enfatiza que a década de 1960 foi marcada pela "surpreendente descoberta do outro" devido aos sucessivos movimentos de descolonização ocorridos na Europa desde o final dos anos 50 como a independência de Gana em 1957, a independência das colônias francesas ao sul do Saara em 1959 e a revolução da Argélia em 1962. Acontecimentos que levaram a visibilidade de novos sujeitos da história e, sobretudo, ao apoio e identificação em várias partes do mundo com a luta do outro. Segundo Holanda, tais acontecimentos sinalizam o nascimento convulsivo dos chamados *Anos 60* e de novos sujeitos da história alimentados por sonhos e vislumbramentos de transformação. Os jovens passaram a "falar com voz própria, formular suas demandas específicas e, nessa condição de jovem, interpelar os poderes e as instituições dominantes; era um segmento que curiosamente não se defina por classe social, nem por sua posição nos processos produtivos, nem mesmo por uma clara definição ideológica, mas inegavelmente tornou-se, naquela hora, um dos motores mais efetivos da História (...)". No Brasil um caldeirão de novos sujeitos como militantes socialistas, estudantes de esquerda, artistas e intelectuais mobilizavam-se para a conquista de mudanças políticas, comportamentais, sociais, dentre outras, no país. Ver: HOLANDA, Heloisa Buarque de. Cultura e Cotidiano. In: *1964*: O Golpe passado a limpo. ARAÙJO. R. B; BARRETO. T. V. (orgs.). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2007, pp. 137-148.

[14] Ver: REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro:* os comunistas no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1991.

população da necessidade de organização na luta contra os problemas enfrentados pela sociedade brasileira. Todos eles, pautados em diferentes propostas, idealizavam projetos transformadores para o país. Enquanto deputados e senadores de diferentes partidos unidos na Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), por exemplo, lutavam pela instauração de políticas públicas nacional/reformistas no país[15], os comunistas da Organização Revolucionária Marxista-Política (ORM-POLOC) se uniam em uma organização revolucionária de vanguarda que acreditava na necessidade da derrocada do capitalismo e na instalação imediata do socialismo no Brasil.[16] Os anarquistas vislumbravam o período como sendo propício para a efetivação de mudanças drásticas no país:

> (...) não pode haver dúvida de que o mundo está atravessando um período de profundas remodelações na vida dos povos, de que estamos vivendo um período de transição social, caracterizado pelo ocaso de velhos moldes de civilização, preanunciando a aurora de uma nova era que já se vai iniciando com o movimento de radicais mudanças em muitos países nos seus sistemas de organização político-econômico-social. É inegável por ser evidente, a situação convulsiva por que presentemente atravessa o Mundo. Um ambiente de incertezas e inquietudes fornece os elementos para agitações de toda a natureza, que se transformam em movimentos de rebeldias contra regimes de opressão em prol de reivindicações emancipadoras. O mundo apresenta-se como se fosse um imenso cadinho de fundição social, dentro do qual se entrechocam os sistemas estatais e de organizações governamentais – para a moldagem de novas estruturações de convivência humana (...) E tudo indica que esse movimento remodelador das bases fundamentais do sistema capitalista na organização da sociedade, com variantes de modalidades ambientais, não sofrerá solução de continuidade, sendo de prever que outros povos se movimentarão igualmente nesse sentido – e isto porque não se trata de acontecimentos de superfície, mas de fenômenos sociais de profundidade, espelhando um novo ciclo no ritmo da civilização. Chegará até nós esse impulso de remodelação social? Atravessará ele o Atlântico, buscando as plagas brasileiras, para que também sob o signo do Cruzeiro do Sul passe a tremular a bandeira da libertação socialista? Não temos dúvida; a evolução caminha nesse sentido e não haverá forças que a possam deter.[17]

Dentre os anarquistas que não apenas atuaram neste momento, como também vivenciaram todo o processo de constituição do movimento operário brasileiro que atravessou a primeira metade do século XX, destaque para o militante Edgard

---

[15] Ver: DELGADO, Lucília Almeida Neves. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 14, n° 27, São Paulo, 1994.
[16] Ver: REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro:* os comunistas no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1991.
[17] LEUENROTH. Edgard. A conjuntura mundial. In: *O Libertário*. Ano II, n° 09, jul. 1962, p. 01.

Leuenroth, autor de diversos escritos que serão problematizados no decorrer desta pesquisa.

Quem foi Edgard Leuenroth?

Edgard Leuenroth foi um pensador-militante anarquista que se interessou pelo estudo dos problemas enfrentados pela sociedade brasileira e que acreditou ser o anarquismo o único caminho possível para solucioná-los. Filho de Waldemar Eugênio Leuenroth e de Amélia de Oliveira Leuenroth, Edgard nasceu na cidade de Mogi-Mirin em 31 de outubro de 1881. Autodidata, aos 16 anos Leuenroth lançou o seu primeiro periódico *O Boi*, publicação quinzenal que circulava no bairro do Brás, em São Paulo. Em 1904, devido à influência do poeta Ricardo Gonçalves, aderiu aos ideais anarquistas, que o acompanharam durante toda a sua vida. Militante engajado no movimento operário brasileiro, Leuenroth participou de diversas organizações sindicais brasileiras e foi um dos principais porta-vozes dos trabalhadores em manifestações operárias ocorridas na cidade de São Paulo, nas duas primeiras décadas do século XX. Na greve geral de 1917 ocorrida na cidade de São Paulo, por exemplo, Leuenroth teve papel de destaque como membro do Comitê de Defesa Proletária responsável pela interrupção da greve a partir de negociações feitas junto aos patrões e industriais[18].

Enquanto jornalista, Leuenroth fez da imprensa livre um eficaz instrumento de luta, tendo participação ativa em vários periódicos anarquistas tais como *A Terra Livre*, *A Lanterna*, *A Plebe*, *O Libertário*, entre outros. Participou da criação do Centro de Cultura Social de São Paulo em 1933, vinculado ao movimento anarquista, promovendo debates, palestras, e exposições etc.. Em 1944 fundou "A Nossa Chácara", um espaço comunitário destinado ao encontro de anarquistas e simpatizantes para a discussão do pensamento libertário. Leuenroth trabalhou até o ano de 1960 na agência publicitária "A Eclética", de onde tirava o seu sustento e o de sua família Arquivista nos anos 50 dos jornais *O Globo* no Rio de Janeiro e da *Folha de São Paulo*, recusou-se durante toda a sua vida a ocupar cargos superiores, permanecendo sempre fiel aos seus ideais. Leuenroth lançou os livros "O que é maximismo ou bolchevismo?" (1919), "Anarquismo: Roteiro de Libertação Social" (1963) e organizou a obra "A Organização dos Jornalistas Brasileiros 1908 – 1951", que veio a ser publicado em 1987, após sua

[18] A respeito da Greve Geral de1917 ver: LOPREATO, C. R. *O Espírito da Revolta*: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, 2000.

morte. Vítima de um câncer hepático, Leuenroth faleceu em 1968, aos 87 anos de idade. Durante longos e árduos anos, Leuenroth empenhou-se em organizar um acervo sobre o movimento operário, sendo um grande contribuinte na preservação da memória do movimento operário. Hoje essa documentação encontra-se no Arquivo Edgard Leuenroth, em Campinas.[19]

Nos últimos anos de sua vida, Leuenroth elaborou um projeto libertário para o Brasil intitulado "Qual a solução para o problema do país?"[20], um livro inacabado no qual ele realiza um balanço da situação enfrentada pelo país sob a égide do sistema capitalista. Leuenroth chama atenção para a necessidade de se efetivar uma *reforma* radical nas bases da organização político-econômico-administrativa do país com o intuito de solucionar os problemas enfrentados pela população, e propõe uma nova configuração da sociedade brasileira nos moldes anarquistas. Cabe ressaltar que parte destes manuscritos foi publicada por Leuenroth no jornal *O Libertário*[21]. Na retomada e revisão de seus escritos inéditos no jornal *O Libertário*[22], Leuenroth lapidou seu projeto *reformista* de construção de uma sociedade anarquista no Brasil durante os

---

[19] Para uma bibliografia mais completa de Leuenroth, ver: KHOURY, Yara Maria Aun. *Edgard Leuenroth*: uma voz libertária Imprensa, Memória e Militância Anarco-Sindicalista. Tese de doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1988; ver também: LOPREATO, Christina da Silva Roquette. O (des)encontro do Brasil consigo mesmo: ditos e escritos de Edgar Leuenroth. In: *Verve*, Revista do Núcleo de Sociabilização Libertária do Programa de estudos pós-graduados em Ciências Sociais da PUC: São Paulo, n°15, 2009, pp. 202-220.

[20] Este livro está sendo editado por Christina Lopreato para futura publicação. Nele, Leuenroth projeta uma sociedade socialista libertária para o Brasil, estruturada a partir do modelo político federalista proudhoniano e baseada no anarco-comunismo, do qual Piort Kropotkin foi um dos mentores. Nesta vertente, é proposto um modelo produtivo descentralizado e autogestionário, de forma que os frutos do trabalho integral - manual e intelectual – produzido por todos, sejam sociabilizados entre os membros da sociedade. O lema a *cada um segundo suas necessidades, de cada um segundo suas possibilidades* rege a teoria econômica anarquista proposta por Kropotkin e adotada por Leuenroth em seus escritos. O livre consenso entre os indivíduos regeria esta sociedade, de acordo com as necessidades, aptidões, idéias e sentimentos dos seus membros. Sobre as idéias precursoras de Kropotkin na concepção do anarco-comunismo, ver: LOPREATO, Christina da Silva Roquette. Sobre o pensamento libertário de Kropotkin: indivíduo, liberdade, solidariedade. In: *História & Perspectivas*, Uberlândia, (27 e 28), 2003, pp. 557-572.

[21] Este periódico, publicado na cidade de São Paulo entre outubro de 1960 a março de 1964, é um veículo de contestação do sistema capitalista, de divulgação da doutrina anarquista e da organização do movimento operário, no Brasil e no mundo. Enfoca, portanto, os principais debates políticos da época, tratados, obviamente, sob a ótica libertária.

[22] A primeira parte do livro *Qual a solução para o problema do país?* apresenta sete artigos que foram publicados no jornal *O Libertário*, contendo algumas modificações bastante sutis. De forma geral, os artigos tratam de forma crítica da incapacidade do sistema vigente de garantir uma vida digna para a população, apontando a necessidade de transformação da sociedade a partir da filosofia anarquista. Já na segunda parte, encontramos dois artigos publicados em *O Libertário*, que apresentam algumas modificações e/ou adaptações consideráveis, pois no jornal a ênfase se pautava na necessidade de organização das massas para conquistas imediatas no que tange aos problemas da habitação e da assistência social no sistema vigente. Já nos manuscritos, Leuenroth enfatiza as medidas para a reorganização das habitações e da assistência social na nova sociedade, após mostrar as péssimas condições que a população desfavorecida pelo sistema é submetida, no que se refere a estas duas necessidades básicas para a sobrevivência humana.

efervescentes anos da década de 1960, momento no qual, como já assinalamos, diferentes projetos reformistas e revolucionários emergiram no cenário político brasileiro.

Em outubro de 1962, Leuenroth registrou no jornal anarquista *O Libertário* mais um de seus escritos em prol da edificação de uma sociedade socialista libertária no país:

> Necessidade sempre essencial é a habitação. E o pobre, o trabalhador, o homem do povo, no Brasil, de maneira quase que geral, não reside, não mora, abriga-se, esconde-se, promiscui-se em choças de palha e em ranchos de pau-a-pique, em barracos, em mocambos e favelas, em cortiços e porões. Nem ar, nem luz suficientes. Ausência de condições de higiene, formando ambientes propícios ao desenvolvimento de moléstias contagiosas. Promiscuidade forçada, contribuindo para a degenerescência moral e física da grande maioria dos brasileiros (...). Essa injustiça deve, portanto, ser enfrentada decisivamente, para que tenha pronta solução. Como? (...) É preciso que se lembre de que o povo também é gente – e gente que trabalha e produz e que paga impostos, que enfim, é parte ativa da coletividade, tendo o direito, pois, a uma vida decente a que o seu esforço faz jus. Mas nada se fará sem a *intervenção direta* dos interessados, dos inquilinos, do povo que *nada poderá esperar de quem quer que seja* – da burocracia parlamentar e governamental ou de partidos políticos. O problema da habitação somente poderá ser resolvido pela *ação popular, direta, ativa e incessante,* organizando-se o povo em ligas de inquilinos e consumidores, de ruas, ampliando-se por quarteirões, bairros e cidades e agindo em cooperação com os sindicatos operários. Dessa forma se prestara uma contribuição à luta para o advento da sociedade libertária, na qual, dentro da solução normal do problema da habitação, corresponderá à condição de produtor o direito irrecusável a uma habitação construída na medida das possibilidades coletivas. [grifos nossos].[23]

Em meio aos intensos movimentos sociais, políticos e culturais que marcaram a sociedade brasileira nos *Anos 60*, Leuenroth postulava seu principal ponto de luta naquele momento histórico: despertar o povo brasileiro para a luta em busca de melhores condições de vida através da ação direta. O militante aponta para a necessidade da organização popular na luta por melhores condições habitacionais no país, uma vez que, em sua concepção, nenhuma melhoria efetiva poderia ser conquistada por meio da intervenção parlamentar, governamental ou de partidos políticos. Apenas a ação autônoma dos indivíduos é considerada uma estratégia de luta eficaz na conquista de melhores condições de vida para a população desfavorecida pelo sistema capitalista. Ao mesmo tempo em que o militante faz uma crítica ao sistema representativo, ele aponta a estratégia da ação direta como um exercício educativo, *uma contribuição à luta para o advento da sociedade libertária* no Brasil, uma vez que, a

[23] LEUENROTH. E. O problema da habitação. In: *O Libertário*, Ano II, n° 12, p. 01, outubro de 1962.

seu ver, esta sociedade emergiria da capacidade de decisão e do agir autônomo das pessoas. Neste e em outros de seus escritos deste período, Leuenroth evidencia sua euforia perante os intensos e turbulentos movimentos sociais ocorridos no país, atribuindo à ação direta o estatuto de único caminho possível para a efetivação de mudanças permanentes.

Antecedentes e propósitos desta pesquisa

Feitas estas considerações iniciais, convém tratar do objetivo deste trabalho mais de perto, não sem antes delinear alguns precedentes que remontam a duas pesquisas de Iniciação Científica. Através da primeira, que transcorreu entre os anos de 2009-2010, analisamos os escritos do militante anarquista Edgard Leuenroth (1881-1968), principalmente os seus artigos publicados no jornal *O Libertário*, e o manuscrito inédito de sua autoria, intitulado "Qual a solução para o problema do Brasil?". Nosso intuito central foi mapear as tentativas do militante de conceber um "novo homem", indispensável para a construção e manutenção de uma sociedade socialista libertária no Brasil. Para tanto, a pesquisa desdobrou-se em três momentos: no primeiro, refletimos sobre os seus escritos e sobre as críticas lançadas contra o capitalismo. No segundo, analisamos o caráter instrutivo que permeia as reflexões de Leuenroth, sendo ele imperativo na formação do "novo homem" e, consequentemente, da anarquia. No terceiro e último momento, investigamos a importância da moral anarquista na composição de um perfil de conduta afinado às expectativas libertárias do autor.[24]

Na segunda pesquisa, viabilizada entre os anos 2010-2011, analisamos a suposta relação entre os escritos de Edgard Leuenroth, presentes também nos artigos d'*O Libertário* e no seu texto manuscrito, e a política reformista que caracterizou o governo de João Goulart. Nosso intuito foi compreender as diferenças entre seus projetos reformistas para a sociedade brasileira. Para tanto, à maneira da primeira pesquisa, esta se dividiu em três momentos: no primeiro, tratamos da suposta ambigüidade atribuída à figura de João Goulart, caracterizando uma postura política pautada no "jogo duplo". Na sequência, realizamos uma análise dos caminhos propostos tanto por Jango quanto por Leuenroth no que tange à concretização de seus projetos reformistas. Enfim, analisamos

[24] A pesquisa em questão intitula-se "Pedagogia Libertária: os alicerces de uma nova sociedade", financiada pelo PIBIC/CNPq/UFU, que compõe o projeto "Edgard Leuenroth: intérprete libertário do Brasil", coordenado pela Profa. Dra. Christina da Silva Roquette Lopreato.

artigos de Leuenroth publicados no jornal *O Libertário*, buscando questionar seu projeto *reformista* em contraposição à política *reformista* privilegiada e apregoada por João Goulart.[25]

A feitura deste trabalho monográfica deveu, e muito, a um conjunto de questões que surgiram a partir destes dois primeiros exercícios de reflexão sobre a década de 1960. Não sem razão, optamos por sistematizar nossas reflexões em dois capítulos, cabendo ao primeiro investigar as diretrizes constitutivas dos escritos de Leuenroth que permitiriam, dentre outras coisas, a "reforma" do homem ou, melhor dizendo, a regeneração do homem perante um perfil ético-político vinculado às expectativas do anarquismo. Não poderíamos realizar esta empreitada sem, antes, atentar para a faceta pedagógica dos escritos de Edgard Leuenroth, entremeada de pressupostos morais libertários. Por esta razão, o primeiro passo desta pesquisa é questionar o "novo homem" e os pressupostos que subsidiam sua formação e conduta no cenário político brasileiro.

O segundo capítulo, por sua vez, ocupa-se da "reforma" espacial, isto é, das discussões promovidas por Edgard Leuenroth no que diz respeito à articulação político-institucional do Brasil. Não é por acaso que este autor discorre sobre aspectos vinculados às instituições sindicais e à reforma política das bases da sociedade brasileira. Por esta razão, é importante retomar também as propostas reformistas de João Goulart, pois elas são sugeridas justo no momento em que Leuenroth escreve no jornal *O Libertário* e define os fragmentos do que seria, mais tarde, seu livro sobre a situação e necessidade de reformulação do Brasil na década de 1960. Desta forma, não é difícil supor que boa parte das medidas preconizadas pelo militante anarquista esteja, de alguma maneira, desconstruindo atitudes políticas que lhe eram contemporâneas. Daí a necessidade de analisar o conceito de reforma em ambos os a(u)tores políticos.

[25] Esta segunda pesquisa, intitulada "Anarquismo e reformas de base: uma interlocução possível entre Edgard Leuenroth e João Goulart?", também financiada pelo PIBIC/CNPq/UFU, integra o projeto supracitado, coordenado pela Profa. Dra. Christina da Silva Roquette Lopreato.

Capitulo I - Da apatia à ação: educação libertária e reforma moral do homem brasileiro nos escritos de Edgard Leuenroth

> A prática pedagógica manifestada de múltiplas formas reflete e é condicionada por determinadas concepções de homem e de sociedade em que se acredita e que se quer construir.[26]

Neste capitulo, pretendemos analisar os atributos constitutivos do *novo homem* que, de acordo com Edgard Leuenroth, seria crucial na construção e manutenção de uma sociedade socialista libertária no Brasil. Não pretendemos apresentar uma suposta disjunção entre homem e sociedade, como se a instituição da anarquia dependesse, inicialmente, da mobilização e transformação do homem para, só então, inaugurar um modelo sócio-político adequado. A nosso ver *as reformas* humana e social são concomitantes e interdependentes, jamais dissociadas ou dispostas hierarquicamente. Neste capítulo buscamos mapear e refletir sobre o papel desempenhado pelo militante anarquista Edgard Leuenroth que, por intermédio de pena e papel, estabelece/institui a emergência de homens conscientes, educados moral e politicamente conforme os princípios anarquistas. O *novo homem*, portanto, é modelo de referência cujos predicados permitiriam/reforçariam a edificação e manutenção da anarquia no Brasil. Para atingir este intento, será necessária a compreensão dos princípios morais e dos modelos de ação caros ao pensamento anarquista e à educação libertária. Educação que propiciaria a transformação e emancipação dos homens e a consolidação da anarquia. Para a construção de uma nova sociedade, os anarquistas insistiam que os homens deveriam ser *deseducados* no que tange aos preconceitos e vícios comuns ao sistema vigente (capitalista) e *educados* em conformidade com os princípios libertários e *regenerados* sob o ponto de vista social, político, moral e ético.

A educação conferida pelos militantes anarquistas à população se dava por intermédio de diferentes meios: jornais alternativos, centros de cultura, sindicatos, escolas racionalistas, universidades etc. Optamos por privilegiar as discussões promovidas no jornal *O Libertário,* no qual Edgard Leuenroth teve participação ativa e publicou parte do seu livro inacabado: *Qual a solução para o problema do país?*.

---

[26] OLIVEIRA, Leila Floresta. *Educação Libertária*: paradigmas teóricos e experiências pedagógicas. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Uberlândia, 1997, p. 08.

Através da análise dos seus escritos neste periódico, buscamos desvelar as características do projeto político-pedagógico de Leuenroth para o Brasil.

O jornal *O Libertário*, assim como inúmeros jornais anarquistas publicados no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX, resultou do esforço coletivo de um grupo de anarquistas que se uniram para a criação de uma forma alternativa de difusão do ideal libertário. O grupo formado por Pedro Catallo, Edgard Leuenroth, Souza Passos, Lucca Gabriel, dentre outros, cogitaram, em um primeiro momento, a publicação de uma revista através da qual seria possível a circulação de um número maior de textos e matérias. Porém, devido à falta de recursos financeiros e à necessidade de manter vivas as relações entre os militantes e simpatizantes do movimento anarquista, o grupo optou pela criação do jornal, movidos pelos propósitos de denunciar os problemas enfrentados pela população sob a égide do sistema capitalista e de difundir o anarquismo, entendido como

> uma interpretação real da vida humana; e embora não tenha sido experimentado em larga escala, a humanidade, entretanto, caminha para ele. Pretende sucumbir as injustiças sociais e reduzir ao mínimo as imperfeições humanas. Busca aproximar os homens, criando-lhes uma nova personalidade, isenta de preconceitos e escoimada de superioridades absurdas. Prega a liberdade, a igualdade e a fraternidade, tendo por base os indeclináveis direitos e deveres das criaturas humanas. O anarquismo não é estático, de nada tem de difícil ou misterioso. É sempre atual porque, fundamentado nas ciências naturais e positivas estuda, acompanha e participa da estrutura e evolução dos conglomerados humanos e da vida de relações dos mesmos. Sem desconhecer os efeitos, combate fundamentalmente as causas; por isso é radical evolucionista e pela ação direta.[27]

Com o objetivo de suprimir as injustiças sociais e as inclinações tortuosas que caracterizam a sociedade vigente, o jornal aparece como um porta-voz das aspirações libertárias. Seus criadores acreditavam que – com a destruição do Estado, do clero e da autoridade política e militar, responsáveis pelos sofrimentos, injustiças, e mazelas a que se sujeitava o povo brasileiro – seria possível a constituição de outra "humanidade". O periódico *O Libertário* seria um instrumento de alerta aos leitores quanto à incapacidade do capitalismo de suprir as necessidades básicas da população e, sobretudo, de lhes proporcionar uma vida digna. Este alerta, contudo, era pincelado a partir de uma contraposição entre o sistema vigente e as perspectivas otimistas deste grupo, que pretendiam efetivar a transformação da sociedade através da filosofia anarquista.

[27] *O Libertário*. Aos leitores. São Paulo, Ano I, n° 01, out./1960, p. 01.

O Libertário não era editado regularmente: apesar de sua proposta inicial de publicação mensal, a falta de recursos financeiros contribuiu para a sua irregularidade. O grupo editor, no entanto, se esforçava para garantir a circulação do mesmo. Seu preço era versátil, e cada um contribuía de acordo com suas possibilidades. Ainda assim, o jornal não era recusado a quem não pudesse pagar por ele. É comum aos jornais anarquistas este tipo de prática. O montante das doações feita pelos contribuintes era utilizado para pagar as despesas de sua produção. Na maioria das vezes, a quantia arrecadada não era suficiente, o que levava a certa descontinuidade das publicações e ao fechamento de muitos jornais. N'*O Libertário* encontramos diversas notas nas quais o grupo editor pede aos leitores contribuição financeira para a manutenção do jornal:

> É um apelo decisivo. Impõe-no o imperativo da difícil situação em que nos encontramos para manter a publicação regular do jornal. A partir deste número o custo de sua confecção sofreu novo e considerável aumento. Cada exemplar (neste formato reduzido e apenas com quatro páginas!) passa a custar 24 cruzeiros! Apenas a sua impressão. Devendo-se acrescentar as demais despesas forçadas reduzidas ao mínimo: postais (expedição e correspondências), material administrativo, condução, transporte, etc. Sem contar os trabalho de redação, revisão, administração, expedição, distribuição, etc., executados gratuitamente por militantes libertários que também concorrem economicamente. Urgem, portanto, positivas e imediatas providencias. Quais? Fácil é enunciá-las: coleta imediata de recursos econômicos e aproveitamento rigoroso da tiragem do jornal.[28]

Inicialmente, o custo de produção de um número do jornal *O Libertário* era de cinco cruzeiros. Em maio de 1962, após permanecer cinco meses fora de circulação, o jornal voltou a ser publicado com um custo de dez cruzeiros por exemplar, chegando a trinta cruzeiros em março de 1963, e cinqüenta cruzeiros em março de 1964. O aumento do custo do jornal, não concomitante ao aumento das contribuições, dificultava a continuidade de sua publicação e, por isso, em março de 1963, ele passou a ser publicado de dois em dois meses. É importante enfatizar que o custo de produção do jornal acompanhava os altos índices inflacionários, dos governos de Jânio Quadros e de João Goulart.

Voltando às denúncias promovidas pelo jornal, vários artigos retratavam o problema da carestia de vida e da falta de produtos essenciais para a subsistência tais como a carne, o óleo e o leite, mostrando que conquistas decorrentes de greves e de reivindicações por parte dos trabalhadores, como é o caso do aumento do salário**,** não

[28] *O Libertário*. Asseguremos a publicação de O Libertário. São Paulo, Ano III, n° 15, jan./1963, p. 04.

resolviam os seus problemas, uma vez que o encarecimento das mercadorias não era proporcional às conquistas então viabilizadas:

> Quando uma corporação de trabalhadores, premidos pelas crescentes necessidades criadas pelos aumentos incessantes das utilidades, se declara em greve reclamando aumento de salários, as empresas patronais condicionam a concessão dos aumentos à permissão de aumentarem as tarifas, privilégio que lhe é concedido. Desta forma, qualquer aumento de salário fica nulo, pois são os próprios trabalhadores que têm de pagar a enganosa melhoria em seus ganhos, através do aumento do custo da vida. O capitalista tira com a mão esquerda o que é forçado a dar com a direita. É o odioso círculo vicioso com o qual a burguesia defende seus privilégios em detrimento do povo trabalhador.[29]

Em um artigo escrito por Souza Passos, publicado no jornal em maio de 1961, é feita uma critica ferrenha ao aumento dos preços de produtos de primeira necessidade a partir de uma analogia com a *vassoura* – símbolo da campanha política eleitoral do presidente Jânio Quadros. Após Quadros ter realizado uma reforma cambial em março de 1961 com o intuito de diminuir os índices inflacionários, o que acabou levando ao aumento dos preços de produtos essenciais para a subsistência da população, Souza Passos enfatiza que os trabalhadores se veriam obrigados a comer "sopa de vassouras". Em seguida, o militante afirma que a vassoura é um belo símbolo, mas nas mãos do povo, que deveria limpar as causas que o escravizam em conveniência ao capitalismo[30]. Neste e em outros artigos do jornal são feitas severas criticas à exploração e à representação política, consideradas as causas principais dos problemas enfrentados pela sociedade brasileira. A citação a seguir, publicada durante a presidência de João Goulart, exemplifica bem esta constatação:

> Hoje como sempre lutamos contra a exploração de que povo é vitima permanentemente: contra o encarecimento sem limites do custo de vida por obra dos exploradores que enriquecem à custa do sacrifício do povo; contra a exploração a que esta sujeito o proletariado, cuja melhoria salarial é conseguida mediante o aumento dos preços das utilidades; contra as restrições das liberdades causadoras de grandes sofrimentos. Lutamos contra os descalabros da administração pública cujos efeitos conseqüentes recaem sempre sobre a situação do povo; contra os exploradores que se infiltram nas organizações operárias, transformando-as em instrumento de suas conveniências; lutamos contra os que provocam agitações com fins apenas de caráter político sem nenhuma finalidade beneficiadora para os trabalhadores, arrastados por indivíduos sem escrúpulos que dão palavras de ordem e fogem às suas responsabilidades. Somos enfim contra todas as formas de tirania e de

[29] LEUENROTH. Edgard. Panorama atual da vida brasileira. In: *O Libertário*. São Paulo, Ano I, n° 07, mai./1962, p. 04.
[30] PASSOS. Souza. Sopa de Vassoura.... In: *O Libertário*. São Paulo, Ano I, n° 03, maio/1961, p. 01.

> exploração de que o povo é vitima e com ele lutamos em todas as suas justas reivindicações.[31]

É interessante observar que este trecho remonta a temáticas que grande parte dos artigos publicados no jornal tendia a priorizar: o problema da inflação e da carestia de vida, a denúncia das péssimas condições de vida e de assistência básica que eram submetidas grande parte da população brasileira, a ocorrência de greves e manifestações sociais no país, a existência do peleguismo no movimento operário, a defesa dos sindicatos de ação direta. Encontramos ainda no jornal uma série de artigos que divulgam as atividades e encontros promovidos pelos anarquistas, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, e discutem questões referentes à filosofia anarquista e à constituição do *novo homem* e de uma nova sociedade. Mas, afinal, quais são as características do projeto pedagógico/libertário recomendado pelo periódico *O Libertário*? Qual é o lugar da educação no projeto viabilizado sob a pena de Leuenroth? Não poderíamos refletir sobre estas questões sem, antes, recobrar alguns escritos sobre a importância da educação na constituição da anarquia.

Em busca do *novo homem*: a importância da educação na construção da anarquia

Leila Floresta de Oliveira realizou um estudo de peso sobre as concepções educacionais do pensamento político anarquista internacional. Para tanto, a autora retoma aspectos do pensamento anarquista, especificamente de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) e Michael Alexandrovich Bakunin (1814-1876), para compreender a formulação da questão educacional sob o prisma libertário. Neste sentido, o trabalho de Oliveira pode fornecer alguns indicativos que ajudam a pensar o papel da educação no projeto de constituição da anarquia viabilizado por Edgard Leuenroth.

Segundo Leila Floresta, o pensamento pedagógico de Proudhon está estritamente ligado à sua visão naturalista do homem e da sociedade. Neste caso, o homem é entendido como parte integrante da natureza e só se realiza em fusão com ela – a sociabilidade, por sua vez, desenvolve no homem sentimentos que lhe são inatos, como a solidariedade e o instinto de ajuda mútua. Para Proudhon, o homem é um ser social capaz de viver em liberdade e harmonia sem a necessidade de um contrato social para regulamentar e constranger suas relações. O contrato social proposto por Rousseau, que implica numa forma de associação não espontânea, e a adoção do princípio da

[31] *O Libertário*. Nossa atitude no momento atual. Ano III, n° 24-25, out.-nov/1963, p. 01.

representação política, forma de combater a natureza instintiva do homem, são procedimentos que, na concepção de Proudhon, incorrem na violação da liberdade natural dos indivíduos[32]:

> O indivíduo de Proudhon é um ser ativo, capaz ele mesmo de propor questões e de tomar decisões, bem ao contrário da concepção democrática presente em Rousseau. Trata-se de uma visão otimista da natureza humana, uma crença nas qualidades inatas do homem que o impulsionam para a solidariedade, mas de modo algum é um otimismo cego, uma vez que insiste, reiteradas vezes, que o homem é portador de vícios e virtudes, sendo preciso criar condições sociais para que a solidariedade possa emergir.[33]

Na contramão do Contrato Social rousseaniano, no qual o povo necessita de representantes por ser incapaz de opinar ou resolver questões públicas, na concepção proudhoniana, o indivíduo é entendido como uma unidade política positiva e autônoma, que não necessita de mandatários, representantes ou qualquer tipo de mediador. Nesse sentido, a abdicação da autonomia e da liberdade do indivíduo a terceiros (Estado, líderes sindicais, Igreja e todos os mecanismos de representação) é uma forma de anulação do sujeito histórico. Para Proudhon, o indivíduo necessita da coletividade para alcançar a plenitude do seu ser, do mesmo modo que a coletividade necessita de indivíduos independentes para se desenvolver.

Conforme Silvio Gallo, na perspectiva proudhoniana existem dois tipos de liberdade: a *liberdade simples*, vivida no isolamento e na individualidade pelos pouco civilizados (o máximo de liberdade equivale ao máximo de isolamento, quando não há ninguém mais para limitar a liberdade do indivíduo); e a *liberdade composta*, vivenciada pelos indivíduos em sociedade, tratando-se de um equilíbrio dinâmico de forças (quando liberdade e solidariedade se equivalem, o máximo de liberdade significaria o máximo de relacionamento possível com os outros homens, pois nesta perspectiva as liberdades não se limitam, mas se completam e se auxiliam). Bakunin, por sua vez, partindo das reflexões de Proudhon, postula que a liberdade, longe de ser algo natural, é um "fato cultural":

> (...) enquanto, o homem produz cultura, ou seja, se produz, ele conquista também a liberdade. Deste modo, o homem e a liberdade nascem juntos: um é criação do outro, um só existe pelo outro. E um processo de dupla ação: quanto

[32] OLIVEIRA, Leila Floresta. *Educação Libertária*: paradigmas teóricos e experiências pedagógicas. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Uberlândia, 1997, p. 16.
[33] Idem, p. 21.

> mais o homem se "humaniza", mais livre ele fica, e quanto mais livre, mais humano. Conclui-se então que ao assumir-se plenamente homem, conquista-se o máximo de liberdade. Mas o máximo de liberdade, como já havíamos visto com Proudhon, ocorre quando todos os indivíduos são livres, pois as liberdades se completam. Uma sociedade socialista libertaria seria, pois, a realização do homem completo, livre e senhor de suas habilidades. "A liberdade dos indivíduos não é um fato individual, é um fato, um produto coletivo. Nenhum homem poderia ser livre fora e sem o concurso de toda a sociedade humana". A liberdade será sempre urna conquista de conjunto, comunitária, e só terá sentido se conquistada por todos e para todos.[34]

Se a liberdade deverá ser conquistada por todos e para todos, é relevante considerarmos a importância da educação nesse processo. É através dela que os homens entram em contato com a cultura produzida pela humanidade, sendo, desse modo, um instrumento utilizado pelos militantes anarquistas no combate à alienação e na criação de uma nova mentalidade. Qual é, portanto, o papel dos militantes anarquistas no pensamento pedagógico de caráter libertário?

Em um dos artigos d'*O Libertário*, Leuenroth mostra-se inconformado com a existência de políticos e líderes sindicais no Brasil que, durante a década de 1960, utilizavam o artifício da representação política para explorar e manter apática a população, ao apresentarem-se como "combatentes da democracia, da liberdade e dos direitos do povo":[35]

> Não é admissível que se queira continuar conduzindo o povo como serviçal submisso, sempre a mercê dos manejos e conchavos de vivedores de política ou de pretensos salvadores, aparecendo o povo, em todas as ocasiões como mero comparsa. Aqueles que verdadeiramente estejam identificados com a causa popular devem agir COM O POVO e não PELO POVO, pretendendo falar em seu nome, como seus condutores. E, assim procedendo não poderão fugir ao imperativo da hora que passa que exige decisão para a luta, mantendo-se à margem da arena onde os acontecimentos se desenvolvem, ditando normas de conduta. Ao contrário, sua participação devera ser de *unidades ativas* no todo, suportando todos os azares das pelejas, dando ainda o *exemplo* de atividade, de dedicação e de honestidade.[36] [grifos nossos]

É calcado nestas premissas que Leuenroth afirma ser papel dos militantes o ato de despertar a condição intrínseca do homem como "ser social ativo", adormecida pela tradição. Para se alcançar a sociedade adequada, os militantes devem dar a população o

---

[34] GALLO. Silvio. *Ferrer y Guardia e a pedagogia racional*: uma educação para a liberdade. Disponível em: http://revistes.iec.cat/revistes224/index.php/EduH/article/viewFile/538/51301. Acesso: abril/2011.

[35] Leuenroth neste artigo faz uma crítica à ação do presidente João Goulart, de seus aliados petebistas e dos sindicalistas atrelados ao governo que se postulam como pastores políticos, condutores do povo e que apenas a título de retórica propõem sanar os problemas que afligem a população. Ver: LEUENROTH. Edgard. Unidades ativas e não mentores do povo. In: *O Libertário*. Ano III, n°15, jan./1963, p. 01.

[36] Idem, p. 01.

exemplo de suas ações, conscientizando-a quanto à sua situação de explorada e injustiçada pelo sistema vigente e despertando nela o anseio pela liberdade e pela autonomia.

Em sua obra *Palavras de um revoltado*, Piort Kropotkin (1842-1921) já destacava a importância da ação de minorias (militantes) para a deflagração da revolução em um país. Em suas palavras, "é pela ação que as minorias conseguem despertar este sentimento de independência e este sopro de audácia, sem os quais nenhuma revolução poderia se realizar".[37] A atuação do militante anarquista é crucial na luta pela disseminação e compreensão do anarquismo pelos homens. Kropotkin define o militante da seguinte forma:

> Homens sensíveis, que não se contentam com palavras, mas que procuram colocá-las em execução, caracteres íntegros, para quem o ato e a idéia são uma única coisa, para quem a prisão, o exílio e a morte são preferíveis a uma vida, que permaneceria em desacordo com seus princípios; homens intrépidos, que sabem que é preciso ousar para vencer, são as sentinelas perdidas que engajam o combate, bem antes que as massas estejam bastante excitadas para erguer abertamente a bandeira da insurreição e avançar, de armas nas mãos, para a conquista de seus direitos.[38]

O pensador-militante defende a "propaganda pelo ato" em períodos pré-revolucionários como meio de despertar o sentimento de revolta e germinar a audácia no proletariado, o que garantiria o sucesso da revolução.[39] Jacy Seixas discorre sobre o perfil e as qualidades do militante anarquista que atuou no primeiro movimento operário brasileiro. De acordo com a autora, o militante anarquista cultiva uma *virtude* (no sentido maquiavélico): a *exemplaridade*. "Ele quer convencer, educar e transformar as consciências e comportamentos, 'despertar' o proletariado brasileiro e tirá-lo de sua 'apatia', organizar os sindicatos e ligas de resistência, mas tudo isso através do exemplo

---

[37] KROPOTKIN. Piotr. *Palavras de um revoltado*. São Paulo: Imaginário, 2005, p. 209.
[38] Idem, Ibidem.
[39] Vale apontar que o "harmonismo" da filosofia política de Kropotkin foi criticada por alguns de seus predecessores como Malatesta. Segundo Malatesta a propaganda política pelo ato por si só não seria o bastante para a transformação gradual dos indivíduos e para a sua adesão nos projetos revolucionários. A organização é apontada por Malatesta como imprescindível para o sucesso da revolução. Para uma análise mais detalhada desse assunto ver: SILVA. Tiago Lemos. Revolucionário ou reformista. Prós e contra do sindicato segundo Errico Malatesta. In: *Revista Urutágua*. Maringá: Departamento de Ciências Sociais – Universidade Estadual de Maringá, n° 11, dez/mar 2007.

de sua ação".[40] É conveniente, portanto, os critérios que balizam o agir anarquista pressuposto em um dos artigos d'*O Libertário*:

> A missão do anarquista não é sonhar a sociedade futura; porém deve ser atuar o mais anarquicamente possível dentro da presente sociedade; evitar tanto quanto seja possível situações em que seja mandado ou impelido a mandar; e tratar de criar relações de mútua e voluntária cooperação entre seus companheiros.[41]

O militante anarquista oferece sua ação como exemplo daquilo que ele quer suscitar nos homens: a iniciativa individual e coletiva, a ousadia, a autonomia e a consciência. Seixas, nesta direção, trata da relação entre "ação" e "consciência": o militante é consciente porque é ativo, e é através da ação que a consciência revolucionária é constituída. Daí advém outra característica do militante: a sua *forma* de agir é instituída com base em sua *mobilidade*:

> Ele se desloca constantemente pelo eixo Rio - São Paulo, mas principalmente no interior de seu próprio Estado. Encontra-se nos locais de greves ou daquelas em preparação; procura estar em todos os lugares onde o interesse pelas ligas de resistência começa a se fazer sentir e onde os trabalhadores se reúnem para discutir e enunciar seus próprios interesses. Aprecia, igualmente, organizar e animar conferências (sobre os mais variados temas) e partir em longas turnês pelas cidades e vilarejos do interior. Em suma, ele se move – para apoiar greves e mobilizações, para responder a necessidades pontuais da organização operária ou da propaganda sindicalista, anarquista ou simplesmente "racionalista". A mobilidade é sua forma dominante, um traço central de seu reconhecimento e identidade.[42]

É, sobretudo, através da mobilidade espacial e intelectual (as atividades exercidas pelos militantes anarquistas são variadas: produção de peças teatrais, músicas, poesias, romances; criação e participação em jornais, escolas e universidades de cunho libertário; organização de conferências, palestras, piqueniques; participação nos sindicatos, greves e ligas de resistência etc.) que o militante anarquista busca levar o exemplo da sua ação a diferentes grupos políticos e sociais. Neste sentido, pode-se dizer que a *virtude* e a *forma* do militante vinculado à estratégia de ação direta tratada por Seixas são constituintes do projeto político-educativo anarquista.

---

[40] SEIXAS. Jacy Alves. Acerca do militante anarquista – sensibilidade, cultura e ética política (Brasil, 1980-1920). Texto apresentado no *Encuentro Ibero-americano obre cultura y practica del anarquismo*. Colégio do México. 23 e 24 de março de 2011, p. 03.

[41] OSTERGOARD. Geaffrey. Programa do anarquismo: estabelecer novas relações entre os homens. In: *O Libertário*. Ano III, n° 18-19, abril-mai./1963, p. 03.

[42] SEIXAS. Jacy Alves. Acerca do militante anarquista – sensibilidade, cultura e ética política (Brasil, 1980-1920). Texto apresentado no *Encuentro Ibero-americano obre cultura y practica del anarquismo*. Colégio do México. 23 e 24 de março de 2011, p. 06.

Há que se cogitar que a instrução dispensada aos homens indica uma nova forma de *olhar* (observar de forma profunda) e não apenas de *ver* a sociedade, superando os contornos de um mero diagnóstico e sugerindo um novo caminho a ser trilhado. Desta forma, a proposta central é desmantelar a "velha sociedade" e edificar uma nova, cujas bases se sustentam na filosofia anarquista. Ao militante caberia lutar por essa transição, pois agiria em prol de um sistema melhor(ado), regenerado do ponto de vista político, social e moral. A educação possui um papel primordial no processo revolucionário:

> A valorização da educação pode ser explicada pelo fato de que os anarquistas rejeitam a mediação de um governo revolucionário na passagem da antiga para a nova ordem. Para eles a ordem social não poderia ser imposta, fato que fere o princípio da liberdade, mas livremente desejada e diretamente instruída pelos interessados, sem nenhuma intermediação. Mas, se a revolução não tem dirigentes, não tem um governo revolucionário, como garantir o êxito da revolução? Torna-se, assim, claro o papel da educação como agente formador de mentalidades e vontades libertárias capazes de impulsionar e estimular o processo de mudança e garantir a continuidade desse processo.[43]

As propostas da Escola Moderna idealizada por Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909), personagem homenageado inúmeras vezes pela imprensa anarquista, auxilia na compreensão da importância da educação para a formação dos homens. Em contrapartida aos métodos autoritários e dogmáticos de ensino da escola tradicional, que aliena o homem através de superstições e preconceitos, Ferrer, pensador-militante, propunha uma educação *libertadora*, que incentivava o pensamento crítico e observador, instigando o homem a se rebelar e resistir ao autoritarismo e às estruturas de dominação. Segundo as orientações de Silvio Gallo, a educação tradicional visa educar o homem para que ele seja aquilo que ele não é, e sim o que a sociedade dele espera – acomodado com a estrutura social, percebida como imutável e inevitável. Já a educação anarquista tem como objetivo educar o homem para aquilo que ele realmente é, desenvolvendo todas as suas capacidades – físicas, intelectuais e morais – a partir de uma educação integral que visa a superação da divisão entre o trabalho manual e intelectual e a formação de um homem responsável, consciente de si, de suas singularidades e diferenças e da importância da sua relação com o outro, para a construção coletiva da liberdade. Todavia, neste projeto educativo, não apenas as escolas deveriam instruir e educar, mas também os jornais, os centros de cultura, os

[43] OLIVEIRA, Leila Floresta. *Educação Libertária*: paradigmas teóricos e experiências pedagógicas. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Uberlândia, 1997, p.56.

sindicatos e outras organizações que se propunham a lutar por uma sociedade libertária. Para Proudhon, "a sociedade é um frágil e tênue equilíbrio entre uma multiplicidade de forças",[44] por isso a educação deve ser processada simultaneamente com a vida cotidiana.

> Não há uma educação neutra e todo projeto pedagógico que se preze deve ser articulado numa escala de valores que lhes dêem coerência e que se reflitam não só em grandes declarações de princípios, como também na vida cotidiana.[45]

Há que se ressaltar que educar para os anarquistas é mais do que instruir a respeito dos vários saberes que a "tradição" aponta como imprescindíveis para a formação do homem. Educar é, antes de tudo, transformar a consciência e o comportamento dos homens e contribuir para sua emancipação. Todo projeto educacional é carregado de mensagens políticas. A pedagogia libertária, por exemplo, ao contrário da educação tradicional – que tem como finalidade formar homens padronizados, dóceis e carregados de superstições e preconceitos – busca propiciar o desenvolvimento de todas as capacidades individuais a fim de formar homens livres e solidários, preocupados com o bem-estar da coletividade.[46] Para os anarquistas**,** a educação tradicional, atrofiadora do pensamento crítico do homem, seria a responsável pelo "conformismo" e pela "apatia" que atingia os brasileiros frente à exploração e a opressão do sistema capitalista. Desta forma, caberia aos militantes despertar e conscientizar os homens, incitando-os à revolta e à luta pela sua liberdade. Leuenroth, em seus escritos, tentou demonstrar e consagrar o "pendor libertário" do homem brasileiro através de importantes conquistas históricas, tais como o movimento de independência e a conquista da alforria dos escravos:

> Que fazer para enfrentar esta situação? Manter-se o povo indiferente à sua sorte, deixando-se definhar lentamente sem um gesto de hombridade, sem uma demonstração afirmativa de seus direitos? Não é possível! Isso seria negar as tradições do povo brasileiro que, não obstante os efeitos atrofiadores da obra danosa da politicagem, dos preconceitos, das superstições e crendices alimentadas por quem tem interesse em dominá-lo, e, apesar de toda a obra embrutecedora a que estado submetido, tem dado sobejas provas de seu idealismo, desde as lutas pela independência, pela abolição da escravatura, para

---

[44] GALLO, Sílvio. *Pedagogia do risco*, Campinas: Papirus, 1995, p. 69.
[45] LUIZETTO, Flávio. "Introdução". In: MORIYÓN, Felix Garcia (org.). *Educação libertária*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989, p. 27.
[46] VALADARES, E. "A educação anarquista na Republica Velha". In: *Verve*, Revista do Núcleo de Sociabilização Libertária do Programa de estudos pós-graduados em Ciências Sociais da PUC: São Paulo, n°7, 2005, p. 158.

> a implantação da República, e, depois, sob este regime, para repelir os atentados contra as liberdades públicas e os direitos individuais e coletivos.[47]

Kropotkin associou a história do pensamento humano às oscilações de um pêndulo. Segundo ele, "depois de um longo período de sono, surge um momento de despertar".[48] Este despertar ocorre no momento em que os homens tratam de forma crítica tudo aquilo que os governantes, os homens de leis e o clero inculcaram através da educação tradicional, e se libertam dos preconceitos religiosos, políticos e sociais**.** Para Leuenroth, os períodos de despertar do povo brasileiro propiciaram importantes conquistas históricas que consagraram o seu "pendor libertário", avivado durante a década de 1960, período de grande agitação política no Brasil. Sendo a luta pela liberdade uma *tradição* brasileira, Leuenroth acenou, através de um poema, que caberia aos militantes conscientes espalhar pelo Brasil um "eco vibrante de suas ardentes aspirações" por uma nova sociedade, a fim de despertar "os escravos modernos" a conquistarem "um novo 13 de maio", uma "alforria final".[49] Os militantes, enquanto abolicionistas, deveriam chamar os brasileiros à luta, sendo o discurso um veículo eficaz na concretização desta tarefa.

Sébastien Faure (1800- 1900), em uma conferência realizada em Paris em 1921, ressaltou a importância desta tarefa desempenhada pelos militantes. Para ele, os militantes têm as mãos cheias de verdades que devem ser espalhadas, sobretudo para os jovens e para as crianças – sementes que devem ser germinadas através da educação para serem colhidas no futuro.[50] A juventude é aclamada pelos militantes e chamada para a luta libertária uma vez que, para eles, os jovens e as crianças possuem a imaginação, a força, o entusiasmo, a lucidez e o anseio pela mudança:

> Tudo no mundo é filho da juventude, do empuxo, da fé, do entusiasmo de uma juventude realmente jovem que sente em si mesma, anelos e desejos de deixar marcados os seus passos pela vida, fazendo algo de grande, de nobre, de belo. A juventude recolhe o facho apagado e acende-o novamente.[51]

---

[47] LEUENROTH, Edgard. A situação no Brasil exige uma reforma estrutural – Somente com a socialização se solucionara o problema do país. In: *O Libertário*. Ano I, n° 07, mai./1962, p. 02.
[48] KROPOTKIN, Piort. *A moral anarquista*. Lisboa: Edições Sílabo, 2009, p. 33.
[49] LEUENROTH. Edgard. Roteiro Libertário da alforria final. In: *O Libertário*. São Paulo. Ano I, n° 7, mai./ 1962, p. 01.
[50] Ver: FAURE, Sebástien. "A criança". In: *Verve*, Revista do Núcleo de Sociabilização Libertária do Programa de estudos pós-graduados em Ciências Sociais da PUC: São Paulo, n°16, 2009, pp.13-47.
[51] MONTESENY. Os estudantes. In: *O Libertário*. São Paulo. Ano I, n° 01, out., 1960, p. 02.

Não seria deste modo a juventude uma inclinação do espírito à ação, à mudança, ao novo? Dela não faria parte os próprios militantes, independentemente da faixa etária em que se encontram? A ação dos militantes anarquistas aparece como uma força motora, remodeladora das consciências e impulsionadora da revolta, da ação, da transformação. Ela é exemplar e instrutiva por excelência. Bakunin ressalta que a educação tem um papel fundamental na revolução social, uma vez que ela é um dos processos que integra a própria revolução. Sobre o pensamento de Bakunin, Silvio Gallo conclui que:

> No momento em que educamos para a liberdade e a igualdade no seio de uma sociedade de exploração e desigualdade, já estamos realmente fazendo a revolução: estamos começando a mudar as consciências, estamos ajudando a ver o mundo de maneiras diferentes. E ver de outro modo é o primeiro passo para a transformação, pois ninguém transforma nada se não consegue ver as coisas de outra maneira.[52]

A revolução anarquista pretende suscitar a emergência de *novos homens* e de uma nova sociedade fundamentada na liberdade, na solidariedade e na justiça. Para tanto, busca-se formar homens livres, conscientes, solidários, justos, que saibam afirmar a si mesmos e construir-se autonomamente através da relação com o outro. No jornal *O Libertário*, deparamo-nos com a seguinte afirmativa:

> É na educação que está a única solução para a felicidade humana.[53]

O pensamento anarquista propõe a valorização de condutas morais pouco ou nada apreciadas em uma sociedade de cunho capitalista. Como assevera Errico Malatesta (1853-1932), a moral evidencia regras de conduta bem quistas pelo homem que alicerça suas ações em sociedade.[54] Como não se pode conceber uma sociedade sem moral e não se pode conceber um *novo homem* que não saiba distinguir o que é bom ou mal para si e para o outro, afirmamos que os anarquistas compartilham uma moral, tratada não como um conjunto de regras que devem ser obrigatoriamente cumpridas, mas sim como uma escolha *inevitável* feita pelos homens que se revoltam contra todas as formas de tirania e exploração. Entendendo a ordem como disposição natural de cada coisa, *O Libertário* enfatiza em um artigo intitulado *A ordem*, de Juan Le Vagre, que a

---

[52] GALLO, Sílvio. *Pedagogia do risco*, Campinas: Papirus, 1995, p. 67.
[53] *O Libertário*. A educação racional. Ano II, n°12, out./1962, p. 02.
[54] Ver: MALATESTA, Errico. *Os anarquistas e o sentimento moral*. Genebra: Le Réveil, 1904.

sociedade é uma ordem resultante do desenvolvimento natural da humanidade e que, por isso, não se restringe a ser obra de um pensamento soberano que a criou e a conserva através da autoridade. Sendo a humanidade, assim como os animais e as plantas, possuidora de leis naturais que a regem, ela é contrária à força que tenta garantir uma ordem estabelecida por alguns homens que se beneficiam em detrimento do prejuízo dos demais.[55] A autoridade, para os articulistas de *O Libertário*, não seria necessária para a manutenção da ordem social. Para eles, basta viver segundo as leis naturais para a garantia da ordem. A anarquia, desse modo, seria uma sociedade regida pelas leis naturais da humanidade, e é sob estas leis que se assentam a moral anarquista[56].

A moral anarquista: um novo padrão de conduta

Ao refletir sobre a origem do sentimento moral, Kropotkin afirma que qualquer modelo de conduta seguido pelo homem está intimamente associado a uma necessidade da sua natureza – a procura pelo prazer e/ou a extinção da dor. Observando o mundo animal, este pensador-militante concluiu que a distinção entre o bem e o mal em qualquer sociedade está associada a outras duas necessidades da natureza: a preservação da espécie e a busca pela felicidade de todos os seus membros. Tudo o que é útil para uma sociedade é logo associado ao bem, e tudo o que lhe é nocivo é associado ao mal.

Segundo Kropotkin, foi Adam Smith (1723-1790) o primeiro pensador a apontar a verdadeira origem do sentimento moral: o sentimento de simpatia. A identificação com uma causa ou ocorrência levaria o homem a agir conforme suas convicções e sentimentos, de forma a tornar esta ação um hábito. Em outras palavras, uma ação torna-se mais facilmente um hábito quando movida pela simpatia. Tais considerações nos levam a crer que, para se educar o homem sob determinados códigos de conduta, é necessário despertar nele um sentimento de simpatia pela causa. A defesa de um ideal e a propagação da sua utilidade para a sociedade são as formas mais eficazes para conseguir adeptos. Se os religiosos cativam seus fiéis através de uma moral pautada no amor e obediência a Deus e no temor ao Inferno, os anarquistas buscam a adesão dos homens a partir do livre exame e da autocrítica.

---

[55] VAGRE. Juan Le. A ordem. In: *O Libertário*. São Paulo, Ano I, n° 01, out./1960, p. 01.
[56] Estas premissas de caráter evolucionista e cientificistas expostas no jornal *O Libertário* remontam ao pensamento do anarquista Piotr Kropotkin que será tratado no tópico a seguir.

A moral defendida por Kropotkin é resumida em uma única frase: "Faz aos outros aquilo que quererias que te fizessem a ti nas mesmas circunstâncias".[57] Ela não é concebida como uma obrigação, mas sim como um conselho. A coação é repudiada pelos anarquistas, enquanto a liberdade de escolha é considerada um direito inerente ao homem. Sendo assim, nos perguntamos: como poderíamos nos certificar de que o homem agiria em prol do bem comum, na ausência de obrigações, punições e instituições coercitivas de vigilância? Segundo Kropotkin**,** o homem emancipado – *o novo homem* - "fará e agirá sempre num certo sentido útil para a sociedade".[58] Este homem saberá distinguir, através da experiência e observação, o que deve amar – o bem – e o que deve odiar – o mal – sendo o autoritarismo, a coação e a punição desnecessários para o desenvolvimento dos sentimentos morais. Kropotkin alimenta-se de um otimismo inabalável quanto à natureza humana e à sociabilidade imanente a ela. A fé no homem e na sua capacidade de distinguir o bem e o mal para a sociedade, quando emancipado, é o que move a crença no bom desenvolvimento e nos bons frutos capazes de serem gerados em uma sociedade anarquista. Para tanto, como já enfatizamos anteriormente, a emancipação dos homens só será possível através da educação, instrumento para a libertação dos homens de tudo que lhes falseia o juízo na sociedade vigente. O otimismo acerca da natureza humana e da capacidade do homem de se libertar dos preceitos (a)morais e (anti)éticos, próprios do sistema capitalista, através da educação, para se transformarem em *novos homens*, é o que impulsiona os anarquistas e confere sustentação à sua filosofia. São estes homens que justificam o posicionamento dos anarquistas, como sugere Guilarte no jornal *O Libertário*:

> [Somos anarquistas] porque nos negamos a ser rebanho... E porque continuamos crendo no homem, no homem com suas misérias, suas angústias, surpreendido de sua própria obra, mas que é o princípio e o fim, a peça fundamental de tudo o que nos rodeia. Cremos nele porque estamos convencidos de que chegará o dia em que sua mente se ilumine e seu coração a todas as bondades, para buscar no caminho da fraternidade o verdadeiro rumo de sua vida.[59]

A intolerância dos anarquistas perante as formas de agir e pensar dos "dominadores" é apreciada por Kropotkin. Segundo este autor, a intolerância confere aos homens um sentimento de revolta contra as mazelas e injustiças próprias do sistema capitalista: ela seria uma forma de combate ao mal que aflige a sociedade. Nesse

[57] KROPOTKIN, Piotr. *A moral anarquista*. Lisboa: Edições Sílabo, 2009, p. 71.
[58] Idem, p.99.
[59] GUILARTE. Porque somos anarquistas. In: *O Libertário*. São Paulo: ano III, nº 15, jan./1963, p. 02.

sentido, quando analisamos os escritos de Leuenroth, compreendemos a dicotomia bem/mal que permeia o seu discurso. Para ele, toda a estrutura do sistema capitalista, assim como todo o imaginário social que o sustenta, deveria ser combatida, enquanto a anarquia aparece como o modelo adequado de sociedade capaz de despertar nos homens a simpatia pelos sentimentos morais e éticos mais justos e mais humanos:

> Em síntese, ao que se aspira é por fim ao regime de desordem imperante e conquistar uma situação que a todos faculte um melhor teor da vida. Para isso ser conseguido, é preciso dar combate a todas as formas de tirania, de exploração e de embrutecimento, a todos os elementos de corrupção imperantes no ambiente social. Vencendo todos os obstáculos que impedem a caminhada pela estrada larga da liberdade, em busca dos mais amplos horizontes sociais, que nos conduzem para sempre mais além das injustiças que perturbam a felicidade geral.[60]

A paixão ativa e vigorosa dos anarquistas pelo ideal libertário confere a eles um sentimento de rejeição e de revolta contra tudo aquilo que impede a propagação deste ideal, e impulsiona suas forças na luta pela regeneração do mundo. Kropotkin acredita que esta paixão – própria dos revolucionários – é natural do homem motivado pelo sentimento do "poder" e pela capacidade de "fazer":

> O sentimento moral do dever – que cada homem sentiu na sua vida e que se tem querido explicar em todos os misticismos – "não é senão uma superabundância de vida que exige exercer-se, que exige dar-se; trata-se do sentimento de um poder" [61]

Neste sentido, Kropotkin afirma que deve haver coerência entre os ideais e as ações praticadas pelo homem e, por isso, ele precisa agir atendendo a este sentimento de "poder", propagando o seu ideal e se revoltando contra tudo aquilo que impede o bem-estar social. A revolta contra todas as formas de dominação, preconceitos e obscurantismo do sistema capitalista e a defesa do ideal libertário – caminho para o progresso da humanidade – é, dessa forma, a própria essência da moral anarquista.

Outra constatação de Kropotkin em seus estudos refere-se ao fato de que a sobrevivência das espécies, assim como o seu progresso, está associada ao hábito do princípio de solidariedade, um traço existente em todas as espécies animais que vivem

---

[60] LEUENROTH, Edgard. A situação no Brasil exige uma reforma estrutural – Somente com a socialização se solucionará o problema do país. In: *O Libertário*. São Paulo: Ano I, n° 07, mai./1962, p. 02.

[61] KROPOTKIN, Piotr. *A moral anarquista*. Lisboa: Edições Sílabo, 2009, p. 113.

em sociedade e que garante o desenvolvimento em seu seio de duas qualidades: a coragem e a livre iniciativa, quesitos fundamentais para sua vitória e seu progresso.

> Quanto mais sinta cada membro da sociedade a sua solidariedade com qualquer outro membro da mesma, melhor se desenvolvem, em todos, estas duas qualidades que constituem os principais fatores da vitória e de todo o progresso – a coragem, por um lado e a livre iniciativa do indivíduo por outro. E pelo contrário, quanto mais essa sociedade animal, ou qualquer pequeno grupo de animais, perde esse sentimento de solidariedade (...) mais os outros dois fatores do progresso - a coragem e a iniciativa individual – diminuem; acabam por desaparecer e a sociedade caída na decadência, sucumbe perante seus inimigos.[62]

A coragem e a livre iniciativa são duas qualidades fundamentais para os anarquistas, pois permitem que o homem lute contra a submissão e em favor da liberdade, contribuindo para o progresso da sociedade. O sentimento de solidariedade, quando recorrente no seio de uma sociedade, permite ao homem sua libertação e emancipação. Isso nos auxilia na compreensão da interligação, na filosofia libertária, entre os seus três princípios básicos: a liberdade, a igualdade e a solidariedade. É a solidariedade que pressupõe o respeito e a consideração pelo outro em uma sociedade que privilegia a liberdade plena e a igualdade entre os indivíduos. Para o anarco-comunismo, todos os homens devem ser livres e devem ter os mesmos direitos, porém eles não defendem o individualismo desenfreado, próprio dos tempos modernos, e sim o coletivismo. O homem só se satisfaz a partir da realização social, de modo que a preservação e o bem-estar da sociedade são fundamentais para a sua felicidade:

> É, portanto pela cooperação e pelas relações recíprocas que se dá o aprimoramento do indivíduo. A reciprocidade implica no principio de igualdade de condições, ou seja, na justiça social, tão cara ao(s) anarquismo(s). Numa sociedade de iguais, cada indivíduo, soberano de si, governa a si mesmo, o que pode ser traduzido, a nível social, pela máxima "não queremos ser governados ... não queremos governar" O reconhecimento do outro como seu igual está na base da moral de Kropotkin, que assegura não ser necessária a coerção numa sociedade de iguais.[63]

Em uma entrevista concedida por Edgard Leuenroth a um programa de TV da cidade de São Paulo, comentada no jornal *O Libertário*, o entrevistado sintetiza bem estas assertivas. Segundo ele:

---

[62] Idem, pp. 80-81.

[63] LOPREATO, Christina da Silva Roquette. Sobre o pensamento libertário de Kropotkin: indivíduo, liberdade, solidariedade. In: *História & Perspectivas*, Uberlândia, (27 e 28), 2003, p. 60.

> O anarquismo não se fecha, não está enquadrado em nenhum esquema preestabelecido a servir de roteiro para a conduta humana. É a própria vida! E como tal, vai até onde o sentido da liberdade o possa conduzir. Sim, porque a essência da Anarquia é liberdade e responsabilidade. Livre para compreendermos a responsabilidade, responsáveis para não desvirtuamos o sentido da liberdade. É assim que entendemos o anarquismo. Filosofia aberta a todos os reis, mendigos, sábios e ignorantes (...) E na Anarquia, liberdade e responsabilidade têm funções correlatas. Se a liberdade é condição essencial para o estabelecimento da Anarquia, a responsabilidade exerce o sentido crítico, ético e estético do anarquismo. Ambos se completam na função de conduzir as atitudes humanas.[64]

A solidariedade é um principio moral capaz de fazer brotar no homem a coragem e a livre iniciativa. Estas qualidades permitem o desenvolvimento de homens responsáveis que intercedem pela sociedade em que vivem e que estão prontos para agir em prol do bem-estar social, uma vez que são guiados pela razão e, conseqüentemente, pela moral. O egoísmo e o individualismo, tão comuns na nossa sociedade, são ferrenhamente combatidos pelos anarquistas. Quando Leuenroth combate a ganância e a exploração dos capitalistas, ele enfrenta o individualismo destes homens que privilegiam interesses pessoais em detrimento dos interesses coletivos:

> Ninguém deve hesitar em face desta verdade: a origem da miséria, da insegurança e da inquietação de todos os brasileiros está no monopólio, pelos capitalistas, da riqueza produzida diretamente e efetivamente pelo povo trabalhador, que, no entanto, constitui a classe pobre, sujeita a todas as agruras de escassez do mais essencial à vida. Evidencia-se, conseqüentemente, que a única solução para o problema político-social brasileiro, e, aliás, para o de todos os povos, como o nosso, sujeitos à mesma crise, será substituir o regime de privilégios dominante que concede aos capitalistas, senhores de todos os meios de produção, o direito de vida e de morte sobre o trabalhador. Torna-se indispensável organizar a sociedade brasileira de maneira que a terra e os instrumentos de produção, todos os bens sociais, produzido pelo esforço comum, sejam postos, como patrimônio comum que a serviço da produção destinada a satisfazer as necessidades coletivas e não as ambições de riquezas da minoria capitalista.[65]

Os interesses da coletividade ditariam a organização da sociedade ácrata pensada por Leuenroth, mas seu bom funcionamento estaria ligado à intervenção dos *novos homens*, cuja autonomia e responsabilidade conduziriam a nova sociedade:

---

[64] LEUENROTH, Edgard. O anarquismo exposto na TV de São Paulo. In: *O Libertário*. São Paulo, Ano III, n°16-17, fev.-mar./1963, p. 04.

[65] LEUENROTH, Edgard. A situação no Brasil exige uma reforma estrutural – Somente com a socialização se solucionara o problema do país. In: *O Libertário*. São Paulo: Ano I, n° 07, jan./1962, p. 02.

> É preciso assentar a organização do Brasil de forma que assegure a cada brasileiro o seu desenvolvimento integral e o bem-estar à coletividade, uma organização que considere o indivíduo como sua unidade essencial e que, repudiando todas as normas totalitárias e ditatoriais, seja baseada no livre consenso, determinada e regulada pelas necessidades, aptidões, idéias e sentimentos de cada qual, dentro de uma vasta confederação socialista libertária de comunas livres, estruturadas pelas federações profissionais, técnicas, cientificas, artísticas, culturais, recreativas etc.[66]

A instauração de uma sociedade anarquista não poderia ser realizada de um dia para o outro. A anarquia deve ser conquistada dia após dia. Quando Leuenroth aponta os problemas que afligiam a população identificando-os nos alicerces de sustentação do sistema capitalista – O Estado, as leis, a propriedade privada, a desigualdade social – nos artigos publicados no jornal *O Libertário*, ele deu um passo importante para a conscientização dos seus leitores sobre a necessidade de transformação social para, então, acenar com uma nova perspectiva política, econômica e social pautada nos princípios anarquistas, tal como consta em seus manuscritos. A conquista da anarquia, tão almejada por Leuenroth, só seria possível a partir de um processo gradual de conscientização, educação e avivamento do espírito transformador e criador dos homens. Segundo Malatesta, a anarquia seria

> uma sociedade fundada sobre o livre e voluntário acordo, na qual ninguém possa impor sua vontade a outrem, onde todos possam fazer como bem entendem e concorrer voluntariamente para o bem-estar geral. Seu triunfo só será definitivo, universal, quando todos os homens não mais quiserem ser comandados nem comandar outras pessoas, e tiverem compreendido as vantagens da solidariedade para saber organizar um sistema social no qual não haverá mais marca de violência e de coação. Por outro lado, assim como a consciência, a vontade, a capacidade, aumentam gradualmente e só podem encontrar oportunidade e meios de se desenvolverem na transformação gradual do meio e na realização das vontades à medida em que elas se formam e se tornam imperiosas; assim, também, a anarquia instaurar-se-á pouco a pouco, para se intensificar e se ampliar cada vez mais. Não se trata, portanto, de chegar à anarquia hoje ou amanhã, ou em dez séculos, mas caminhar rumo a anarquia hoje, amanhã e sempre.[67]

Leuenroth compreendia que a conquista de uma sociedade libertária brasileira só seria possível a partir de um árduo trabalho de militância. Nesse sentido, a anarquia deveria ser conquistada gradualmente. Conscientizar as massas, denunciar as contradições e injustiças, incentivar a luta por melhores condições de vida, educar os

---

[66] Idem, Ibidem.
[67] MALATESTA, Errico. *Rumo à Anarquia*. Genebra: Le Réveil, 1910, p. 02

homens a partir dos princípios e da moral libertária, estruturar uma sociedade libertária compatível com as especificidades brasileiras e, sobretudo, ser fiel e coerente aos seus ideais, são condutas que regeram a trajetória de vida de Leuenroth. A revolução neste sentido, é um processo contínuo de transformação dos indivíduos que, com suas ações, criam novas situações e novos indivíduos simultaneamente. Na década de 1960, momento de grande euforia dos movimentos sociais no país e de uma forte crise econômica devido à inflação, Leuenroth julgava necessária uma urgente remodelação das bases do sistema capitalista:

> Urge, pois, romper o círculo vicioso dentro do qual gira a vida da sociedade brasileira. E para isso ser conseguido terá o povo de se colocar ante o imperativo irrecusável de promover a reforma das bases da organização político-econômico-administrativa do País. Mas será possível proceder-se – no momento presente – a uma reforma da sociedade brasileira em bases fundamentais diversas das normas agora vigentes? Haverá possibilidade prática de se operar uma reorganização tão radical na vida social brasileira com os elementos que aí estão – materiais e humanos? Eis a inevitável interrogação que se apresenta em meio às preocupações e inquietude daqueles que enfrentam o estudo dos problemas sociais obedientes ao critério do livre exame.[68]

Ante a necessidade e a urgência de tal transformação social, Leuenroth acreditava na possibilidade de concretização da anarquia no Brasil, conciliável com as condições materiais e humanas que aqui se encontravam. O temor resultante desta proposta de emancipação estava ligado, conforme Leuenroth, ao conformismo, à acomodação e à submissão e respeito incondicional à ordem instituída, às normas e condutas reforçadas pelo modelo tradicional de educação. Mostrando que, no início da vida em sociedade, o homem vivia em agrupações humanas que dispensavam a existência de um Estado, Leuenroth acreditava que o povo brasileiro seria capaz de promover a "reforma das bases da organização político-econômico-administrativa"[69] do país e organizar um sistema de convivência que facultasse a todos o bem-estar social:

> Assim sendo, outra solução não se apresenta senão a do povo brasileiro decidir-se a enfrentar, de uma vez por todas, com a firmeza da consciência inabalável de seus direitos, o imperativo histórico de considerar como obsoleto o atual regime fundado no domínio do capitalismo e lançar, em sua substituição, os fundamentos da organização socialista libertária, tendo por lema a igualdade como base, a liberdade como meio e a solidariedade como fim, num ambiente

[68] LEUENROTH, Edgard. A reforma de base que se impõe. In: *O Libertário*. São Paulo Ano III n° 26, jan./1964, p. 01.
[69] Idem, Ibidem.

> de ordem fundado na harmonia que resulta da prática do método do livre acordo e da ajuda mutua.[70]

É a partir desses princípios: liberdade, igualdade e solidariedade, que Leuenroth estrutura em seus escritos uma sociedade anarquista para o Brasil. Nela, o Estado, as leis e todas as instituições burocráticas, assim como todos os privilégios, títulos honoríficos e hierárquicos seriam abolidos. Socializar-se-iam todos os patrimônios e riquezas sociais, terras, instrumentos de produção. Conforme adverte Leuenroth, "o bem-estar da comunidade deve partir do bem-estar de cada um de seus membros"[71], de acordo com as suas necessidades e com suas possibilidades. A sociedade retribuiria os esforços coletivos correspondendo às necessidades básicas de sobrevivência humana: alimentação, habitação, assistência social, instrução, lazer, etc.

Contudo, o que pretendemos evidenciar neste capitulo é que as idéias libertárias de Leuenroth e o seu projeto de conscientização das massas apelavam para uma atitude moral frente às intempéries patrocinadas pelo capitalismo. O jornal anarquista era um veículo chave de transmissão dos ideais e das aspirações deste militante, uma vez que permitia a circulação de mensagens claras e concisas que eram divulgadas a um público amplo. Os anarquistas possuíam uma prática comum de repassar a outras pessoas jornais, folhetos, livros etc., ao invés de descartá-los. Ao final da segunda página de um exemplar do jornal *O Libertário*, verifica-se a seguinte mensagem: "Não jogue esta folha depois de a ler. Passe-a adeante, para que outros a leiam".[72] Tal prática viabilizava o acesso ao jornal não só a anarquistas e simpatizantes, mas também a pessoas que desconheciam o anarquismo ou que dele tinham uma imagem equivocada. A imprensa aparecia como um instrumento primordial de divulgação do anarquismo. Ela era um *lócus* de conscientização política e moral para a formação do *novo homem* vislumbrado por Leuenroth e para a construção da anarquia. Por outro lado, é justamente nesta interlocução que se negava as premissas "naturalizadas" do capitalismo que, para Leuenroth, se ancoravam na falta de consciência política e na desorientação moral.

Desta forma, seria um equívoco de nossa parte afirmar que Edgard Leuenroth emoldura um "homem ideal" apartado dos acontecimentos sócio-políticos em vigor na década de 1960. Por esta razão, preferimos falar de um "novo homem" que, revigorado, passa a olhar a sociedade de maneira mais crítica e menos apática. Talvez, os aspectos

---

[70] LEUENROTH, Edgard. *Qual a solução para o problema do país?*. Manuscrito, s/d, p. 33.
[71] Idem, p. 41.
[72] *O Libertário*. São Paulo. Ano I, n° 02, nov./1960, p. 02.

deste “novo homem” sejam baseados, em larga medida, no perfil do militante anarquista tão bem delineado por Jacy Seixas (não por acaso, Edgard Leuenroth é retratado por seus companheiros como sendo um exemplo de conduta). É certo, portanto, que a “reforma dos homens” descrita por Leuenroth ampara-se na educação libertária e em um novo perfil moral e ético político. No entanto, é preciso inquirir sobre as atitudes deste novo homem perante a sociedade na qual vive. Afinal, como se daria a “reforma sócio-político-administrativa” do Brasil? Quais são as prioridades apontadas por Edgard Leuenroth? Em que medida seus escritos dialogam com a política reformista proposta por João Goulart? É preciso, antes de dar sequência ao trabalho, apontar ao leitor mais uma vez que não entendemos que a reforma dos homens seja mais importante ou hierarquicamente melhor situada que a reforma da sociedade. Como apontou Seixas, há uma intrínseca relação entre *consciência* e *ação*: ao mesmo tempo em que o homem consciente age, a ação promove a consciência dos homens. O homem e a sociedade libertária são criados em um mesmo processo gradual de transformação. Cabe agora perscrutarmos a reforma da sociedade brasileira idealizada por Leuenroth.

Capítulo II - Da reforma à revolução: Edgard Leuenroth e o projeto anarquista para um novo Brasil

O objetivo central deste capítulo é investigar a *reforma* proposta pelo anarquista Edgard Leuenroth para a sociedade brasileira na década de 1960. Para tanto, será necessário perscrutar a possível relação entre os escritos de Leuenroth e a política reformista que caracterizou o governo de João Goulart. Selecionamos, para análise, a seguinte documentação: o jornal *O Libertário*, discursos políticos do presidente João Goulart e uma mensagem sua escrita em março de 1964, direcionada aos membros do Congresso Nacional. Nesta mensagem, intitulada "Os novos tempos e as novas tarefas do povo brasileiro", Jango assinala as medidas políticas reformistas adotadas desde o início do seu governo e propõe a consecução de *reformas de base* no país, com o intuito de sanar os problemas e garantir o progresso.

A partir do cruzamento das fontes, pretendemos refletir sobre a seguinte questão: até que ponto a ênfase dispensada por Leuenroth na revisão e publicação dos seus escritos inéditos no jornal *O Libertário* não implicava num (re)pensar da política governamental de "Jango", num momento que precedeu a Ditadura Militar Brasileira, instalada em 31 de março de 1964 no país? Em outras palavras, a intenção deste texto é verificar a (im)provável interlocução entre o discurso apropriado pela política Goulart e o discurso anarquista que vingou sob a pena de Edgard Leuenroth, a fim de compreender melhor o *projeto reformista* deste militante (utilizamos o termo reforma em itálico porque, nos escritos de Leuenroth, ele detém um sentido muito próprio, a ser explicado mais adiante). Desse modo, será necessário retomar questões referentes aos primeiros anos da década de 1960 no Brasil, na tentativa de compreender melhor certas ações políticas e sociais ocorridas neste período, no qual o tema das *reformas de base* ganhou destaque em meio aos debates políticos. Por motivos que se justificarão mais tarde, convém que retomemos alguns procedimentos que vigaram no governo Vargas, pois muitos dos propósitos nutridos por Jango não apenas se amparam na política varguista como se mostram como extensão dela.

Apontamentos sobre a Era Vargas

Convém retomar, no espaço de poucas páginas, alguns dos aspectos do governo Vargas para analisarmos, em seguida, outro presidente que o tomou como exemplo para

figurar os propósitos de sua presidência: João Goulart. Para tanto, retomaremos aspectos sobre o segundo movimento da formação da classe trabalhadora no Brasil tratado por Ângela de Castro Gomes (que fora mencionado na introdução deste trabalho).

No início da década de 1930, a posse de Getúlio Vargas veio articulada a um projeto político que, em linhas gerais apontava que a grande "evolução das democracias" seria a adequação política ao ideal de respeito ao trabalho enquanto meio de valorização do homem. Este princípio, adotado pelo Estado Novo, correspondia à necessidade de se integrar à (e de se inteirar da) vida da população oferecendo-lhe amparo, dignidade e assistência através da garantia dos direitos sociais. Para este intento, todavia, era necessária a atuação de um Estado intervencionista, que reconhecesse o indivíduo tanto em uma dimensão econômica, expressa pela iniciativa privada capitalista, quanto em uma dimensão política, traduzida pela explicitação de seu ideal de justiça social. Negava-se, ainda, a idéia de democracia fundada no dissenso e defendia-se, por outro lado, a tendência à unidade (assegurada por um Estado forte) em todos os aspectos políticos e sociais. Este procedimento implicava no abandono do princípio de separação de poderes e na conversão da autoridade do presidente em "autoridade suprema do Estado". Estado que, por sua vez, se tornaria um "órgão de coordenação, direção e iniciativa na vida política". Na *nova democracia* não seria permitida a atuação de outros partidos políticos, uma vez que estes promoveriam conflitos regionais e setoriais que desestabilizariam a ordem e a harmonia nacional. Daí a necessidade da criação de órgãos técnicos e de corporações que pudessem consultar as necessidades sociais através da observação e da experiência direta. Nesta direção, os sindicatos seriam transformados em órgãos de cooperação sob tutela estatal:

> era justamente através dos sindicatos que o Estado nacional realizava organizacionalmente e legitimava simbolicamente seu projeto político, sob o controle ao mesmo tempo cientifico e pessoal do Estado. A possível rigidez e frieza de uma ordem social hierarquizada era temperada pela autoridade pessoal de um líder paternal que se voltava para o povo de trabalhadores.[73]

Durante o Estado Novo, a figura de Vargas foi projetada como a imagem de um grande líder nacional que tomava todas as providências possíveis para a elaboração e aplicação da legislação social. O discurso estado-novista mostrava que o presidente não apenas cumpria sua função de estadista, garantindo o bem-estar social, como o fazia tão

[73] GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p.192.

somente por generosidade.[74] Daí a necessidade do reconhecimento de suas ações e o estreitamento dos laços de reciprocidade entre os trabalhadores e o presidente.

O Estado Novo assumiu a primazia do processo de elaboração da legislação social. Foi durante a administração de Salgado Filho no Ministério do Trabalho, que foram promulgadas as principais leis de regulamentação das relações de trabalho no Brasil, no que se refere à condição de trabalho (referente a horário, férias, trabalho feminino e de menores), às compensações sociais e aos sujeitos inseridos no processo de trabalho (como benefícios de aposentadoria e pensões). É importante destacar que o discurso estado-novista apresentava o Estado não apenas como

> produtor de bens materiais, mas como produtor de um discurso que tomava elementos-chave da auto-imagem dos trabalhadores e articulava demandas, valores e tradições desta classe, redimensionando-os em outro contexto. A classe trabalhadora, por conseguinte, só "obedecia" se por obediência política fica entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição. Não havia, nesse sentido, mera submissão e perda de identidade. Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto.[75]

Na ótica de Gomes a adesão dos trabalhadores à política social de produção e aplicação de leis, que regulava o mercado de trabalho, não decorreu somente de um "pacto social" que legitimava exclusivamente a troca de benefícios por obediência política. Mesmo que a legislação trabalhista criada por Getúlio Vargas concedesse benefícios sociais apenas aos trabalhadores legalmente sindicalizados, isso não implicaria considerar que a aceitação e o reconhecimento destes benefícios por parte dos trabalhadores vieram apartados de resistência política e/ou de diálogos concorrentes. Foi a partir da década de 1940, quando a lógica material imputada pelo Estado somou-se à lógica simbólica do discurso *trabalhista*[76] – que (re)significou a "palavra operária"

---

[74] Segundo Gomes, o contrato entre povo-Presidente ultrapassava a lógica dos interesses pela qual se troca obediência por segurança. A noção de interesse individual existe, mas não preside o contrato, pois a base ideológica que institui a obrigação não era a dívida e sim o compromisso. Neste sentido, o contrato assume a feição de um fenômeno social total, isto é, econômico, jurídico e também moral. A cidadania era definida como pertencimento e a retribuição como paixão e não um mero interesse político, daí a incorporação ao discurso trabalhista da idéia de que o país era formado por uma grande família na qual Vargas era o Pai dos pobres, que fazia o melhor pelo seu povo – os trabalhadores – e, em troca, este deveria obedecer e, quando necessário, se submeter ao sacrifício em retribuição. "Ser cidadão – integrar o mundo definido como da política – era pertencer a uma totalidade econômica (trabalhar – produzir riquezas); jurídica (possuir a carteira de trabalho) e moral (compreender o trabalho como um dever/direito)." Ver: idem, p. 213.

[75] Idem, p.164.

[76] "Envolvendo um conjunto de idéias, valores, vocabulário e também práticas festivas (como um certo tipo de comemoração do Dia do Trabalho), o trabalhismo, como ideologia, foi um produto do Estado

constituída ao longo da Primeira Republica – que a resistência à sindicalização corporativista diminuiu. [77]

O trabalhismo possuía, enquanto ideologia da outorga, uma dimensão simbólica que alimentava e dava feição ao "pacto social" estabelecido entre Vargas e os trabalhadores. É importante considerar que o Estado Novo não entendia a questão social como uma questão restrita à causa operária, mas sim como assunto que dizia respeito a todos os setores sociais. Neste sentido, a resolução da questão social incluía todos os problemas de caráter econômico e social que estivessem ligados ao bem-estar da população. Segundo Gomes, o grande sucesso da ideologia trabalhista se deu na (re)significação do passado da luta dos trabalhadores sem ao menos mencioná-lo. O período da "Primeira Republica" era caracterizado pela ausência do Estado e pelo vazio quase geral da atuação por parte dos trabalhadores. A ideologia trabalhista não reconhecia idealizações alternativas para se alcançar um mundo melhor. Defendia-se, ao contrário, o combate ao subversivo identificado como "estrangeiro da pátria e de idéias", uma ameaça contagiosa ao ideal disciplinador do trabalho. Neste sentido, a defesa da organização sindical corporativista era necessária para manter os trabalhadores apartados de influências *negativas*, além de ser uma valiosa ferramenta a garantir a vigência e a obediência perante as leis sociais que materializavam as inclinações políticas do Estado Novo.

Contudo, por volta de 1945, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial – a partir do acordo firmado entre Vargas e o presidente norte-americano Roosevelt, o Brasil posicionou-se na luta contra o nazi-fascismo – a manutenção de uma "democracia autoritária" no país foi colocada em xeque. Por conseguinte, iniciou-se um movimento de organização de partidos políticos no país, vistos como poderosos instrumentos de representação que deveriam contribuir para a transição do autoritarismo para um regime mais aberto. Isto proporcionou o surgimento de importantes partidos políticos nacionais: os setores liberais, que se opunham ao governo Vargas, se aglutinaram na União Democrática Nacional (UDN). Já as forças atreladas ao presidente se dividiram em duas agremiações: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido

---

Novo em seu segundo movimento. Isto é, tal ideologia foi articulada e difundida, por meio de uma série de modernos e sofisticados procedimentos e atos comunicativos, a partir do ano de 1942, possuindo como base operacional o Ministério do Trabalho, Industria e Comercio". Ver: GOMES, A. C. História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET. R., BICALHO. M. B., GOUVEIA. M. (orgs.). *Culturas Políticas:* ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 38.

[77] Ver: GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p.167.

Trabalhista Brasileiro (PTB). O primeiro constituiu-se no partido da cúpula da máquina política do Estado Novo. Já o PTB foi concebido como um grande partido de massas que teria como base o proletariado urbano, beneficiado pela legislação trabalhista implantada no Estado Novo:

> Na primeira convenção nacional, realizada em setembro de 1945, Paulo Baeta Neves foi escolhido presidente da comissão executiva do PTB, enquanto Getúlio Vargas era eleito presidente de honra. Na mesma ocasião foi aprovado o programa do partido, que defendia a manutenção e a ampliação da legislação trabalhista consolidada durante o Estado Novo, a extensão dos benefícios dessa legislação aos trabalhadores rurais, a reforma agrária, o direito à greve pacífica e a conciliação entre as classes sociais. [78]

A partir de 1945 o trabalhismo foi relido e apropriado por trabalhadores e por lideranças políticas e sindicais, ganhando novos sentidos, forças e possibilidades[79]. Esta ideologia se transformou num instrumento de inclusão social e de alargamento da participação política, sendo ainda vinculada a práticas demagógicas e assistencialistas:

> Desde 1945, portanto, o trabalhismo começa a ser compartilhado em novas bases, por um circuito que comunica setores das elites com setores populares, ganhando significados específicos em cada um deles, em diferentes conjunturas políticas. Talvez se possa dizer, correndo algum risco, que é durante essa experiência que o trabalhismo começa a se estruturar como uma tradição da política brasileira, capaz de mobilizar eleitores e de ser mobilizada por políticos. Especialmente após a morte de Vargas, seu primeiro e maior nome, abre-se uma temporada de confrontos abertos pela redefinição dos conteúdos do trabalhismo, bem como uma luta, até antropofágica, pela herança do carisma e pela forca da legenda. De 1954 a 1964, vários são os partidos trabalhistas e várias são as lideranças que, no interior do PTB, disputaram o poder de redefinir os conteúdos programáticos do partido e suas bases de atuação. Esse é um segundo tempo do trabalhismo: um trabalhismo sem Vargas e de dispersão de seu carisma. Um tempo dominado por muitas figuras: *Jango*, a maior de todas, mas também Fernando Ferrari, Lucio Bittencourt, Leonel Brizola e San Tiago Dantas, entre outros.[80]

---

[78] Ver: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas/PTB

[79] É importante ressaltar que Gomes compreende o trabalhismo como uma importante ideologia e tradição da cultura política brasileira do pós-1945. Para a historiadora uma cultura política é um conjunto de referências, mais ou menos formalizadas em instituições (no caso, partidos e sindicatos) e mais ou menos difundidas na sociedade. "Ela não é homogênea e sofre transformações temporais espaciais (...) marcada pela diversidade, pela competitividade e pelo movimento. Também não entendo as tradições como algo rígido: elas são móveis e sua força e duração vêm exatamente dessa capacidade de mudança, que é grande, mas é não arbitrária." Ver: GOMES, Ângela de Castro. História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET. R., BICALHO. M. B., GOUVEIA. M. (orgs.). *Culturas Políticas:* ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p.41.

[80] Idem, pp. 39-40.

De 1954 a 1964 o trabalhismo continuou marcado pela defesa dos direitos do trabalhador, pelo nacionalismo e pela proposta de um Estado intervencionista e protetor, mas também se vinculou a novos temas como a luta pelas reformas de base empunhada, sobretudo, na década de 1960 pelo governo de João Goulart. As características comumente atribuídas ao governo "Jango" chamaram a atenção dos historiadores em momentos distintos. O tópico seguinte pretende levantar alguns questionamentos viabilizados pela historiografia supracitada para, em seguida, retomar mais de perto o perfil da política priorizada por João Goulart.

Um balanço da produção historiográfica sobre o governo "Jango"

Analisando a bibliografia sobre o governo Goulart, encontramos explicações e interpretações diversificadas. Marcelo Badaró Mattos realizou um levantamento da produção acadêmica sobre o governo Goulart e o Golpe de 1964. De acordo com o autor, quatro ciclos de estudos já foram percorridos pela literatura acadêmica: 1) até a década de 1970, as interpretações mais comuns giraram em torno da questão econômica – no que se refere à crise de acumulação herdada do governo de Juscelino Kubitschek – e do caráter populista do governo Jango,[81] que, ao entrar em crise, teria proporcionado o golpe; 2) na década de 1980, trabalhos como o de René Dreifuss atribuem as articulações entre setores das classes dominantes e militares à derrocada do governo de João Goulart.[82]; 3) em 1990 aparecem estudos como o de Argelina Figueiredo, que contesta as análises anteriores, baseadas em explicações estruturais e interpretações intencionais (conspiratórias). A preocupação desta autora é demonstrar que havia um

[81] O populismo nestes estudos era "entendido como a base da dominação de classes naquela fase, sustentada no equilíbrio instável que garantiu a incorporação das massas à política pela via controlada do pacto populista. Tal pacto entrara em crise, pois as massas queriam ir além dos limites estabelecidos pelas classes dominantes para suas concessões Nas palavras de Otávio Ianni, o populismo envolvia diversas dimensões daquela etapa da trajetória brasileira, associadas em especial às contradições do desenvolvimento capitalista urbano-industrial e da entrada das massas no plano das disputas de poder". Ver: MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, nº 55, 2008, p. 256.

[82] De acordo com Mattos, o trabalho de Dreifuss "demonstrou que os empresários brasileiros agiam politicamente de forma organizada e documentou o papel decisivo do grande capital na articulação do golpe. Estudando o complexo Ipês-Ibad, mostrou que seus participantes estavam 'no centro dos acontecimentos como homens de ligação e como organizadores do movimento civil-militar, dando apoio material e preparando o clima para a intervenção militar ... O ocorrido em 31 de março de 1964 não foi um mero golpe militar. Foi ... um movimento social civil-militar'. O caráter de classe do golpe e dos governos da ditadura é o centro de sua análise. Segundo ele, 'As classes dominantes, sob a liderança do bloco multinacional e associado empreenderam uma campanha ideológica e político-militar em frentes diversas, através de uma série de instituições e organizações de classe, muitas das quais eram parte integrante do sistema político populista'". Ver: idem, p. 247.

caminho para a execução das reformas de base dentro da ordem democrática, caso a esquerda e a direita optassem pela moderação e não pela radicalização. O grande impedimento para a implantação de "reformas democráticas" foi a radicalidade: "os reformistas querendo reformas amplas e os contrários às reformas dispostos a tudo para barrá-las";[83] 4) finalmente em 2004, quarenta anos após o golpe, trabalhos como o de Elio Gaspari tenderam a radicalizar as teses anteriores ao negar qualquer motivação econômico-social e qualquer conspiração articulada, atribuindo ao golpe à incapacidade administrativa de João Goulart. Gaspari também retomou as teses de Figueiredo, radicalizando-as. Em sua análise, não só havia qualquer compromisso das esquerdas e das direitas com a democracia como "havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no 'dispositivo militar' e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial".[84]

A produção mais recente sobre o governo Goulart (de 2006 em diante) busca quebrar com algumas generalizações das análises precedentes. Em linhas gerais, os estudos produzidos até agora abordam três temáticas principiais: "a abordagem biográfica, a discussão sobre a memória e a apresentação dos testemunhos de época sobre Goulart e seu governo".[85] Dentre estes estudos, destaque para o livro organizado por Marieta de Moraes Ferreira, *João Goulart: entre a memória e a história*[86]e para a obra de Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, *Jango: múltiplas faces*.[87]

O livro organizado por Marieta Ferreira encontra-se disposto em sete artigos que discutem a memória a respeito de Goulart e seu governo, geralmente carregada de imagens negativas. No artigo de sua autoria, Marieta Ferreira analisou depoimentos de políticos conservadores que afirmaram ser o golpe de 64 uma revolução feita por todas as classes (dos militares à sociedade civil). Tais setores consideravam as reformas de base como um caminho para a implantação do comunismo no Brasil. No entanto, após a autora analisar o projeto reformista de Jango, ela aponta para o fato de que as reformas estavam bem distantes do radicalismo atribuído a elas pelo discurso conservador. Segundo Marieta Ferreira,

---

[83] Idem, p. 250.
[84] Ver: idem, p. 251.
[85] Idem, p. 253.
[86] FERREIRA, Marieta. (Org.). *João Goulart*: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
[87] GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango*: múltiplas faces. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

> as reformas de base propostas eram sintonizadas com a agenda da Aliança para o Progresso. A extensão da legislação trabalhista ao campo, a implementação do Estatuto do trabalhador rural, o direito de voto para os analfabetos, pontos mais polêmicos do programa de Jango, foram posteriormente implementados, tanto no regime militar quanto na fase de abertura política.[88]

Contudo, a autora afirma que alguns elementos como a política externa independente no cenário de Guerra Fria, a atuação de políticos radicais como Leonel Brizola e as crises no interior das forças armadas contribuíram para que o discurso do "perigo vermelho" ganhasse terreno e que as reformas de base aparecessem como radicais e contrarias à democracia. Além destes elementos somava-se

> (...) um conjunto de imagens negativas associadas a Goulart — ineficiência e inapetência administrativa, falta de apreço pelo cerimonial associado ao exercício da autoridade na Presidência e excessiva abertura para o diálogo com os comunistas estão entre elas. Por fim, a autora encaminha uma avaliação do governo Goulart em que podemos perceber claramente um tom de positividade, que se contrapõe ao saldo negativo das memórias de opositores e aliados que lhe serviram de matéria- prima para a análise: 'Mesmo que o governo Goulart não tenha conseguido levar a cabo seus propósitos, foi graças à sua ação nessa conjuntura que se colocou em pauta uma agenda com as principais demandas dos trabalhadores rurais. Sua proposta de estender a legislação trabalhista ao campo avançou de forma significativa e estabeleceu as bases para programas e reformas posteriores ... Se Goulart não foi capaz de implementar reformas importantes demandadas pelos trabalhadores e pela sociedade brasileira de sua época, seu governo funcionou como um campo de experiências, onde inúmeras idéias e novas propostas emergiram'.[89]

Acerca das contribuições do livro de Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, *Jango: múltiplas faces*, Mattos postula o seguinte:

> Nesse livro, o ponto de partida dos autores é a constatação de que, em meio ao conflito de memórias em torno da figura política de Jango, "ele pode ser caracterizado, por excelência, como um personagem assinalado pelo contraditório, sendo por isso, um desafio para interpretações que se queiram unívocas e lineares". Para explorar essa multiplicidade, a opção dos autores foi a de adotar um caminho biográfico de exposição, de um lado 'tradicional', por expor a biografia do político a partir de uma cronologia de vida, mas de outro lado menos usual, por adotar um modo mais fragmentado de desenvolver a biografia a partir de trechos de depoimentos de diversos personagens envolvidos na trajetória do biografado e nos acontecimentos da época, construindo assim o quadro multifacetado a que se refere o titulo, com a expectativa de interagir com

---

[88] FERREIRA, Marieta. (Org.). *João Goulart*: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p.24.

[89] MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, nº 55, 2008, p. 257.

> o leitor, de forma a que este construa suas próprias leituras sobre Jango e seu tempo.[90]

A produção recente acerca da figura política de João Goulart e seu governo se destaca na busca pela superação de homogeneidades e convergências de pontos de vista, trazendo leituras múltiplas da trajetória de Jango, entendido como um personagem contraditório e ambíguo. De acordo com Mattos, estes novos estudos foram influenciados pela perspectiva de uma "história política renovada" que permitiu repensar a dinâmica da tomada de decisões do Estado e o embate entre memórias rivais que contribuíram para a proliferação de imagens negativas nos estudos sobre o governo Goulart.

Apesar de nosso intuito não ser questionar o posicionamento político de Jango ou a deflagração do golpe de 1964, concordamos com o aspecto multifacetado atribuído a ele e a seu governo. Como ressaltamos anteriormente, os *Anos 60* no Brasil foram marcados, sobretudo pela heterogeneidade de posicionamentos e de perspectivas políticas. Diferentes grupos tiveram diferentes percepções acerca de Jango e seu governo, do mesmo modo que se apropriaram das chamadas *reformas de base* de maneiras distintas, de acordo com suas perspectivas e expectativas políticas. No próximo tópico perscrutaremos o que Edgard Leuenroth e seus companheiros consideravam sobre as ações e propostas políticas de João Goulart.

O governo João Goulart: *reformas de base* e ambiguidade política

> Falando-se em termos políticos, esse apresenta-se como um enigma, não se sabendo realmente o que pensa nem o que pretende. (...) Há entre os políticos muitos que se proclamam pacifistas, mas o são apenas em palavras.[91]

Esta passagem publicada em março de 1964 a respeito da imagem que os articulistas do jornal *O Libertário* tinham sobre o presidente João Goulart é emblemática. É curioso pensar que, após quase duas décadas de atuação política, havia quem considerasse Jango um *enigma político*. Encontramos designações semelhantes ao percorrer a bibliografia consultada. Nas palavras de Caio Navarro de Toledo, o governo

---

[90] Idem, p. 258.

[91] Acepção do militante anarquista Rodolfo Coelho Cavalcanti sobre o presidente João Goulart. Ver: *O Libertário*. Conversando com os leitores – Nota da redação. Ano III, n° 27-28, p. 04, 1964.

Jango é identificado como um "autêntico governo de trapézio"[92]. Ângela de Castro Gomes, por sua vez, classifica a figura política de João Goulart como *ambígua* e *partida*.[93] Rodrigo Motta, ao sondar os jornais mais expressivos da década de 1960 no eixo Rio – São Paulo – como *O Estado de S. Paulo* e a *Tribuna da Imprensa* (jornais afinados ao ideário liberal); o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil* (jornais mais moderados); e *Novos Rumos* (jornal comunista) – que retrataram, através das caricaturas, sentimentos e posicionamentos de setores que deram tom à campanha contra Goulart, questiona igualmente a figura política de Jango. De forma geral, as caricaturas de Jango apresentam os olhos fechados ou voltados para o chão, e com o rosto sorridente, o que caracteriza ora um político tímido, amável e trapalhão, ora um político modesto e malicioso, com um talento nato para negociações. Motta enfatiza:

---

[92] Ver: TOLEDO. Caio. Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

[93] Segundo Gomes, a construção desta imagem se deve desde o início da carreira política de Jango, especificadamente durante a sua atuação no Ministério do Trabalho durante o segundo governo de Getulio Vargas. Escolhido por Vargas como seu *maior e melhor herdeiro político*, Jango foi convocado para tomar posse do Ministério do Trabalho em 1953, com o objetivo de recuperar o diálogo e o prestígio do então presidente junto ao movimento sindical. Cabe salientar que, neste período, ocorria no país um grande número de greves organizadas por diferentes corporações de trabalhadores, sobretudo por uma organização intersindical surgida após a "Greve dos 300 mil", ocorrida em São Paulo em marco de 1953. O PUI - Pacto da Unidade Intersindical - era um comando paralelo à direção oficial dos sindicatos. Naquele período, a estrutura vigente proibia a associação de trabalhadores de diferentes categorias profissionais. O PUI, por sua vez, unia militantes de diferentes vertentes, sobretudo comunistas. Como Jango era considerado um político capaz de dialogar e negociar com diferentes lideranças de trabalhadores, mesmo com aqueles identificados como comunistas, ele foi visto por Vargas como a melhor opção para sanar a crise que atingia o Ministério do Trabalho e mediar as relações entre o governo e os sindicalistas. Foi durante sua estadia no ministério que Jango teria revelado habilidade de negociador entre políticos e sindicalistas, e se mostrou capaz de penetrar nos meandros da classe trabalhadora. As medidas tomadas por Jango no Ministério do Trabalho foram consideradas como uma autêntica "revolução de práticas políticas", no que diz respeito às relações entre ministro e ministério, por um lado, e o sindicato e suas lideranças, por outro. Primeiramente, ele colocou em xeque os cerimoniais de encontros com o ministro, comuns durante o Estado Novo, no qual as audiências com o ministro do trabalho só eram marcadas a partir de um controle seletivo e de certo formalismo. João Goulart alterou tais práticas recebendo, no Ministério, sem formalidades, representantes de sindicatos e trabalhadores. A política ministerial de Jango, contudo, fora duramente criticada por seus opositores que o acusavam de ser o "ministro dos maus trabalhadores", um "pau-mandado de Vargas" que articulava a instalação de uma Republica sindicalista no Brasil. Durante sua estadia no Ministério do Trabalho, Jango teve sua imagem difundida, discutida e dividida: "Ele era tanto o político que recebia e ouvia trabalhadores informalmente, articulando a resolução de conflitos antes da eclosão das greves, sendo assim uma liderança hábil e valiosa para projetos governamentais mais abrangentes; quanto o político perigosamente envolvido com comunistas, que estimulava a agitação social e propunha um aumento irresponsável do salário mínimo. Enfim, ele era o comandante de uma "jangada peronista-comunista", que apenas julgava manobrar". É neste ínterim que Jango e seus aliados constroem a sua imagem política como um político nacionalista e reformista que faria de tudo para a consolidação dos interesses dos trabalhadores. Tal imagem, contudo, não veio desarticulada das imagens que seus opositores dele projetariam: um político subversivo, aliado dos comunistas e que almejava a construção de uma República sindicalista no país. Ver: GOMES, Ângela de Castro. *Memórias em disputa*: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores?. In: FERREIRA, Marieta. (Org.). *João Goulart*: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 51.

> (...) na ótica conservadora Goulart era um demagogo, autoritário e protetor dos comunistas. Temia-se que seu governo abrisse as portas para o fortalecimento de projetos reformistas e, no limite, revolucionários. Especulava-se sobre a possibilidade de seus interesses e alianças o levassem a instaurar uma ditadura com perfil esquerdista, uma espécie de Estado Novo, com roupagens populares, ou, em outra hipótese aventada com muita freqüência por seus detratores, que ele se tornasse um Perón brasileiro. Para a esquerda ao contrário, a imagem de Goulart era positiva. Ele era considerado um político sensível aos anseios populares e preocupado com a gravidade dos problemas sociais que dilaceravam o país (...). Ele era atacado também, só que com argumentos diferentes dos utilizados pelos conservadores: reclamava-se de sua indecisão em engajar-se com toda a força no projeto reformista; com freqüência, criticavam-no por adotar posições ambíguas, inspiradas numa estratégia de agradar aos dois lados (ou blocos) em conflito.[94]

Para compreender melhor a suposta "ambiguidade" do governo João Goulart é necessário retomar alguns acontecimentos políticos: após a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, um veto militar respaldado pela União Democrática Nacional (UDN) e setores conservadores tentou impedir a posse de João Goulart. De acordo com Delgado:

> No contexto da renúncia de Jânio Quadros, os opositores de Goulart, além de sua aversão histórica ao trabalhismo getulista, respaldaram-se em um forte argumento de ocasião, pois o vice-presidente encontrava-se em viagem oficial à República Popular da China, fato que confirmava suas suspeitas de que Jango não se furtava a dialogar com os comunistas. No cenário da guerra fria, tal viagem foi vista pelos que a ele se opunham como um sinal inequívoco de que, sob sua direção, o Brasil poderia se tornar um parceiro dos países socialistas, ou então reforçar o movimento dos países não alinhados. Ambas as projeções o desviariam de uma aliança mais sólida com os países capitalistas e, em especial, com os Estados Unidos. Evitar sua posse era entendido, portanto, como tarefa necessária e inadiável.[95]

Entretanto, manifestações populares de políticos democráticos e de militares nacionalistas garantiram a posse de Jango através de uma campanha pela legalidade, que exigia o respeito à Constituição Brasileira. No dia sete de setembro de 1961, João Goulart assumiu o governo brasileiro, sob um regime parlamentarista votado pelo Congresso Nacional, em virtude das dissidentes posições no país quanto à sua posse. O parlamentarismo foi mantido até janeiro de 1963. Neste período, o governo passou por

---

[94] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, pp. 45-46.

[95] DELGADO. Lucília Almeida Neves. *Brasil: 1954* - Prenúncios de 1964. In: *Varia História*. Belo Horizonte, vol.21, n°34, 2005, p.10.

três Conselhos de Ministros,[96] além de enfrentar uma forte crise econômico-financeira.[97] Dentre as medidas que se destacam no governo de Jango, durante o período parlamentarista, situam-se o cancelamento de todas as autorizações feitas ao truste norte americano *Hanna Corporation* (companhia de mineração que explorava jazidas em Minas Gerais), o restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS valendo-se da "política externa independente" projetada por Jânio Quadros, e a desapropriação dos bens da Companhia Telefônica Nacional no Rio Grande do Sul, subsidiária da *International Telephone and Telegraph* (ITT). Tais medidas visavam a expansão dos mercados e do comércio exterior e o controle das remessas de lucros. No entanto, elas contrariavam interesses estrangeiros, sobretudo dos EUA, principal concessor de ajuda financeira ao Brasil. O governo Kennedy defendia a permanência dos investimentos norte-americanos no Brasil, opondo-se, deste modo, às medidas nacionalistas que levariam à encampação das grandes companhias estrangeiras, sobretudo as de comunicação e energia. Em resposta às medidas do governo brasileiro, os norte-americanos votaram na emenda *Hinckenlooper* que determinava a suspensão de ajuda a países que desapropriassem bens americanos sem indenização. Goulart procurou reatar seus laços com o governo americano através de negociações com empresas de serviços públicos de propriedade estrangeira e realizou uma viagem a Washington, na qual declarou ser a favor da democracia[98] e da participação do capital estrangeiro no desenvolvimento brasileiro. Com este ato, a direita mais conservadora prestou

---

[96] Gabinete Parlamentar – responsável pela direção da política do governo e pela administração federal. Cabe ressaltar que estes Conselhos possuíram um caráter hibrido e dualista dada às divergências entre os seus membros quanto aos programas e prioridades do governo. Ver: TOLEDO. Caio. Navarro. *O governo Goulart e o golpe de 64.* São Paulo: Brasiliense, 2004.

[97] Desde o governo de Juscelino Kubistchek, o Brasil sofria um progressivo endividamento externo devido à política desenvolvimentista pautada em empréstimos a curto prazo e atrasos comerciais sem cobertura cambial. Com o aumento da população urbana de 75% entre os anos de 1952 a 1961 houve, consequentemente, uma expansão na demanda de alimentos que não foi acompanhada por um crescimento da produção agrícola para o mercado interno, o que levou a crises de abastecimento de produtos primários, gerando inquietações sociais e movimentos reivindicatórios no campo e na cidade. Além destes problemas, o governo Jango enfrentou as consequências da reforma cambial realizada por Jânio Quadros que instituiu, através da Instrução 204 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), um regime de liberdade cambial. Com esta reforma, as importações passavam a ser realizadas a taxas de mercado livre suprimindo os subsídios governamentais nas compras de petróleo, trigo e papel e levou a uma alta no custo de vida, principalmente no custo de produtos essenciais para a subsistência da população. Ver: TOLEDO. Caio. Navarro. *O governo Goulart e o golpe de 64.* São Paulo: Brasiliense, 2004.

[98] No contexto da Guerra Fria, o governo americano não via com bons olhos os vínculos políticos que Goulart mantinha com setores da esquerda, sobretudo comunistas. A defesa à democracia no discurso de Goulart demonstra a preocupação do presidente em mostrar que mesmo mantendo laços com comunistas - estratégia política para facilitar possíveis negociações - ele não possuía intenções de transformar o Brasil em um Estado comunista. Ver: BANDEIRA, Muniz. *O governo João Goulart*: as lutas sociais no Brasil 1961-1964. 7° ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: EdUnB, 2001.

homenagens ao presidente saudando sua performance nos EUA como um "verdadeiro estadista", enquanto setores da esquerda se mostraram insatisfeitos com a situação[99].

Já no dia primeiro de maio de 1962, Goulart proferiu um discurso em Volta Redonda no qual, após ressaltar a conquista de um clima de pacificação política no país, ele aponta para a necessidade de implementação das aclamadas *reformas de base*, especificamente de uma reforma na Carta 1946 para alterar o § 16 do artigo 141, que condicionava a desapropriação de terras a previa e a justa indenização em dinheiro.[100] Neste discurso, Goulart reafirma sua lealdade a Vargas – "o pioneiro do nacionalismo, o comandante das primeiras batalhas pela libertação econômica do Brasil, o criador da legislação social, o estadista sereno e amigo do povo, (...) e para cada um de nós, o chefe e mestre inesquecível"[101] – e aos princípios de justiça social defendidos por Vargas. Mostrando-se disposto a dar continuidade à bandeira trabalhista empunhada pelo ex-presidente, Jango enfatiza sua tomada de posição ao lado dos interesses dos trabalhadores e pede a colaboração dos mesmos e das forças políticas atuantes no país para implementar as aclamadas reformas de base no Brasil. Nas palavras de Jango:

> O clima de pacificação política, necessário ao país e que conquistamos com tenaz esforço, precisa abrir espaço para medidas eficazes do governo e do Parlamento, sob pena de vir a ser interpretado como um entendimento de cúpula, feito sem levar em conta os interesses populares. As medidas, providências e especialmente reformas – que o povo se habituou a identificar como reformas de base – estão sendo reivindicadas pelos trabalhadores e impostas pelos interesses nacionais e que continuam indefinidamente nos planos dos debates, conferências e da propaganda eleitoral. O espírito prático do povo já está indiferente às batalhas verbais e exige atos e não palavras. Vencemos, com a colaboração do povo e das forças mais atuantes do país, a etapa da pacificação política. Precisamos, agora, vencer juntos a etapa das grandes reformas nacionais (...).Durante quase oito meses de governo tudo fiz para desfazer ressentimentos e desconfianças, restituir o equilíbrio político do país. Cabe agora alcançarmos o equilíbrio social, somando as forças e dividindo

[99] Ver: TOLEDO. Caio. Navarro. *O governo Goulart e o golpe de 64.* São Paulo: Brasiliense, 2004.

[100] Em resposta à efervescência causada pelo discurso de Goulart, Edgard Leuenroth publicou em *O Libertário* três artigos que constavam no seu projeto de livro. Nos dois primeiros, defende a necessidade de uma reforma nas bases estruturais do sistema capitalista e no terceiro artigo discute a questão da reforma agrária no país. Segundo Leuenroth, a reforma agrária proposta por Goulart seria um "simples paliativo", um elemento de propaganda dos demagogos da politicagem que pregariam a distribuição de terras a camponeses conjuntamente a "certas concessões paternalistas do Estado", que na realidade acarretaria na transferência de terras de uns para outros. A reforma agrária aclamada pelo governo não alcançaria, segundo Leuenroth, o cerne do problema que estaria nas bases econômicas e sociais do regime vigente. Para Leuenroth, apenas uma transformação radical na organização dos fundamentos da sociedade permitiria a socialização das terras para serem exploradas em benefício dos interesses coletivos. Leuenroth oferecia uma proposta libertária para resolver os problemas enfrentados e discutidos no país. Ver: LEUENROTH. Edgard. *Reforma agrária*: Será um simples paliativo. In: *O Libertário*. São Paulo. Ano I, n° 07, mai. 1962, p. 02.

[101] GOULART. João. Discurso do presidente João Goulart em Volta Redonda durante as comemorações do dia do trabalho em primeiro de maio de 1962. Disponível em:

> sacrifícios em busca de uma ordem mais justa, de uma estrutura econômica mais compatível com os interesses populares, de uma paz interna sólida e durável, a fim de que a democracia se consolide na confiança e no respeito de todo o povo brasileiro. A caminhada pela nossa emancipação econômica com esforço, patriotismo e com a colaboração de todos, forças produtivas e classes populares, torna-se indispensável às reformas que o país tanto proclama. [102].

Este discurso significou, para Caio Navarro de Toledo, o primeiro esforço do governo Jango em direção às reformas de base. As conseqüências, no entanto, foram drásticas, levando à união de setores conservadores, de componentes da Igreja, de congressistas liberais, da imprensa dominante contra Goulart, de diferentes setores da esquerda e de congressistas reformistas, sindicalistas e trabalhadores em defesa da antecipação do plebiscito para a efetivação do presidencialismo no país.

Desde o início do seu governo, Goulart encontrou dificuldades para concretizar seus projetos reformistas. O próprio sistema parlamentarista tendia a impedir que Goulart exercesse seus poderes. Por esta razão, segundo Jorge Ferreira, Jango buscou desarmar seus opositores direitistas e conservadores ao ampliar sua base política com o apoio do centro, especialmente do PSD, ainda que mantivesse relações com as esquerdas. Assim, ele conseguiu antecipar o início do sistema presidencialista para janeiro de 1963. Goulart buscou, então, unir o centro e a esquerda, reforçando a aliança entre o PSD e o PTB para executar reformas negociadas entre ambos e pactuadas no Congresso Nacional. Porém, esta política conciliatória não obteve sucesso, pois centro e esquerda divergiam acerca das formas de efetivação das reformas de base. No início do ano de 1964, setores da esquerda como a Frente de Mobilização Popular (FMP) cobravam de Jango seu afastamento do PSD e dos setores mais conservadores do PTB. Acordos e compromissos com grupos de centro eram rejeitados por alguns destes setores em um processo crescente de radicalização[103]. Tanto a direita quanto a esquerda não olhavam com bons olhos a "política da tolerância" de Goulart. A ambiguidade de Jango tornava insustentável a confiança por parte de diferentes setores que o presidente buscava "conciliar" para a efetivação dos seus projetos políticos. Isto provocou o

---

[102] Idem, p.01

[103] É importante ressaltarmos que até mesmo dentro das esquerdas havia divergências quanto às estratégias para a efetivação de reformas no país. Enquanto o PCB defendia a necessidade de conciliação com a direita, por exemplo, a POLOP apostava na estratégia do confronto aberto com os setores dominantes. As divergências não se esgotavam ai, diferentes apropriações eram feitas acerca do caráter que deveria ser assumido pelas reformas propostas durante o governo Goulart. Para uma análise mais detalhada sobre este assunto ver: REIS FILHO, Daniel Araão. *A revolução faltou ao encontro:* os comunistas no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1991.

acirramento das pressões exercidas sobre ele ao final do seu governo por grupos envolvidos no jogo político.[104]

É interessante associar a ambiguidade das ações políticas de Jango ao que Bourdieu nomeia *jogo duplo*, concepção segundo a qual o bom político deve conhecer as diferentes ações e pressões em concorrência no interior do campo político e se posicionar do lado que lhe convém. Nas palavras do autor:

> O político avisado é o que consegue dominar praticamente o sentido objetivo e o efeito social das suas tomadas de posição graças ao domínio que ele possui do espaço das tomadas de posição atuais e, sobretudo, potenciais (...) este sentido prático das tomadas de posição possíveis e impossíveis, prováveis e improváveis para os diferentes ocupantes das diferentes posições é o que lhe permite escolher as tomadas de posição convenientes e convencionadas e evitar as tomadas de posição comprometedoras que fariam com que se encontrassem com os ocupantes de posições opostas no espaço do campo político. Este sentido do jogo político que permite que os políticos prevejam as tomadas de posição dos outros políticos é também o que os torna previsíveis para os outros políticos. Previsíveis, portanto responsáveis, no sentido do inglês *responsible*, quer dizer, competentes, sérios, dignos de confiança, em suma, prontos a desempenhar com constancia e sem surpresas nem traições o papel que lhes cabe na estrutura do espaço de jogo.[105]

A falta de adesão a este jogo político resulta na desconfiança por parte dos diversos setores da sociedade e, consequentemente, na exclusão do *conluio originário* ao qual se refere Bourdieu. Jango se posicionava ora ao lado dos setores da esquerda, ora ao lado dos setores do centro e dos conservadores. O jogo duplo que realizava acabou atribuindo ao seu governo um caráter de imprevisibilidade. Direita e esquerda ora admiravam as ações de Jango, ora as repudiavam. Através da análise de uma caricatura publicada no *Jornal do Brasil*, em junho de 1963, Motta nos adverte sobre a ambiguidade política de Goulart. Nesta caricatura, Jango equilibra-se em uma corda bamba, hesitando em dar um passo em falso, pois aparenta não saber se deve realmente prosseguir na travessia. Abaixo da corda bamba, encontravam-se foices comunistas e espadas das Forças Armadas, mostrando os riscos de uma queda na arte do equilibrismo

---

[104] Com a intensa pressão exercida sobre Jango, no comício ocorrido na Central do Brasil em 13 de março de 1964, o presidente acabou abandonando sua "política conciliatória" e se posicionando ao lado das aspirações sociais de setores da esquerda ao se comprometer com o programa de reformas da Frente de Mobilização Popular. Neste evento, parcela da esquerda pedia o fechamento do Congresso Nacional e a revisão da Constituição, questionando os fundamentos da democracia liberal instituídos pela Carta de 1946. Ver: FERREIRA, Jorge. A estratégia do Confronto: a Frente de Mobilização Popular. In: *Revista Brasileira de História*: São Paulo, vol.24, n° 047, 2004, pp. 181-212.

[105] BOURDIEUR. Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de janeiro: Difel, 1989, p.162.

político de Goulart. Para Motta, os argumentos sobre a ambiguidade política do presidente nesta e em outras caricaturas afinam-se a duas explicações possíveis:

> Primeiro, a de que o presidente manifestava posições político-ideológicas pouco claras por realmente não ter opiniões formadas; ou seja, ele não apenas parecia ambíguo, mas efetivamente o era. Segundo esse ponto de vista, Jango não tinha convicções firmes, apenas o desejo do poder, e por isso deixava-se navegar ao sabor das pressões dos diferentes grupos políticos. Na outra vertente, a indefinição de Goulart seria resultado de cálculo político, uma estratégia para tirar o máximo proveito das situações ao adotar discursos convenientes a cada momento, contentando os diferentes tipos de interlocutores. Evitar a manifestação de posições políticas claras poderia ser uma estratégia para agradar a todos ao mesmo tempo, uma tentativa de desmobilizar a oposição ao governo.[106]

As caricaturas revelam versões representativas da imagem de Jango a partir das suas ações enquanto político: *corrupto*, *demagogo*, *autoritário*, *comunista*, *indeciso*, *malicioso* e *ingênuo.* As representações caricaturescas nos auxiliam a compreender as polêmicas em torno da figura de João Goulart, pois ajudaram a construir a imagem pública do presidente a partir da forma como as pessoas o viram na época. Entretanto, para indivíduos mais próximos de Jango, as características a ele atribuídas são contrárias, pois o retratam como sendo um político paternal e amável que buscou, por diferentes caminhos, alcançar melhorias para a população e colocar em prática suas propostas reformistas através da negociação com os setores da oposição, o que explicaria sua suposta "ambiguidade".[107] No discurso de sua posse, Jango já havia demarcado sua escolha pela política conciliatória:

> Sabem os partidos políticos, sabem os parlamentares, sabem todos que, inclusive por temperamento, inclino-me mais a unir do que a dividir, prefiro pacificar a acirrar ódios, prefiro harmonizar a estimular ressentimentos. Promoveremos a paz interna, paz com dignidade, paz que resulte da segurança

---

[106] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p.74.

[107] Wilson Fadul, ministro da Saúde no governo João Goulart (1963/64), em uma entrevista concedida a Jorge Ferreira em 2002 enfatiza que Jango era um político conciliador que buscava dialogar com a esquerda e com a direita para conseguir implementar seu programa reformista. Jango, a seu ver, era contrário ao confronto direto com a oposição, daí sua escolha para a realização de reformas negociadas durante boa parte do seu governo. Está política conciliatória levou a construção de uma imagem ambígua do presidente e às diversas pressões exercidas sobre ele tanto pela direita, quanto pela esquerda. Ver: GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango*: múltiplas faces. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, pp. 42-43.

> das instituições, da garantia dos direitos democráticos, do respeito permanente à vontade do povo e à inviolabilidade da soberania nacional. [108]

Voltando à citação inicial deste texto, verificamos que, para os anarquistas, Jango era considerado um *pacifista apenas em palavras*. A política conciliatória de João Goulart para eles não passava de uma forma demagógica de ludibriar os trabalhadores. Cabe lembrar que o governo de Goulart foi marcado por uma relativa liberdade de expressão. Diferentes setores políticos ofereciam propostas variadas para resolver os problemas sociais, políticos e econômicos enfrentados pelo país. Segundo Toledo,

> os tempos de Goulart constituíram-se em anos extremamente férteis na medida em que neles se processaram intensos debates sobre os rumos e direções que deveriam ser trilhados pela economia e sociedade brasileiras. Como observou um economista: "Ao contrário dos anos anteriores, em que reduzidas minorias controlavam a formulação política, nestes anos novos agrupamentos passaram a fazer ouvir sua voz no processo de decisão social (...) [Carlos Lessa, 15 anos de Política Econômica]".[109]

Contudo, a política conciliatória realizada por Jango não conseguia unir grupos diversos, por vezes, com interesses antagônicos. Como já foi dito, setores esquerdistas exerceram pressões significativas para a execução das *reformas de base* durante todo o governo de Jango. A FMP se esforçava para que João Goulart cumprisse o seu programa de reformas mesmo sob uma política de confronto contra a direita e conservadores. Leuenroth e seus companheiros de militância anarquista, por sua vez, através do jornal *O Libertário*, acreditavam que as *reformas* deveriam ser realizadas nos alicerces da sociedade brasileira. Eles entendiam as propostas reformistas de Jango como parte de uma política demagógica que não resolveria os problemas do país. Aproveitavam, contudo, da efervescência da época para sinalizar, em seus artigos, a necessidade de se realizar uma verdadeira reforma nas bases estruturais do Brasil, insuflando os seus leitores a lutarem por ela. Mas, afinal, qual era a política reformista proposta por João Goulart? Por outro lado, qual é a conotação da *reform*a valorizada por Leuenroth?

O ímpeto reformista de João Goulart: sob os auspícios da legalidade

---

[108] GOULART. João. Discurso de posse de João Goulart na presidência da República no regime parlamentarista em 7 de setembro de 1961. In: ANDRADE, A. M. *Um Congresso contra o arbítrio: diários e memórias.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

[109] TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o golpe de 64.* São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 42.

No discurso de posse na presidência da República, João Goulart afirmou um dos principais preceitos que regeu o seu governo: a legalidade.

> Subo ao poder ungido pela vontade popular, que me elegeu duas vezes Vice-Presidente da República, e que, agora, em impressionante manifestação de respeito pela legalidade e pela defesa das liberdades públicas uniu-se, através de todas as suas forças, para impedir que a sua decisão soberana fosse desrespeitada. Considero-me guardião dessa unidade nacional e a mim cabe o dever de defendê-la, no patriótico objetivo de defendê-la para a realização dos altos e gloriosos destinos da Pátria Brasileira. Não há razão para ser pessimista, diante de um povo que soube impor a sua vontade, vencendo todas as resistências para que não se maculasse a legalidade democrática. A nossa grande tarefa é a de não desiludir o povo, e para tanto devemos promover, por todos os meios, a solução de seus problemas, com a mesma dedicação e o mesmo entusiasmo com que ele soube defender a Lei, a Ordem e a Democracia.[110]

Segundo Paulo Bonavides, a legalidade nos sistemas políticos exprime a observância às leis, ou seja, da autoridade em afinidade estrita às regras jurídicas vigentes. Na citação acima, referente ao seu discurso de posse, Goulart se colocou como o guardião da legalidade democrática, defendida pelo povo brasileiro no momento em que forças conservadoras tentavam impedir sua posse sob a alegação de sua proximidade com os comunistas[111]. Grato ao movimento popular que apoiou sua posse na presidência, Jango assumiu o compromisso de não desiludir o povo brasileiro e de agir sob os auspícios da legalidade, com o intuito de solucionar os problemas enfrentados pela população. Jango demarca o seu posicionamento em conformidade com o direito estabelecido, ao mesmo tempo em que afirma sua luta contra os males que afligiam a população. Neste sentido, as reformas são, para Jango, as medidas mais oportunas para a concretização das suas perspectivas políticas. De acordo com Bonavides, a reforma é

> um conceito jurídico, constitucional, que emprega todos os mecanismos legais possíveis, para lograr, através do consentimento e da confiança das classes angustiadas, a chave dos problemas mais delicados, cuja solução os fanáticos da ideologia só estimam possível através do apelo à violência revolucionária. A evolução, como disse Hartmann se move pelo caminho do direito e a revolução

[110]GOULART. João. Discurso de posse de João Goulart na presidência da República no regime parlamentarista em 7 de setembro de 1961. In: ANDRADE, Auro Moura. *Um Congresso contra o arbítrio: diários e memórias.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

[111] Cabe relembrar que quando Jânio Quadros renunciou ao poder, Goulart estava em viagem à China comunista a fim de restabelecer os negócios econômicos com a URSS.

> pelo caminho da força ou, nessas lindes apertadas, a revolução, segundo ele, 'é simplesmente o prosseguimento da evolução por outros meios'. Esses meios redundam de modo inevitável num desenlace imprevisível e na queda das instituições, aquilo que o reformismo prudente intenta prevenir.[112]

Jango ancora seus discursos no viés reformista descrito por Bonavides. Ele pretendia sanar os problemas da população sem transpor os limites da legalidade, objetivando construir um capitalismo "mais humano". Em suas palavras, "não é mais possível progredir sem reformar".[113] Calcado nesta idéia, em março de1964 Jango redigiu uma mensagem ao Congresso Nacional na qual prestava contas do seu governo e propunha a consecução *pacífica* e *democrática* das reformas de base.[114] Segundo Goulart, as reformas eram necessárias para a instauração de uma "convivência democrática plena e efetiva e para a erradicação dos obstáculos institucionais e estruturais" que impediam a aceleração e a consolidação do progresso da nação. Logo na abertura da mensagem, Jango enfatiza:

> a nossa atual estrutura econômica e política reduz, quando não anula, a eficácia das providências, pois o anacronismo dos padrões que a sustentam e a constelação de poderes em que ela se apóia, perpetuam as crises e agravam os problemas, eliminando as possibilidades de sua solução.[115]

Sendo assim, Jango propõe a adoção de uma reforma constitucional que permitiria o desenvolvimento de uma nova estrutura econômica calcada no combate à desigualdade social e na garantia de uma democratização efetiva da sociedade. As

---

[112] BONAVIDES. Paulo. *Ciência Política*. 10° ed. Revista e ampliada. São Paulo: Malheiros Editores, 2001, p. 419.

[113] Discurso de João Goulart no Comício de 13 de março de 1964, Central do Brasil, Rio de Janeiro. Disponível em: GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango*: múltiplas faces. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p. 203.

[114] Vale relembrar que Jango abandona, neste momento, sua "política conciliatória" e se posiciona ao lado das aspirações de setores esquerdistas mais radicais como a FPN devido à crise política que enfrentava. Diversos setores conservadores, direitistas e até mesmo das esquerdas se posicionaram contra a política exercida por Goulart durante o seu governo. Enquanto setores mais a direita temiam as alianças feitas por Goulart com as esquerdas, sobretudo, com os comunistas, setores esquerdistas exigiam que as aclamadas *reformas de base* fossem executadas no país. No plano internacional, por sua vez, durante a Guerra fria as pressões exercidas sobre Jango pelo governo norte-americano aumentavam a cada dia. Neste panorama, Jango se posicionou no início do ano de 1964 ao lado das esquerdas e das reformas, pois acreditava no respaldo popular para impedir o avanço das forças que planejavam a derrocada do seu governo. Ver: TOLEDO, Caio. Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64.* São Paulo: Brasiliense, 2004.

[115] GOULART, João. *Os novos tempos e as novas tarefas do povo brasileiro*. Introdução à mensagem presidencial de abertura da sessão legislativa de 1964. Brasília, 1964, p. 60. Disponível em: http://www.institutojoaogoulart.org.br/upload/jango_livro_1964.pdf. Acesso em abril de 2010.

reformas propostas pelo presidente neste documento eram: reforma agrária, urbana, universitária e político-eleitoral.[116] Ao final da mensagem, Goulart postula o seguinte:

> É, pois, com o mais alto apreço que me dirijo ao Congresso Nacional e fim de pedir-lhe o exame desapaixonado das diretrizes aqui formuladas para as modificações do texto constitucional, visando à *consecução pacífica e democrática* das Reformas de Base. Estou certo de que os nobres Parlamentares do Brasil, deste ano de 1964, guardam fidelidade às honrosas tradições dos nossos antepassados, que em conjunturas semelhantes da vida nacional, como a Independência, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e, a Promulgação da Legislação Trabalhista, tiveram sabedoria e a grandeza de renovar instituições básicas da Nação, que se haviam tornado obsoletas, assim salvaguardando o desenvolvimento pacífico do povo brasileiro. O desafio histórico repete-se outra vez. Agora, nossa geração é que está convocada para cumprir a alta missão de ampliar as estruturas sócio-econômicas e renovar as instituições jurídicas, a fim de preservar a paz da família brasileira e abrir à Nação novas perspectivas de progresso e de integração de milhões de patrícios nossos numa vida mais compatível com a dignidade humana.[117]

Para Goulart, naquele momento, a Constituição não deveria servir para resguardar as instituições do presente, tornando-se, deste modo, intocável. Ao contrário, ela deveria progredir de acordo com as necessidades da sociedade. Para tanto, ele retoma modificações institucionais realizadas na história como a abolição da escravatura no Brasil e a proclamação da República, e busca justificar suas propostas reformistas enquanto medidas necessárias para o progresso da nação. Contudo, apesar de Jango sinalizar, através deste documento, para uma execução pacífica e democrática das reformas de base com o aval do Congresso Nacional, suas propostas eram contrárias aos interesses dos setores direitistas e conservadores. Após o Comício na Central do Brasil, estes grupos já haviam organizado campanhas contra Goulart e contra o perigo comunista. Em 19 de março, na cidade de São Paulo, a manifestação chamada "Marcha

---

[116] Em linhas gerais, a reforma agrária sugeria a desapropriação de terras improdutivas mediante uma indenização de 50% da média dos valores de base para lançamento do imposto territorial nos últimos cinco anos. Tornava obrigatória em todas as propriedades agrícolas ou pastoris a produção de gêneros alimentícios para o mercado interno de acordo com normas fixadas pelo Poder Executivo, além de propor a reforma dos artigos 141 e 147 da Constituição Federal, acerca da distribuição da propriedade segundo critérios estabelecidos pela lei. A reforma política, por sua vez, concederia direito de voto aos analfabetos e aos militares, como os praças e sargentos. Tornaria legal a eleição de candidatos elegíveis ou que alcançaram votações expressivas, e ainda suprimiria o princípio da indelegabilidade dos poderes, a partir da revogação do § 2º do art. 36 da Constituição Federal. A reforma universitária aboliria a vitaliciedade das cátedras e propunha a regulamentação do magistério e o estabelecimento de processos de seleção de docentes e do sistema departamental pelas próprias Universidades. A última proposta reformista de Jango na mensagem enviada ao Congresso Nacional refere-se à aprovação de um plebiscito que permitiria o voto de todos os brasileiros maiores de 18 anos, para apurar a vontade nacional a respeito das reformas de base.

[117] Idem, pp. 59-60.

da família com Deus" levou milhares de pessoas às ruas em defesa da "tradição democrática" e em ataque à quebra da legalidade democrática, ao comunismo e à "tirania" do governo de Goulart. As propostas reformistas de Jango não chegariam a ser implantadas. No entanto, não deixaram de ser avidamente criticadas por Leuenroth que, por sua vez, sinaliza para os deslizes de uma política reformista por ele concebida como demagógica.

O ímpeto "reformista" de Edgard Leuenroth: a emergência da revolução

Ao sondar o último número publicado do jornal *O Libertário*, datado de fevereiro-março de 1964, foi possível localizar um artigo escrito por Leuenroth no qual o anarquista propõe uma solução imediata para a crise político-econômica enfrentada pelo Brasil. De acordo com Leuenroth, o país estava atravessando um dos períodos mais convulsivos de sua história. Desta conjuntura adviria uma situação de perturbação geral na vida coletiva em todos os seus aspectos: econômico-financeiro, político-social e na administração pública. Tal situação, contudo, atingia sobremaneira o povo trabalhador. A partir de uma análise conjuntural, Leuenroth afirma que os problemas enfrentados pelo país são oriundos da *sujeição*[118] ao imperialismo, à inflação, aos açambarcadores, ao contrabando, às chamadas *forças ocultas* etc.[119] Contudo, a solução destes problemas

[118] O termo sujeição atribuído aqui por Leuenroth nos remete à obra clássica de Etienne de La Boétie *Discurso sobre a servidão voluntária*. Nesta obra, La Boétie faz uma crítica severa à servidão voluntária de muitos homens a um só chefe: "É estranho, porém possível, que dois, três, quatro não se defendam de um; poder-se-ão então dizer com razão que é falta de fibra. Mas se cem, se mil aguentam um só, não se diria que não querem, que não ousam atacá-lo, e que não se trata de covardia e sim de desprezo ou desdém?". Na percepção de La Boétie, a sujeição é uma escolha dos homens ocasionada pela falta de amor à liberdade. Para ele só o amor à liberdade permite ao homem dizer *não* e se revoltar contra a sujeição. Apontando que a falta de apreço a liberdade foi se enraizando nos homens devido ao hábito: "há em nossa alma alguma semente natural de razão que, mantida por bom conselho e costume, floresce em virtude e, ao contrário, frequentemente sufocada, aborta, não podendo enfrentar os vícios sobrevindos". O autor afirma que a liberdade é natural ao homem – e comprova sua tese demonstrando o quanto a liberdade é apreciada e defendida pelos animais – e que por isso todos nós nascemos senhores da nossa alforria e com condições para a defendermos. Ver: LA BOÉTIE. Etienne. *Discurso sobre a servidão voluntária*. Tradução Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, 3ª edição, pp. 13 - 22.

[119] Aqui Leuenroth faz uma referência à carta renúncia do presidente Jânio Quadros, na qual ele justifica sua ação por não conseguir operar contra as *forças terríveis* que o pressionavam: "Sinto-me, porém, esmagado. *Forças terríveis* levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração". O *Repórter Esso*, um dos mais importantes jornais da época no país, em critica à falta de menção do ex-presidente a quem se referiria ao mencionar a atuação de *forças terríveis* sobre ele, inventou a expressão f*orças ocultas*. Tal expressão passou a ser associada a ações e acontecimentos políticos que não eram possíveis de serem explicados pelos políticos da época dado ao caráter ilícito dos mesmos.

só poderia ser alcançada através do fim da organização capitalista, que, por meio do Estado, domina a sociedade através da exploração do homem pelo homem:

> Fica assim suficientemente demonstrada através do estonteante desenrolar dos acontecimentos, não haver possibilidade de se conseguirem soluções para os problemas preponderantes da vida de hoje dentro das normas estruturais da organização social vigente. E é esse aspecto perturbante da conjuntura de nossos dias que fez surgir no panorama da vida moderna o decantado problema das reformas de base.[120]

Para Leuenroth, as medidas tomadas durante o governo de João Goulart para solucionar as dificuldades enfrentadas pela população não passaram de medidas com efeitos ilusórios, quando não negativos. Tal constatação provaria, segundo Leuenroth, a incapacidade administrativa da organização social dominante. Para o militante, as *reformas de base* não passariam de soluções provisórias e ilusórias que não resolveriam as inúmeras contradições e injustiças operadas pelo sistema capitalista. Partindo destas constatações, Leuenroth lança a seguinte questão:

> Perguntar-se-á como se poderá solucionar essa situação, e o quê é mais importante, qual a atividade, a atuação dos trabalhadores em tão grave conjuntura visto que estão diretamente envolvidos, exigindo seu pronunciamento?

De acordo com Leuenroth, apenas a *ação direta* – sobretudo através das práticas grevistas – e a *gestão direta* dos trabalhadores – ou união de trabalhadores em organizações como ligas e cooperativas de auxílio mútuo[121] – poderia garantir melhorias imediatas para a população, além de ser um exercício – idéia de "ginástica revolucionária" tão cara ao(s) anarquismo(s) – para a revolução:

> Além do mais, seria um salutar educativo e orientador exercício para uma experiência de novo sistema de convivência social, baseado no mútuo apoio,

[120] LEUENROTH. Edgard. Solução imediata da crise pela gestão direta. In: *O Libertário*. Ano III, n° 27-28, fev.-mar. 1964, p. 01.

[121] Leuenroth exemplifica como poderia ser solucionado o problema do abastecimento de gêneros de primeira necessidade através da gestão direta: "Poder-se-ia criar uma vasta rede de cooperativas, interessando os consumidores e os produtores, produtores diretos e não os que fazem da produção meio de conseguirem lucros com o fim de acumular fortunas à custa da exploração do povo. Cada organização sindical criará uma cooperativa e o seu conjunto formaria uma confederação cooperativa, reunindo os produtores e que organizaria entre postos cooperativos de cidades, encarregando-se da distribuição às cooperativas sindicais, que por sua vez abasteceriam os seus afiliados. Por esse processo estendido a todas atividades desapareceriam os intermediários, os açambarcadores, os falsificadores dos produtos, todos aqueles que vivem, exploram, enriquecem e corrompem o meio social com prejuízo dos produtores e dos consumidores.". Ver: Idem, ibidem.

> objetivando uma solução que proporcione bem-estar e liberdade a todos e a cada um dos membros da coletividade produtora.[122]

Mas afinal, o que Leuenroth entende pelos termos reforma/revolução? Antes de perscrutar tal questão é necessário retomar algumas indicações assinaladas pelo anarquista Eliseé Reclus (1830-1905) em sua clássica obra: *A evolução, a revolução e o ideal anarquista*, editada em 1902. Entendendo a evolução como o movimento infinito e incessante de tudo o que existe e as revoluções como pequenos acontecimentos, *vibrações quase insensíveis* que se sucedem na evolução universal, Reclus afirma que não há nenhuma oposição entre estas duas palavras. No entanto, elas são empregadas como sendo opostas na linguagem comum:

> Longe de nelas ver fatos da mesma ordem, só diferenciados pela amplitude do movimento, os homens temerosos, a quem toda mudança enche de pavor, procuram dar aos dois termos um sentido absolutamente oposto. A Evolução, sinônimo de desenvolvimento gradual, continuo nas idéias e costumes é apresentada como se fosse o contrário desta coisa assustadora, a Revolução, que implica mudanças mais ou menos bruscas na realidade. É com um entusiasmo aparente, ou mesmo sincero, que discorrem sobre a evolução, sobre os progressos lentos que se realizam nas células cerebrais, no segredo das inteligências e dos corações; mas que não lhes falem da abominável revolução, que escapa repentinamente dos espíritos para eclodir nas ruas, acompanhadas as vezes por gritos da multidão e pelo estrépito das armas.[123]

De acordo com Reclus, não há entre a evolução e a revolução um contraste de paz e guerra, de moderação e violência. As revoluções podem ser realizadas pacificamente em consequência de uma mudança repentina, do mesmo modo que as evoluções podem ser operadas no desenrolar de uma guerra. O anarquista afirma ainda que os homens que têm pavor das revoluções não se posicionam de fato em favor do progresso. Eles "acham que a sociedade atual, ruim como ela é, e como eles próprios comprovam deve ser conservada; basta-lhes que ela realize o ideal deles: riqueza, poder, consideração, bem-estar".[124]

Reclus alerta que, sendo as evoluções precedidas de revoluções, deve-se ter em mente que as revoluções nem sempre são um progresso, do mesmo modo que as evoluções nem sempre são orientadas para a justiça. O autor exemplifica dizendo que quando antigas estruturas e formas limitadas do organismo social tornam-se

---

[122] Idem, p. 01.
[123] RECLUS Élisée. *A evolução, a Revolução e o ideal anarquista*. São Paulo: Imaginário, 2002, p.22.
[124] Idem, p. 22.

insuficientes, a vida tende a deslocar-se para uma nova formação através da revolução, seja ela um fator de progresso ou não:

> tudo muda, tudo se move na natureza, em um movimento eterno, mas, se pode haver progresso, pode também existir retrocesso, e se as evoluções tendem para um desenvolvimento da vida, há outras que tendem para a morte. Parar é impossível, é preciso mover-se em um sentido ou em outro.[125]

A ação desempenhada no curso da evolução, para Reclus, pode ser direcionada pelos homens. Entendendo a história como uma série de realizações que sucedem uma série de preparações, ele acredita que as evoluções devem ter por conseqüência a emancipação dos indivíduos. Reclus afirma que devemos ser evolucionistas em todas as coisas e revolucionários em tudo (buscando progressos sociais e políticos, morais e materiais, científicos, artísticos e industriais que favoreçam a todos os homens). "É nas cabeças e nos corações que as transformações devem realizar-se, antes de estender os músculos e transformar-se em fenômenos históricos".[126] Além do estímulo ao progresso intelectual e afetivo dos homens, Reclus afirma ser necessário que os indivíduos conscientes lutem para a transformação de uma sociedade decadente:

> (...) muitas nações puderam reflorescer depois da conquista e dos massacres, mesmo após séculos de opressão; se elas recaem na barbárie ou morrem por completo, é nelas e em sua constituição íntima não nas circunstancias exteriores, que se deve procurar as razões de sua regressão e de sua ruína. Existe uma causa maior, a causa das causas, resumindo a história da decadência. É a constituição de uma parte da sociedade como senhora da outra parte, é o açambarcamento da terra, dos capitais, do poder, da instrução, das honrarias por uma única pessoa ou por uma aristocracia.[127]

No primeiro capítulo, assinalamos uma passagem do jornal *O Libertário* no qual Edgard Leuenroth e seus companheiros registraram o que entendiam por anarquismo. Convém retomá-la neste momento:

> uma interpretação real da vida humana; e embora não tenha sido experimentado em larga escala, *a humanidade, entretanto, caminha para ele*. Pretende sucumbir *as injustiças sociais e reduzir ao mínimo as imperfeições humanas*. Busca aproximar os homens, criando-lhes uma nova personalidade, isenta de preconceitos e escoimada de superioridades absurdas. Prega a liberdade, a igualdade e a fraternidade, tendo por base os indeclináveis direitos e deveres das

[125] Idem, p. 29.
[126] Idem, p. 45.
[127] Idem, p. 30.

> criaturas humanas. *O anarquismo não é estático*, de nada tem de difícil ou misterioso. É sempre atual porque, fundamentado nas ciências naturais e positivas *estuda, acompanha e participa da estrutura e evolução dos conglomerados humanos e da vida de relações dos mesmos. Sem desconhecer os efeitos, combate fundamentalmente as causas; por isso é radical evolucionista e pela ação direta.*[128] [grifos nossos]

O que logo salta aos olhos é o caráter evolucionista atribuído ao anarquismo. Ele é entendido como uma evolução progressiva da sociedade, atingida a partir de uma revolução que abolirá as causas de decadência (marcada pelas injustiças sociais, pelas imperfeições intelectuais e afetivas dos homens, que viabilizam a opressão e a exploração do homem pelo homem). Revolução esta realizada através da ação direta *dos indivíduos emancipados* ávidos para combater as causas da decadência da sociedade e, sobretudo, de concretizar uma luta pela transformação da consciência dos homens.

Como ressaltamos no capitulo anterior, o jornal *O Libertário* investiu, enquanto instrumento educativo, na emancipação dos seus leitores, uma vez que seus organizadores acreditavam, assim como Reclus, que as evoluções são conscientes e refletidas. O periódico buscou conscientizar os seus leitores das injustiças empregadas pela sociedade vigente e mostrar que novas formas de convivência entre os homens eram não só necessárias como possíveis. Vale lembrar que, na convulsiva década de 1960, revoluções e reformas eram proclamadas nos quatro cantos do mundo e que o Brasil, especialmente, não só passava por sucessivas crises político-econômicas como era agitado pelo projeto reformista de João Goulart, que estimulava sobremaneira a crença na possibilidade de mudanças e alianças entre diferentes grupos sociais. Para os anarquistas, este era um momento pré-revolucionário, um período de decadência da sociedade, no qual o espírito dos homens estava aberto à transformação. Neste sentido, a tarefa de Leuenroth enquanto militante seria garantir que a revolução imanente fosse progressiva, firmada nas bases da anarquia.

Leuenroth se apropria do termo *reformas* para propor, de fato, uma *revolução* do país, que deveria ser realizada nas bases da sua organização político-econômico-administrativa, sendo, deste modo, radical e contrária às propostas reformistas de João Goulart:

> Tratando-se, aqui, por várias vezes da situação sob todos os pontos da vista anômala que atormenta a vida da população brasileira, deixou-se patenteado não haver a mínima perspectiva de possibilidade para a solução – dentro do quadro

[128] *O Libertário*. Aos leitores. São Paulo, Ano I, n° 01, out./1960, p. 01.

> da organização vigente da sociedade – dos problemas que ocasionam a desorganização geral da vida do País. Partindo dessa constatação, chega-se à conclusão da necessidade imperiosa de ser buscada a solução nos fundamentos da sociedade, objetivando proceder-se às *reformas de base* capazes de romper o circulo vicioso das medidas paliativas que nada resolvem.[129]

Na visão de Leuenroth, a origem da miséria, da insegurança e da inquietação dos brasileiros funda-se na desigualdade social que atinge especialmente os trabalhadores. Consequentemente, a solução para o problema brasileiro será substituir o capitalismo pela anarquia. Um fragmento do jornal *O Libertário* mencionado no primeiro capítulo deve ser retomado para, então, elucidar a organização social priorizada por Leuenroth:

> a terra e os instrumentos de produção, todos os bens sociais, produzido pelo esforço comum, sejam postos, como patrimônio comum que são, a serviço da produção destinada a satisfazer as necessidades coletivas e não as ambições de riquezas da minoria capitalista. É preciso assentar a organização do Brasil de forma que assegure a cada brasileiro o seu desenvolvimento integral e o bem-star à coletividade, uma organização que considere o indivíduo como sua unidade essencial e que, repudiando todas as normas totalitárias e ditatoriais, seja baseada no livre consenso, determinada e regulada pelas necessidades, aptidões, idéias e sentimentos de cada qual, dentro de uma vasta confederação socialista libertária de comunas livres, estruturadas pelas federações profissionais, técnicas, cientificas, artísticas, culturais, recreativas etc.[130]

Christina Lopreato, ao sondar o projeto de sociedade que Leuenroth pensa para o Brasil em seus manuscritos inéditos, apontou que

> o indivíduo seria sua unidade essencial e o solidarismo do povo brasileiro a força propulsora da nova sociedade, baseada no princípio de apoio mútuo, cujo lema "um por todos, todos por um" dispensa o Estado, o patronato e as formas intermediárias. A (re)estruturação da sociedade brasileira está assentada no federalismo libertário, princípio, como afirma Proudhon, que se opõe ao unitarismo centralizador e salvaguarda a soberania individual e a dos grupos que se constituem por afinidades de interesse e de costumes. O federalismo orienta-se pelo respeito à integridade da autonomia da unidade no conjunto, desde as atividades agremiativas nas comunas (municípios), destas em federações (profissionais, técnicas, científicas, culturais, recreativas,etc) e finalmente nas confederações. A comuna goza de ampla autonomia e é baseada no princípio da administração das coisas e não na ação governamental sobre os indivíduos. Ela é a expressão dos interesses de cada localidade e dela fazem parte o indivíduo-munícipe na sua dupla condição de produtor e de consumidor. A harmonia social está fincada no entrosamento produtor-consumidor. Com isso, rompe-se o círculo vicioso da carestia dentro da abundância, pois o aumento da produção representa perspectivas de benefícios para os

[129] LEUENROTH. Edgard. A reforma de base que se impõe. In: *O Libertário*, Ano III n° 26, jan., 1964, p. 01.

[130] LEUENROTH. Edgard. A situação no Brasil exige uma reforma estrutural – Somente com a socialização se solucionara o problema do país. In: *O Libertário*, Ano I, n° 07, mai., 1962, p. 02.

> consumidores e, assim, deixa de atender a finalidade capitalista de gerar lucro e acumular riquezas e deixar na penúria o povo trabalhador.[131]

As considerações de Lopreato apontam as sutilezas do projeto político de Leuenroth, baseado inteiramente nos princípios da liberdade, igualdade e solidariedade, como indicamos no primeiro capítulo. "Um por todos, e todos por um": base do solidarismo e fundamento de um novo Brasil sem opressão sócio-política e exploração econômica. A "alforria final" proposta por Leuenroth deveria ser conquistada fora da legalidade, através de uma revolução. No entanto, esta ocorrência seria viabilizada somente com a intervenção de homens conscientes, devidamente instruídos sobre as mazelas proporcionadas pelo capitalismo. O sindicato, para Leuenroth, poderia contribuir nesta empreitada contra a opressão capitalista, contanto que sua configuração fosse outra, que não mantivesse qualquer espécie de vínculo com o *peleguismo*. Vejamos como Leuenroth orquestra esta discussão.

Nova configuração do sindicalismo em Edgard Leuenroth

Em alguns artigos publicados por Leuenroth no jornal *O Libertário*[132], ele realizou um balanço das principais atividades do movimento sindical nos anos iniciais da década de 1960. É importante ressaltar que, neste período, o movimento sindical passou por um crescimento notável com a intensificação da ocorrência de greves e o surgimento de organizações sindicais de tipo horizontal como o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), formadas por líderes sindicais esquerdistas que buscavam fugir à estrutura sindical corporativa[133]. Na concepção de Leuenroth, no entanto, tais organizações não possuíam um caráter livre,

---

[131] LOPREATO. Christina Roquette. O (des)encontro do Brasil consigo mesmo: ditos e escritos de Edgar Leuenroth. In: *Verve*, Revista do Núcleo de Sociabilização Libertária do Programa de estudos pós-graduados em Ciências Sociais da PUC: São Paulo, n°15, 2009, p. 12.

[132] No jornal *O Libertário*, Edgard Leuenroth era o principal responsável pela publicação de artigos sobre o movimento operário. Os artigos desta temática que serão tratados neste tópico não fazem parte do livro "Qual a solução do problema do país?", porém eles são cruciais para se compreender a forma como o militante entendia as ações políticas do governo João Goulart.

[133] Motta enfatizou a diferença entre a estrutura sindical tradicional – na qual eram pautadas as organizações sindicais horizontais como a PUA e o CGT – e a estrutura sindical corporativa criada durante o governo Vargas. Segundo ele, a estrutura sindical corporativa "previa a existência de órgãos verticais como federações, de âmbito regional, e confederações, de âmbito nacional. Nesse formato tradicional, concebido para evitar a politização das questões trabalhistas e para restringir as reivindicações dos trabalhadores ao plano exclusivamente salarial, os sindicatos representavam apenas as respectivas categorias, e participavam de uma estrutura piramidal que culminava numa confederação nacional". Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 102.

uma vez que mantinham ligações com partidos e líderes políticos. Defensor da organização sindical de ação direta – organização baseada no federalismo libertário, que se articula de baixo para cima, do simples para o composto, do indivíduo para a coletividade, não-corporativa, e não-burocrática – Leuenroth acreditava que os sindicatos deveriam ter como finalidade a luta pelos interesses dos trabalhadores e pela coletividade da qual faziam parte.

A organização sindical de ação direta não admite o predomínio, interferência ou a influência da política partidária ou de seitas religiosas nos sindicatos, do mesmo modo que não reconhece qualquer mandato dirigente em seu meio[134]. Segundo Leuenroth, as greves, manifestações operárias e agitações patrocinadas pela esquerda comunista e por líderes sindicais, em comunhão com o governo de João Goulart, serviam apenas como instrumento da politicagem em campanhas de eleições ministeriais, inclusive na campanha em favor da antecipação do plebiscito que escolheria a permanência ou não do sistema parlamentarista no Brasil. Na concepção de Leuenroth, o governo Jango utilizava-se do movimento sindical para alcançar seus interesses políticos, sendo as greves e as inúmeras agitações ocorridas neste período estranhas aos interesses dos trabalhadores.

Em seus discursos, Jango sempre afirmou sua lealdade aos trabalhadores e à luta pela justiça social. Em outubro de 1957, na Convenção Nacional do PTB, João Goulart discorreu sobre a suposta ligação do partido com o peleguismo:

> Não somos um partido de cúpula, o que nos tornaria indiferentes às reações individuais das medidas de ordem geral. A nós o que nos preocupa, antes de tudo, é o homem, é a pessoa humana, na plena e bela expressão de sua grandeza eterna. Nossos interesses pelos problemas econômicos, por exemplo, não se reduzem à simples análise das cifras, mas antes às verdadeiras repercussões que elas possam dar ao sentido humano de cada um. (...) Nunca nos aproximamos dos trabalhadores para mercadejar votos, nunca olhamos os seus problemas sob ângulos eleitorais, senão com o sincero propósito de colaborar para as suas soluções. Outros partidos, de conteúdo diferente, poderão prescindir da colaboração e do apoio das coletividades obreiras, até por falta de legitimidade para representá-las. Já o Partido Trabalhista Brasileiro, será tanto mais forte quanto maior for a confiança nele depositada pelos homens que ajudam a construir, no anonimato da luta de todos os dias, a grandeza e o futuro do Brasil.[135]

---

[134] LEUENROTH, Edgard. Organização Libertária de Ação Direta. In: *O Libertário*. Ano II, n° 10, 1962, p. 04.

[135] GOULART, João. Discurso de João Goulart no encerramento da Convenção Nacional do PTB em outubro de 1957. In: In: GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango*: múltiplas faces. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p. 75.

Jango assume uma posição tal qual a do PTB: de luta pelos interesses dos trabalhadores. Contudo, para Leuenroth, Jango e seus partidários possuíam objetivos políticos escusos ao utilizar os trabalhadores como uma alavanca política. No artigo intitulado "A ação danosa dos líderes de fabricação em série", Leuenroth denunciou a ação de líderes sindicais socialistas que lutavam apenas por seus interesses pessoais e de seus pares políticos, esquecendo-se, deste modo, dos princípios socialistas. O militante endossa: "Dantes falavam em luta de classes e hoje proclamam a necessidade de colaboração com o capitalismo *progressistas*, baseado num nacionalismo *sui generis*, trazido de outras bandas". Em seguida, Leuenroth enfatiza que os pelegos transformaram João Goulart em líder máximo e com ele lutavam contra o imperialismo americano, se esquecendo das explorações dos capitalistas brasileiros. Lutavam pelo progresso do capitalismo e não pelo progresso do Brasil. Ao final deste artigo, Leuenroth lança um alerta aos leitores pedindo para que não aceitassem a existência de messias oniscientes, pois "cada um deve ser líder de si mesmo, deve defender diretamente os direitos de todos e de cada qual".[136] Caberia, portanto, aos próprios trabalhadores a restauração da configuração original dos sindicatos.

No jornal *O Libertário*, encontramos uma nota destinada aos trabalhadores em prol da luta por organizações sindicais livres de ação direta. Nela, os trabalhadores são convocados a contribuir para que os sindicatos profissionais se tornassem órgãos ativos de defesa dos direitos dos trabalhadores e da educação dos mesmos:

> Faz de tua agremiação profissional a universidade aonde poderás aprender, estudar e debater, todos os problemas intimamente ligados à tua condição de proletário e que nunca te foram revelados pela escola oficial e muito menos pelo Estado. Exige da diretoria as assembléias gerais, conferencias e aulas educativas, procura elevar-te cada vez mais moral e intelectualmente, participando ativamente de todos debates sindicais.[137]

Para Leuenroth, os sindicatos deveriam ser organizações de luta e também de orientação dos trabalhadores. A respeito disso, ele discorre sobre a finalidade emancipadora dos sindicatos:

> Alimentando os laços de solidariedade entre os trabalhadores no ambiente emancipador da atividade de sua organização de luta, fazendo com que

[136] LEUENROTH, Edgard. A ação danosa dos lideres de fabricação em serie. In: *O Libertário*. Ano II, n° 12, p. 04, 1962.
[137] *O Libertário*. Necessidade de uma participação ativa dos trabalhadores em seus sindicatos. Ano II, n° 08, p. 04, 1962.

> repudiem todos os vícios, maus hábitos que os prejudicam moral e fisicamente, bem como todos os preconceitos e superstições, sustentando paralelamente uma permanente obra de educação e instrução, a organização obreira sindicalista de ação direta desperta-lhes o senso de responsabilidade, elevando-lhes o nível dos conhecimentos intelectuais, profissionais e sociais, de maneira a serem todos elementos valiosos no movimento pela emancipação da classe trabalhadora.[138]

Na acepção de Leuenroth, os trabalhadores não precisavam de líderes, messias, nem do Estado para guiá-los no caminho de uma vida digna e justa. Primeiro, porque tais agentes apenas buscavam manter seus privilégios e conquistar melhorias privadas. Segundo, porque para os anarquistas a solução para os problemas dos trabalhadores só poderia ser alcançada por eles mesmos. Aos sindicatos, jornais, centros de cultura, etc., caberia a tarefa de denunciar os problemas do sistema vigente, lutar por melhores condições de vida e, sobretudo, lutar pela emancipação dos trabalhadores e da coletividade na qual se inseriam. Os articulistas de *O Libertário* ponderam:

> nada disso poderá realizar-se através de nenhum dos sistemas político-sociais vigentes na atualidade, mas na mudança fundamental das relações humanas, com a supressão do funesto privilegio de classes. Só em um sistema autenticamente socialista, onde a liberdade do homem e a autonomia dos grupos estejam plenamente assegurados, poderão eliminar-se os males sociais que hoje afligem a humanidade – e esse socialismo é o socialismo libertário ou anarquista.[139]

Nesse sentido, a conquista de novos padrões de conduta deveria se afinar à conquista de uma nova sociedade. Para este último intento, no último número do jornal *O Libertário*, datado em março de 1964, é postulada a seguinte solução: será necessário "reformar as bases viciosas da sociedade, para se estabelecer normas de convivência que permitam proporcionar paz, liberdade e bem-estar para todos".[140] A reforma proposta por Edgard Leuenroth não seria edificada sob os auspícios da legalidade, mas, ao contrário, ela propiciaria a formação de uma nova ordem política e social – a anarquia, uma ordem contrária à ordem capitalista-burguesa. Seria, portanto, uma "reforma revolucionária" e radical, uma reforma anarquista.

Apesar de não se enquadrar nas organizações sindicalistas ligadas ao Estado e a partidos políticos, os anarquistas não deixaram de atuar no movimento operário seja através da crítica à nova configuração tomada pelos sindicatos, seja propondo o

---

[138] LEUENROTH, Edgard. A organização proletária de ação direta. In: *O Libertário*. Ano II, n° 10, 1962, p. 04.
[139] *O Libertário*. Capitalismo: nem privado, nem estatal. Ano III, n° 13-14, p.01, 1962.
[140] *O Libertário*. Conversando com os leitores – Nota da redação. Ano III, n° 27-28, p.04, 1964.

engajamento dos trabalhadores em organizações operárias de ação direta. Através do jornal *O Libertário*, Leuenroth analisou criticamente as ações políticas do governo João Goulart e propôs caminhos alternativos para a solução dos problemas sociais e para a transformação do Brasil em uma sociedade libertária.

Considerações finais

Rodrigo Silva, em sua dissertação de mestrado intitulada *Imprimindo a Resistência: A Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo (1930 -1945)*, critica a tese que considera o anarquismo uma fase embrionária do sindicalismo brasileiro. Sob a lente desta tese, há três períodos a se destacar quando o assunto é o anarquismo no Brasil: o seu surgimento, contemporâneo à chegada dos primeiros imigrantes espanhóis e italianos, ao final do século XIX, o seu desenvolvimento, concomitante ao fortalecimento do movimento operário, e o seu declínio, datado a partir da década de 1920, devido à criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB)[141]. Evocando trabalhos desenvolvidos nos últimos anos, como os de Raquel Azevedo[142], Rogério Nascimento[143] e Carlo Romani[144], Rodrigo Silva enfatiza que não se pode resumir a atuação anarquista ao âmbito sindical, taxando o seu suposto declínio como efeito da criação do PCB, uma vez que, ainda na década de 1930 existiam outras formas de atuação do anarquismo na sociedade como as manifestações de cunho antifascista e anticlerical, a resistência anarquista no interior dos sindicatos durante o Estado Novo e a publicação de jornais de cunho libertário.

Para Silva, a filosofia anarquista se manifesta nos diversos aspectos da vida de seus adeptos, como na conduta moral, no trabalho, na educação e nas relações interpessoais e afetivas. O anarquismo é praticado no âmbito privado e no âmbito público, e se manifesta para além do sindicalismo, o que nos leva a cogitar a existência de uma cultura[145] anarquista:

---

[141] DULLES, John. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*, 1900-1935. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977; FAUSTO, Boris. Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920), São Paulo, Difel, 1976.

[142] AZEVEDO, Raquel. *A resistência anarquista*: uma questão de identidade. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

[143] NASCIMENTO, Rogério. *Florentino de Carvalho*: Pensamento social de um Anarquista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

[144] ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori*: uma aventura anarquista. São Paulo: Annablume, 2002.

[145] Rodrigo Silva se aproxima do conceito de cultura desenvolvido por E. P. Thompson para definir a perspectiva na qual analisa a cultura anarquista. Segundo ele, Thompson, através de um viés etnográfico, descreve as condições de vida e os costumes dos trabalhadores, desvelando as diversas manifestações de classe, essenciais para a compreensão do *ser* operário. A cultura operária para Thompson é resultante tanto dos condicionamentos quanto da ação humana, ou seja, para ele os trabalhadores possuem uma atuação transformadora na formação da sua cultura, não estando esta, reduzida à industrialização e à relação entre os indivíduos com os modos de produção (fazendo uso de termos marxistas). Ver: SILVA. Rodrigo. *Imprimindo a Resistência:* A Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo (1930 - 1945). Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

> Entre os anarquistas notamos que, para além de uma dicotomia entre política e cultura, existe o entendimento do amplo alcance de suas idéias, que tomam de assalto tanto as manifestações artísticas e literárias, quanto os debates e comícios públicos, chegando até a promover transformações no campo individual ao incentivar uma postura de igualdade entre os sexos e de não submissão das questões particulares ao aval das instituições religiosas ou civis. Tanto as greves revolucionárias como as relações interpessoais eram vistas como parte da militância e da divulgação de seu ideal. Muitas vezes os anarquistas tomam a música e a literatura como instrumentos de propaganda. Para muitos deles, seus momentos de lazer e descontração deveriam caminhar associados à ação de conscientização dos trabalhadores de sua condição de explorado. A música presente em seus festivais, piqueniques e manifestações tinha esse caráter lúdico e descontraído, porém sem perder o compromisso com as idéias de liberdade e igualdade.[146]

A imprensa alternativa é entendida por Silva como a expressão mais visível da cultura anarquista. Através dos jornais libertários, que possuem um cunho pedagógico e ético, os anarquistas divulgavam seus ideais, denunciavam os problemas do sistema vigente, promoviam encontros festivos e educativos, noticiavam sobre os percursos do movimento operário no Brasil e no mundo. Na década de 1930, o movimento anarquista podia ser percebido, no Brasil, através das agitações libertárias no *campo sindical*, com a (re)fundação da Federação Operária de São Paulo; no *campo cultural*, com as atividades promovidas pelo Centro de Cultura Social, a publicação de jornais, textos e livros e as palestras, conferências, espetáculos musicais e teatrais apresentados; e no *campo político*, através da luta antifascista e da resistência à ditadura varguista. Neste período,

> diversos sindicatos, militantes e entidades circulavam nos mesmos meios e participavam de atividades em comum, caracterizando-se como elos de ligação entre as diversas práticas libertárias Exemplos disso não faltam. Militantes como Edgard Leuenroth, Rodolfo Felipe, Hermínio Marcos, Pedro Catalo e muitos outros circulavam por diversos grupos, estavam presentes em muitas reuniões e assembléias, tinham escritos publicados em periódicos e realizavam viagens de propaganda pelo interior e por outros estados. Diversos periódicos eram impressos, em especial A Plebe, O Trabalhador e A Lanterna. Vários sindicatos de importantes categorias profissionais tinham uma nítida orientação anarquista em seus meios. Manifestações públicas, reuniões e assembléias eram constantes, contando com a presença de dezenas e, às vezes, centenas de pessoas.[147]

[146] Idem, p. 03.
[147] Idem, p.18.

Na década de 1960, por sua vez, constatamos que Edgard Leuenroth atuou no movimento anarquista, promovendo discussões e encontros, *fazendo* jornais, projetando e estimulando novas formas de convivência entre as pessoas e estipulando novos rumos para a sociedade brasileira. Através das notícias publicadas no jornal *O Libertário*, notamos que os militantes anarquistas promoviam vários encontros como piqueniques, festivais teatrais, fílmicos e literários, conferências, palestras e cursos de esperanto, através do Centro de Cultura Social de São Paulo e da Sociedade Naturalista Amigos de Nossa Chácara. Estes dados presentes no jornal demonstram a movimentação do anarquismo na cidade de São Paulo durante a década de 1960. Do mesmo modo, a publicação de poemas, de escritos de teóricos do anarquismo como Piort Alexievich Kropotkin, Michael Alexandrovich Bakunin, e de artigos autorais de militantes anarquistas, mostram como Leuenroth e seus companheiros utilizavam o jornal como um veículo informativo que anunciava o ideal libertário, ao mesmo tempo em que denunciava e contestava as ações políticas da época contrapondo-se a estas com propostas reflexivas e alternativas de transformação.

É imprescindível uma síntese que reúna as discussões que este trabalho viabiliza. No primeiro capítulo, mostramos que o *novo homem* do qual fala Leuenroth, autônomo e consciente, olha criticamente para a sociedade e inquieta-se com o resultado do que encontra, despertando a simpatia pela causa e o ímpeto pela ação. Os princípios da anarquia, no entanto, não seriam apreendidos somente através da educação libertária e da moral anarquista: é a ação que possibilita este aprendizado. No segundo capítulo, refletimos sobre o projeto de Leuenroth para um novo Brasil sem descartar suas discussões referentes à procedência de João Goulart enquanto presidente. Não é por acaso que Edgard rivaliza com Jango, pois aquilo que chama de reforma é, de fato, um ato revolucionário que prioriza mudanças profundas, jamais superficiais. Perscrutar os conceitos de reforma em ambos os autores permitiu-nos apreender aspectos dos conflitos políticos em vigor na época. A questão a se colocar é: porque Leuenroth fala de *reforma*, e não de *revolução*? Para utilizar um termo usual? Devido ao receio das conotações normalmente atribuídas à categoria revolução?

Os escritos de Edgard Leuenroth se caracterizam pela multiplicidade de idéias próprias de diferentes correntes do pensamento anarquista. Não é possível filiar este autor a uma corrente específica. Localizamos em seus escritos a emergência de conceitos e idéias que se afinam ao anarco-comunismo de Kropotkin e Reclus (trata-se

de um pensamento cientificista e evolucionista influenciado pelo positivismo e darwinismo social europeu do século XIX) e incentivam, por outro lado, a defesa da atuação dentro dos sindicatos de ação direta, o que remonta ao anarquismo de Malatesta (este pensador-militante criticava a idéia de *revolução harmoniosa* presente no anarco-comunismo kropotkiniano[148]).

Segundo Jacy Alves de Seixas, as cidades São Paulo e Rio de Janeiro presenciaram, no início do século XX, o embate entre os anarquistas tributários das fontes positivistas e darwinistas sociais e os anarquistas tributários do pensamento político *refletido* e *realista* de Malatesta. Apontando a influência da tríade Comte, Spencer e Kropotkin na formação do pensamento anarquista brasileiro Seixas afirma que:

> [Encontramos no anarco-comunismo] a mesma vontade de inscrever o homem e a sociedade na totalidade representada pela natureza; e fazer da história social um reflexo mais ou menos límpido da história natural. Ambas são consideradas inelutáveis, determinadas em sua trajetória por leis específicas que prefiguram o sentido a ser percorrido.[149]

Segundo Seixas, os anarquistas brasileiros influenciados por essa tríade se apegaram às noções de evolução e de determinismo histórico, que levam à exaltação da revolução, entendida como uma necessidade histórica. Desta forma, a sociedade anarquista deveria ser construída de forma gradual e pacífica, sem violências e agitações. "A violência torna-se algo que se recusa ou se legitima na medida estrita em que a natureza a acolha ou a rejeite"[150]: se a revolução for forjada, antes, nos espíritos e nos corações dos homens, a violência torna-se desnecessária, tal como apontou Reclus em seus escritos. Em seus manuscritos, Leuenroth defendia a instauração de uma sociedade anarquista no Brasil "sem destruições e sem violências".[151] Ele entendia o

---

[148] Thiago Silva ressaltou as principais críticas do anarquista italiano Erico Malatesta ao pensamento de Kropotkin. Segundo Silva: "Malatesta se recusa a vincular o anarquismo a qualquer sistema filosófico ou cientifico de pensamento, para Malatesta, o anarquismo, antes de ser teoria, seria ação. Partindo de tais reflexões, acreditava que a revolução social não deveria ser concebida como o fruto de uma atitude natural e instintiva, cuja necessidade demandaria de um hipotético princípio universal agindo no processo histórico e conduzindo toda a humanidade para um dado fim. Para ele, a revolução social, será produto da vontade dos homens, em consonância, é claro, com as especificidades do tempo e lugar onde essas transformações se processariam." Ver: SILVA. Thiago Lemos. *Da determinação à Vontade: uma nota sobre a crítica de Malatesta à Kropotkin*. Disponível em: http://www.midiaindependente.org/eo/red/2008/02/411589.shtml. Acesso: junho/2011.

[149] SEIXAS, Jacy. "Anarquismo e socialismo no Brasil: as fontes positivistas e darwinistas sociais". In: *Revista Historia & Perspectivas*. Uberlândia, (12/13), 1997, p. 142.

[150] Idem, p. 143.

[151] LEUENROTH, Edgard. *Qual a solução para o problema do país?*. Manuscrito, s/d, p. 19.

momento histórico em que vivia como um período pré-revolucionário devido às agitações constantes da sociedade civil e às inúmeras crises político-econômicas enfrentadas pelo Brasil. Neste sentido, a "propaganda política pelo ato"[152] (o que Edgard Leuenroth chamou em seus escritos de *eco vibrante*[153]) poderia despertar a população movendo-a na luta pela transformação radical da sociedade brasileira na anarquia. O militante anarquista Benjamim Mota, incentivado pelas fontes positivistas e darwinistas sociais, afirmou, em 1899, que a melhor tática revolucionária era a educação. Para ele "a luta de classes deve ser levada nos domínios da inteligência".[154] Neste trabalho, insistimos na presença de uma educação moralizante nos escritos de Edgard Leuenroth: ele apostava na regeneração do homem brasileiro para a frutificação da anarquia no Brasil.

Por outro lado, nos seus escritos publicados no jornal *O Libertário,* encontramos vários artigos em que o militante defende a atuação dos trabalhadores em sindicatos de ação direta. Ele entende que a luta por melhorias imediatas propiciaria aos trabalhadores uma consciência gradativa das contradições próprias da sociedade capitalista, além de ser um exercício educativo que estimula a união e cooperação entre os trabalhadores. Os sindicatos seriam o *lócus* de preparação dos trabalhadores para a convivência em uma sociedade anarquista, além de propiciarem a experiência necessária para a realização da revolução através da ação direta.

Verificamos em Edgard Leuenroth uma interlocução entre estas duas correntes políticas anarquistas. Apoiado nas idéias naturalistas e cientificistas de Kropotkin e Reclus, Leuenroth não deixa, contudo, de apontar para a importância da ação direta nos sindicatos para o advento da anarquia no Brasil. Longe de defender um exclusivismo sindical ou dos "livros", o pensamento de Edgard Leuenroth é instituído por uma multiplicidade de idéias, o que nos impede de classificá-lo em uma determinada corrente de pensamento.

"Semeia a vida à tua volta".[155] Esta é uma advertência lançada por Kropotkin ao final de sua obra sobre a moral anarquista. As implicações deste fragmento são convenientes à causa abraçada por Leuenroth: o exercício da sua militância política caracteriza-se pela *exemplaridade da ação* e pela *mobilidade*, isto é, o aprendizado não

---

[152] Ver: KROPOTKIN. Piotr. *Palavras de um revoltado*. São Paulo: Imaginário, 2005.
[153] LEUENROTH. Edgard. Roteiro libertário da alforria final. In*: O Libertário*. Ano I, n° 7, mai. 1962, p.01.
[154] Ver: SEIXAS, Jacy. "Anarquismo e socialismo no Brasil: as fontes positivistas e darwinistas sociais". In: *Revista Historia & Perspectivas*. Uberlândia, (12/13), 1997, p. 144.
[155] KROPOTKIN, P. *A moral anarquista*. Lisboa: Edições Sílabo, 2009, p. 131.

se circunscreve nos limites de uma educação formal, mas alarga-se, sendo adquirido também através da experiência, da ação, da "ginástica revolucionária", tão cara ao pensamento malatestiano. Esta medida, que evita a alienação, impede que o homem se sujeite à opressão e à exploração de que normalmente é vítima. É preciso despertar a consciência e viabilizar a ação, priorizando tanto a educação quanto a organização sindical. Etienne de La Boètie pondera:

> Sempre se encontra alguns mais bem nascidos que sentem o peso do jugo e não podem se impedir de sacudi-lo, que jamais se acostumam com a sujeição e que sempre, como Ulisses - que por mar e terra sempre procurava ver a fumaça de sua casa - não podem se impedir se atentar para seus privilégios naturais e de se lembrar de seus predecessores bem como de seu primeiro ser. De bom grado são estes que, tendo entendimento nítido e espírito clarividente, não se contentam, como a grande populaça, em olhar o que está diante dos pés se não divisam atrás e na frente e só rememoram ainda as coisas passadas para julgar as do tempo vindouro e para medir as presentes; são estes que, tendo a cabeça por si mesmos bem feita, ainda a poliram com o estudo e o saber. Estes, mesmo que a liberdade estivesse inteiramente perdida e de todo fora do mundo, a imaginam e a sentem em seu espírito, e ainda a saboreiam; e a servidão não é de seu gosto por mais que esteja vestida. O grão-turco percebeu bem isto: que os livros e a doutrina dão aos homens, mais que qualquer outra coisa, o sentido e o entendimento para se reconhecerem e odiar a tirania; averiguo que em suas terras ele não tem sábios, nem os quer. Ora, comumente, ficam sem efeito o bom zelo e afeição dos que apesar do tempo conservaram a devoção à franquia, por mais numerosos que sejam, porque não se conhecem; sob o tirano, é-lhes tirada toda a liberdade de fazer, de falar, e quase de pensar: todos se tornam singulares em suas fantasias.[156]

La Boétie alude à trajetória de Ulisses para, em seguida, falar de um homem que não se esquece. Ele é dotado de "claro entendimento" e de "espírito clarividente", ou seja, consegue olhar com clareza o passado e o presente para, assim, agir em conformidade com um futuro que se espera. Por esta razão, este homem olha também para "trás" e para a "frente", não se limita ao instante, ao que "tem adiante dos pés". Perseguidores ávidos da liberdade; homens interessados que aperfeiçoam seus dotes com estudo e exercício; o autodidatismo; não seria esta a imagem conveniente ao militante que busca sem cessar a tão afamada liberdade, privada aos homens que se submetem ao sistema opressivo capitalista? O militante, conforme Leuenroth e em sintonia com os escritos de La Boétie, deveria olhar para trás e para frente: não deveria perder de vista a trajetória do passado, tampouco as expectativas quanto às mudanças futuras. Ele é um homem que se vale, sobretudo, da *mobilidade*, que busca tirar a

[156] LA BOÉTIE. Etienne. *Discurso sobre a servidão voluntária*. Tradução Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, 3ª edição, p. 24.

população da situação de *vulgo*, instruindo-lhe e despertando o ímpeto da ação autônoma. La Boétie observa que o exercício da tirania impede o homem de agir, de falar e "quase de pensar".

A impressão do jornal *O Libertário*, instrumento do qual dispunham os anarquistas brasileiros para agir, falar e pensar não resistiu ao início da ditadura de 1964. No entanto, Leuenroth não se deteve, continuou escrevendo e militando em prol do ideal anarquista. Ele e seus companheiros fundaram o *Dealbar* em setembro de 1965, "a claridade após o negrume da luta. A luz depois das trevas. A realidade concreta vestida de esperanças. O sonho presente. A fé viva".[157] Esta definição do periódico, aludida em seu primeiro número, demonstra o fôlego de Edgard Leuenroth, ao ver luz em um momento obscuro da nossa história. Interessante notar que o foco de seus escritos neste jornal é o tema do solidarismo, visto como caminho para resistir e, mais do que isso, enfrentar o clima hostil da ditadura. Mesmo idoso, Leuenroth não deixa de agir através da escrita e, assim, dar continuidade à militância da qual não se desvincula em momento algum de sua trajetória política.

[157] *DEALBAR*. Os nossos propósitos. São Paulo, Ano I, nº. 01, set./1965.

FONTES:

DEALBAR. São Paulo: Pedro Catalo, 1965-1968.

GOULART. João. Discurso de João Goulart no encerramento da Convenção Nacional do PTB em outubro de 1957. In: GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango*: múltiplas faces. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p. 75.

GOULART. João. Discurso de posse de João Goulart na presidência da República no regime parlamentarista em 7 de setembro de 1961. In: ANDRADE, A. M. *Um Congresso contra o arbítrio: diários e memórias.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GOULART. João. *Discurso do presidente João Goulart em Volta Redonda durante as comemorações do dia do trabalho em 1º de maio de 1962*. Disponível em: http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/13.pdf. Acesso: março/2011.

GOULART. João. Discurso no Comício de 13 de março de 1964, Central do Brasil, Rio de Janeiro. In: GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango*: múltiplas faces. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p. 203.

GOULART, João. *Os novos tempos e as novas tarefas do povo brasileiro*. Introdução à mensagem presidencial de abertura da sessão legislativa de 1964. Brasília, 1964. Disponível em: http://www.institutojoaogoulart.org.br/upload/jango_livro_1964.pdf. Acesso: abril/ 2010.

LEUENROTH, Edgard. *Qual a solução para o problema do país?*. Manuscrito, s/d.

O LIBERTÁRIO. São Paulo: Pedro Catalo, 1960 – 1964.

REFERÊNCIAS BBLIOGRÁFICAS:

AZEVEDO, Raquel. *A resistência anarquista*: uma questão de identidade, São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ALVES, F. L., GUARNIERI, I. L. *A utilização da imprensa escrita para a escrita da história:* diálogos contemporâneos. Disponível em: http://www.fnpj.org.br. Acesso: julho/2010.

ANSART, Pierre. *La Gestion des passions politiques*. Laussane, Suisse: Editions L'Age d'Homme, 1983.

BAKUNIN, Michael. *Dios y el Estado.* Barcelona: Biblioteca Júcar de política, 1976.

BANDEIRA, Muniz. *O governo João Goulart*: as lutas sociais no Brasil 1961-1964. 7° ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: EdUnB, 2001.

BASTOS. Pedro Paulo Zahluth. A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getulio Vargas e a dinâmica de Interação entre Estado e mercado nos setores de base. In: *Revista Economia*. Brasília (DF), v.7, n.4, 2006, pp. 247-249.

BONAVIDES. Paulo. *Ciência Política*. 10° ed. Revista e ampliada. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.

BOURDIEUR. Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de janeiro: Difel, 1989.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DELGADO, Lucília Almeida Neves. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 14, n° 27, São Paulo, 1994.

DELGADO. Lucília Almeida Neves. Brasil: 1954 - Prenúncios de 1964. In: *Varia História:* Belo Horizonte, vol.21, n°34, 2005.

DULLES, John. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*, 1900-1935. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAURE, Sébastien. A criança. In: *Verve*, Revista do Núcleo de Sociabilização Libertária do Programa de estudos pós-graduados em Ciências Sociais da PUC: São Paulo, n°16, 2009, pp.13-47.

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1976.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do Confronto: a Frente de Mobilização Popular. In: *Revista Brasileira de História*: São Paulo, vol.24, n° 047, 2004, pp. 181-212.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa operária no Brasil*, 1880-1920. Petrópoles: Editora Vozes, 1978.

FERREIRA, Marieta. (Org.). *João Goulart*: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas:* alternativas democráticas à crise política. 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GALLO. Silvio. *Ferrer y Guardia e a pedagogia racional*: uma educação para a liberdade. Disponível em: http://revistes.iec.cat/revistes224/index.php/EduH/article/viewFile/538/51301. Acesso: abril/2011.

GALLO, Silvio. *Pedagogia do risco*, Campinas: Papirus, 1995.

GOMES. Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, J. *Jango*: múltiplas faces. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

GUÈRIN, Daniel. *O anarquismo*: da doutrina à ação. Rio de Janeiro: Editora Germinal, s/d.

HOLANDA, Heloisa Buarque de. Cultura e Cotidiano. In: *1964*: O Golpe passado a limpo. ARAÙJO. R. B; BARRETO. T. V. (orgs.). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2007, pp. 137-148.

LA BOÉTIE. Etienne. *Discurso sobre a servidão voluntária*. Tradução Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, 3ª edição.

KHOURY, Yara Aun. *As Greves de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1981.

KHOURY, Yara Aun. *Edgard Leuenroth*: uma voz libertaria. Imprensa, Memória e Militância anarco-sindicalista. Tese (Doutorado em Historia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

KROPOTKIN, Piort. *A moral anarquista*. Lisboa: Edições Sílabo, 2009.

KROPOTKIN. Piotr. *Palavras de um revoltado*. São Paulo: Imaginário, 2005.

LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo: roteiro da libertação social*. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1963.

LEUENROTH, Edgard. *A Organização dos jornalistas brasileiros 1908 – 1951*, São Paulo: Editora COM-ARTE, 1987.

LEUENROTH, Edgard e NEGRO, Helio. *O que é maximismo ou o bolchevismo*, São Paulo, s/e. 1919.

LOPREATO, Christina Roquette. O (des)encontro do Brasil consigo mesmo: ditos e escritos de Edgar Leuenroth. In: *Verve*, Revista do Núcleo de Sociabilização Libertária do Programa de estudos pós-graduados em Ciências Sociais da PUC: São Paulo, n°15, 2009, pp. 202-220.

LOPREATO, Christina Roquette. *O Espírito da Revolta*: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, 2000.

LOPREATO, Christina Roquette. Sobre o pensamento libertário de Kropotkin: indivíduo, liberdade, solidariedade. In: *História & Perspectivas*, Uberlândia, (27 e 28): pp. 557-572, 2003.

LUIZETTO, Flávio. Introdução. In: MORIYÓN, F. G. (org.). *Educação libertária*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

MALATESTA, Erico. *Os anarquistas e o sentimento moral*. Genebra: Le Réveil, 1904.

MALATESTA, Erico. *Rumo à Anarquia*. Genebra: Le Réveil, 1910.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, nº 55, 2008.

MORAES, D. de. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: espaço e Tempo, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

NASCIMENTO, Rogério. *Florentino de Carvalho*: Pensamento social de um Anarquista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

OLIVEIRA, Leila Floresta. Gênese do pensamento pedagógico anarquista: Proudhon e os princípios liberais e democráticos. In: *Educação e Filosofia.* Uberlândia, (13/26), 1999, pp. 141-172.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *Do principio federativo*. São Paulo: Nu-Sol: Imaginário, 2001.

RAGO, Luzia Margareth. *Do Cabaré ao lar*: a utopia da cidade disciplinar: Brasil, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RECLUS Élisée. *A evolução, a Revolução e o ideal anarquista*. São Paulo: Imaginário, 2002.

REIS FILHO, Daniel Araão. *A revolução faltou ao encontro:* os comunistas no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1991

REIS FILHO, Daniel Aarão. et. al. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar*: quarenta anos depois (1964-2004). São Paulo: Edusc, 2004.

ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori*: uma aventura anarquista. São Paulo: Annablume, 2002.

SEIXAS. Jacy Alves. Ação direta, greves, sabotagem e boicote: violência operária ou pedagogia revolucionária?. In: CANCELLI. Elizabete (org.). *Histórias de violência, crime e lei no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de. Brasília, 2004, pp.127-154.

SEIXAS. Jacy Alves. Acerca do militante anarquista – sensibilidade, cultura e ética política (Brasil, 1980-1920). Texto apresentado no *Encuentro Ibero-americano obre cultura y practica del anarquismo*. Colégio do México. 23 e 24 de março de 2011

SEIXAS, Jacy. Anarquismo e socialismo no Brasil: as fontes positivistas e darwinistas sociais. In: *Revista Historia & Perspectivas*. Uberlândia, (12/13), 1997.

SEIXAS, Jacy. Indivíduo, liberdade e solidariedade em Proudhon: contribuição para uma genealogia do pensamento e sensibilidades anarquistas. In MACHADO, M. C. T. e PATRIOTA, R. (org*). Política, cultura e movimentos sociais: contemporaneidades historiográficas.* Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2001.

SEIXAS, Jacy. O esquecimento do anarquismo no Brasil: a problemática da (re)construção da identidade operária. In: *Revista Historia & Perspectivas*. Uberlândia, (11), 1997.

SILVA. Rodrigo. *Imprimindo a Resistência:* A Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo (1930 -1945). Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

SILVA. Tiago Lemos. Revolucionário ou reformista. Prós e contra do sindicato segundo Errico Malatesta. In: *Revista Urutágua*. Maringá: Departamento de Ciências Sociais – Universidade Estadual de Maringá, n° 11, dez/mar 2007

SILVA. Thiago Lemos. *Da determinação à Vontade: uma nota sobre a crítica de Malatesta à Kropotkin*. Disponível em: http://www.midiaindependente.org/eo/red/2008/02/411589.shtml. Acesso: junho/2011.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOIHET. Rachel., BICALHO. Maria Fernanda, GOUVEIA. M. (orgs.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história.* Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o golpe de 64.* São Paulo: Brasiliense, 2004.

TOLEDO, Edilene. *O amigo do povo*: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século. Dissertação (Mestrado em história). Departamento de História do instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Unicamp, 1993.

VALADARES, Eduardo. "A educação anarquista na Republica Velha". *Verve* Revista do Núcleo de Sociabilização Libertária do Programa de estudos pós-graduados em Ciências Sociais da PUC: São Paulo, n°7, 2005, pp. 153-177.